

7º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL

29, 30 de junho e 01 Julho de 2001

Porto Alegre – RS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Agnelson Camilo da Silva
Aldemir de Carvalho Caetano
Antônio Aparecido Carrara
Fernando Paes de Carvalho
José Samuel Magalhães

EQUIPE DE APOIO

Ione Santos da Cruz Pereira
Neusa Barbosa de Albuquerque Aquino
Sandra Melo
Alessandra Murteira
Pedro
Daniele
Ana Maria
Maristela
Vera
Ana Paula
Paulo
Claudia

7º CONFUP

DIREÇÃO COLEGIADA 2000/2002

Coordenação Geral

Maurício França Rubem

Secretaria de Finanças

Fernando Paes de Carvalho

Agnelson Camilo da Silva

Secretaria de Imprensa e Comunicação

Antônio Aparecido Carrara

Mozart Schmitt de Queiroz

Secretaria de Política e Formação Sindical

Armando Ramos Tripodi

Aldemir de Carvalho Caetano

Secretaria de Aposentados e Políticas Sociais

Paulo César Chamadoiro Martins

Secretaria de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente

Helder Caixeta

Helio Seidel

Secretaria de Assuntos Institucionais e Jurídicos

José Samuel Magalhães e

Aldemir de Carvalho Caetano

Secretaria de Trabalhadores Terceirizados

William de Queiroz Corbo

7º CONFUP

SUPLENTE DE DIRETORIA

Clarkson Messias Araújo do Nascimento
Alexandre Jatczak Almeida
Antônio Ribeiro Duarte
Claudia Barbosa Duarte
Gerson Luís Pereira Pires
Heitor Pereira Alves Filho
Wanderley Antunes Bezerra
Antônio de Moraes
José Abadia Ribeiro
José Divanilton Pereira da Silva,
José Maria Ferreira Rangel.
Mauro de Almeida Rosa
Roberto Odilon Horta

REPRESENTANTES DOS APOSENTADOS

Almir Bonfim
Newton Carneiro da Cunha

CONSELHO FISCAL

Titulares:

Charles Nobre Peroba
Gloria Teresa Ivo da Silva
João Carlos Nóbrega

Suplentes

Fernando Dantas Cabral
José Alcivan de Azevedo
Pedro Deóclito da Silva Patriarcha

HOMENAGEM

Milton Santos, dissecando os tentáculos do *globalitarismo*

Na semana anterior ao 7º CONFUP, o Brasil e o mundo perderam um dos nossos mais expressivos e respeitados pensadores da atualidade. O geógrafo Milton Santos, combativo intelectual que dedicou as últimas duas décadas à análise profunda e audaciosa da globalização, morreu na madrugada do dia 24 de junho, vítima de insuficiência respiratória causada por um câncer na próstata. Deixou uma obra extensa e preciosa, com mais de 40 livros publicados, grande parte deles refletindo a visão filosófica e política com que analisava as questões relacionadas à geografia.

Professor emérito da Faculdade de Geografia da Universidade de São Paulo, Milton Santos recebeu em 1994 o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud por ter sido um dos expoentes do movimento de renovação crítica desta disciplina. Nascido no interior da Bahia, Milton Santos formou-se em direito em 1948 e mudou-se na década seguinte para a França, onde dedicou-se ao curso de doutorado em geografia. Voltou ao Brasil, mas deixou o país novamente durante a Ditadura Militar, passando a lecionar em universidades da Europa, Estados Unidos, África, Ásia e América Latina. Este período de distanciamento de seu meio sociocultural, segundo ele, serviu para que pudesse se conhecer mais profundamente.

Ao identificar a globalização como “*globalitarismo*”, comprovou que estamos vivendo uma nova fase de totalitarismo. “O sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussões, que exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena, ou permanecem dependentes, como se fossem escravos de novo”, explicou o professor em uma de suas últimas entrevistas.

Milton Santos também afirmava que a globalização, por ser o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista, além de eliminar o debate, acaba com a vivência integrada do ser humano em seu próprio território. Mas, por outro lado, o geógrafo acreditava que a nova ordem imposta pela globalização poderá ser derrotada pela contra-ordem. “Há uma produção acelerada de pobres, excluídos, marginalizados, isto é, de pessoas que não têm como se subordinar permanentemente à racionalidade hegemônica e que estão juntas, como parte de uma vizinhança. Esse é hoje o mecanismo de insurreição em relação à globalização, essa descoberta de que somos outra coisa e podemos continuar sendo outra”.

ÍNDICE

Apresentação	06
Perfil da Delegação	07
Regimento Interno	08
Análises de conjuntura Internacional e Nacional	13
• Tese 1 - CSC – Corrente Sindical Classista	13
• Tese 2 - ASS - Alternativa Sindical Socialista	17
• Tese 3 - ARTSIND – Articulação Sindical	21
• Tese 4 - MTS – Movimento por uma Tendência Socialista	30
• Tese 5 - Ética e Vida	34
• Tese 6 - Sindipetro – Caxias	38
Resoluções	41
Sindicalismo	41
Políticas Contra Privatização, Fundos de Pensão – Petros.....	50
Saúde, Segurança, Meio-Ambiente e Novas Tecnologias	62
Campanhas Reivindicatórias, Estratégias e Calendário de Mobilizações	72
Pauta de Reivindicações	73
Oficinas	96
Encontro Nacional das Secretarias de Formação Sindical	96
Encontro Nacional das Secretarias de Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Novas Tecnologias	97
Encontro Nacional das Secretarias de Imprensa	102
Relação de Delegados	104

7º CONFUP

APRESENTAÇÃO

Tendo como tema “*Privatizar faz mal ao Brasil*”, o 7º Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros reuniu entre os dias 29 de junho e 01 de julho, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, 252 delegados, atingindo um público estimado em mais de 500 pessoas, entre observadores e convidados. A defesa do Sistema Petrobrás e a luta contra as privatizações do governo neoliberal de FHC nortearam os debates sobre condições de trabalho, segurança, previdência, terceirização, análise de conjunturas, sindicalismo e outras questões tratadas neste congresso.

Muito do debate foi enriquecido pelos painéis que discutiram Saúde e Segurança, Jornada de Trabalho e o ALCA. O 7º CONFUP também lançou a cartilha que divulgará a Campanha de Defesa do Sistema Petrobrás em todo o país e definiu um calendário nacional de lutas que teve início no dia 02 de julho com um consagrado ato político com a presença de cerca de mil manifestantes em frente à Refinaria Alberto Pasqualine (Refap), em Canoas.

Saímos deste congresso fortalecidos e capacitados para enfrentarmos os desafios da próxima campanha reivindicatória. Desafios que nos fazem seguir em frente, resistindo e lutando contra a flexibilização e extinção de direitos, a precarização cada vez maior das condições de trabalho, os ataques que o governo vem fazendo à organização sindical. Enfim, desafios que deixam evidente a necessidade de derrotarmos este projeto neoliberal que tanto tem massacrado a classe trabalhadora. O primeiro passo foi dado com a deliberação deste congresso de apoio ao companheiro Luís Inácio Lula da Silva a presidente do Brasil em 2002.

Nas páginas deste caderno, estão registradas as discussões e resoluções definidas pelos delegados presentes ao 7º CONFUP. Aproveitamentos para agradecer a todos pelo respeito com que trataram as diferenças, proporcionando, assim, o exercício da plena democracia que marcou nossos debates. Agradecemos também o empenho e a dedicação de toda a equipe de funcionários e colaboradores da FUP e do Sindipetro-RS que trabalharam incansavelmente para o êxito deste congresso.

Saudações sindicais

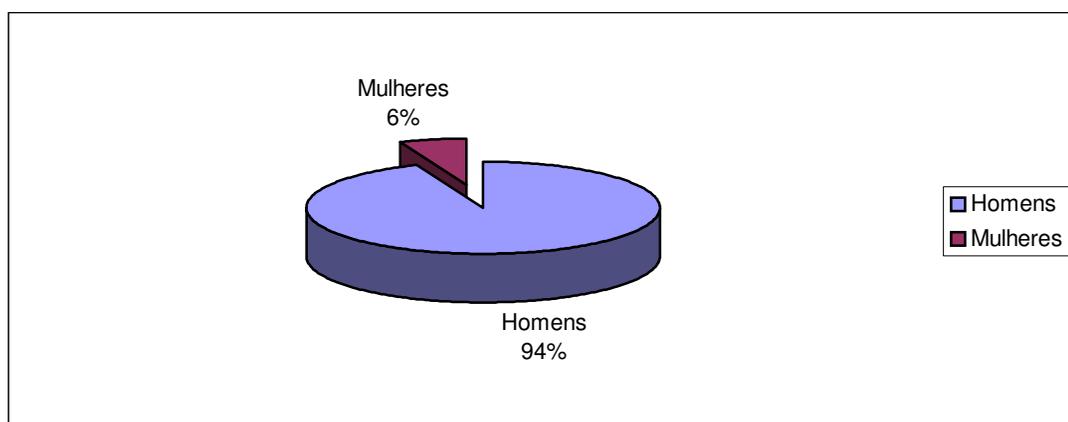
Coordenação do 7º CONFUP

Porto Alegre, julho de 2001

7º CONFUP

PERFIL DA DELEGAÇÃO

	Total	Nº. Mulheres	Nº. Homens
FUP	13	0	13
Manaus	8	1	7
Pará	16	0	16
Ceará	2	0	2
RN	17	0	17
Pernambuco	1	0	1
SE/AL	18	2	16
Bahia	46	1	45
Minas Gerais	12	1	11
ES	9	1	9
Caxias	10	0	10
RJ	26	7	19
NF	26	0	26
São Paulo	8	1	7
Mauá	12	0	12
Campinas	16	1	15
SJC	4	0	4
Cubatão	10	0	10
PR	8	0	8
RS	16	3	13
Rio Grande	4	0	4
Total	282	18	265



7º CONFUP

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL

29, 30 de junho e 01 Julho de 2001

Porto Alegre - RS

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I - DA CONVOCAÇÃO E REALIZAÇÃO

Art. 1º - A Federação Única dos Petroleiros convoca o 7º CONGRESSO NACIONAL DA FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS - 7º CONFUP, a ser realizado na cidade de Porto Alegre - RS no dias 29, 30 de junho e 01 Julho de 2001.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS

Art. 2º - O 7º CONFUP terá como objetivo:

- a) discussão e deliberação das teses e propostas ao temário referido no artigo 3º;
- b) interação entre os delegados(as) no campo político, ideológico e cultural, pautando-se o relacionamento na fraternidade e na ética da classe trabalhadora;
- c) a solidariedade ao movimento operário nacional e internacional.

CAPÍTULO III - DO TEMÁRIO

Art. 3º - O 7º CONFUP, para cumprir os seus objetivos, discutirá e deliberará sobre o seguinte temário através da discussão em Plenário e Grupos de Trabalho.

Plenária - Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

As posições políticas sobre este tema serão apresentadas pelas forças políticas, na abertura do Congresso. Não haverá votação e cada visão política apresentará uma síntese que será incorporadas as resoluções do 7º CONFUP.

**** Todos os Grupos de trabalho devem levar em consideração a totalidade da categoria: petroleiros da Petrobrás e das outras empresas (efetivos e contratados).**

Grupo 1 – Sindicalismo (Estrutura e Organização Sindical)

Grupo 2 – Políticas Contra Privatização, Fundos de Pensão - PETROS

Grupo 3 - Saúde, Segurança, Meio-Ambiente, Novas Tecnologias

Grupo 4 – Campanhas Reivindicatórias, Estratégias e Pautas de Reivindicações) e Calendário de mobilizações

7º CONFUP

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - A organização do congresso será desenvolvida pela Comissão Organizadora, composta pela FUP (**Agnelson, Caetano, Carrara, Fernando e Samuel**) e representantes do Sindipetro - RS.

Parágrafo Único - A mesa diretora do Congresso será composta por cinco membros eleitos entre os delegados sendo um presidente, dois secretários e dois relatores, cabendo:

- a) ao presidente, dirigir os trabalhos;
- b) aos secretários, fazer as inscrições e controlar o tempo;
- c) aos relatores, a elaboração do relatório final do 7º CONFUP.

CAPÍTULO V - DA DIVULGAÇÃO

Art. 5º - A FUP, num prazo máximo de 40 dias, deverá divulgar as resoluções do congresso, quando encerrar-se-ão os trabalhos da Comissão Organizadora.

CAPÍTULO VI - DOS DELEGADOS

Art. 6º - Os delegados ao congresso serão eleitos em Assembléias Gerais e/ou Congressos Regionais, ou eleitos nas suas bases, especificadamente convocados pelos Sindicatos filiados à FUP, segundo os critérios do artigo 7º do seu estatuto.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria Executiva da FUP serão delegados natos ao 7º CONFUP, conforme parágrafo 7º do artigo 14 do Estatuto da Federação.

Art. 7º - O número máximo de delegados será definido pelo seguinte critério, de acordo com a base de representação sindicalizada, de cada sindicato participante:

Critério: Nº Sindicalizados	Delegados Eleitos
até 1.000	12
de 1.001 a 2.000	16
acima de 2.000	16 + 1 a cada 360 sindicalizados

Parágrafo 1º - Os delegados e suplentes eleitos para o 7º CONFUP deverão estar inscritos junto a Comissão Organizadora, até o dia 29 de maio de 2001, via documento ou fax-simile.

Parágrafo 2º - Serão inscritos delegados suplentes para substituição à ausentes da chapa em que se elegeram.

Parágrafo 3º - Os delegados suplentes poderão ser credenciados, em substituição aos delegados efetivos, até uma (1) hora após o encerramento das inscrições. Os mesmos deverão ser inscritos e credenciados obedecendo a ordem decrescente enviada pelos sindicatos.

Parágrafo 4º - Delegados suplentes poderão se inscrever no horário normal de inscrição, caso haja desistência mediante documento assinado dos delegados efetivos.

CAPÍTULO VII - DAS TESES E MOÇÕES

Art. 8º - As teses nacionais das concepções políticas e/ou de trabalhadores, deverão ser inscritas junto à Comissão Organizadora, na FUP, até o dia 20/05/2001, devendo ser subscritas por no mínimo 5 delegados. Após este prazo cada sindicato deverá reproduzir suas teses (400 cópias) e levar para o local do evento que a Comissão Organizadora se encarregará de distribuir.

Parágrafo 1º - A Comissão Organizadora deverá remeter aos Sindicatos, todas as teses inscritas dentro do prazo, até o dia 25/05/2001, para subsidiar os debates dos Congressos e Assembléias Regionais.

7º CONFUP

Parágrafo 2º - As Emendas às teses nacionais das concepções políticas e/ou de trabalhadores, teses diferenciadas ou outras, e moções aprovadas nos Congressos e Assembléias Regionais deverão ser encaminhadas à Comissão Organizadora, na FUP, até no máximo dia 10/06/2001.

Parágrafo 3º - As teses, emendas e moções, tratadas acima, deverão ser gravadas no sistema “word”, fonte “times new roman”, tamanho “12” e enviadas em disquete, no prazo estabelecido, para compor o caderno de teses. A comissão Organizadora e a FUP não se responsabilizam pelo não cumprimento dos prazos.

Parágrafo 4º - As moções que não forem apreciadas nos Congressos e Assembléias Regionais, para que possam ser submetidas a Plenária, deverão ser apresentadas nos Grupos de Trabalho, com subscrição de no mínimo 5 pessoas, devendo obter 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes no momento da votação.

CAPÍTULO VIII – DO FUNCIONAMENTO, CREDENCIAMENTO E INSTALAÇÃO

Art. 9º - O funcionamento do 7º CONFUP deverá obedecer a seguinte programação:

Dia 29.06.2001(sexta-feira)

- 12:00 às 20:00 horas – Credenciamento
- 18:00 às 20:00 horas – Sessão Solene de Abertura
- 20:00 às 21:30 horas – Abertura, Eleição da Mesa Diretora, Votação do Regimento Interno e Apresentação das teses das forças políticas sobre Conjuntura Nacional e Internacional.

Dia 30.06.2001 (sábado)

- 09:00 às 10:00 horas – Painel com a Profª Iguti (Saúde e Segurança)
- 10:00 às 11:00 horas – Painel com Profº. Marcio Porchmann (Jornada de Trabalho)
- 09:00 às 16:00 horas – Final de Credenciamento
- 10:00 às 12:00 horas – Eleição da Tese Guia e Trabalhos em Grupos
- 12:00 às 14:00 horas – Almoço
- 14:00 às 18:00 horas – Continuação dos Trabalhos em Grupos
- 18:00 às 20:00 horas – Jantar

Dia 01.07.2001 (domingo)

- 09:00 às 10 horas – Painel com Luís Carlos Prates (Presidente Sind. Metalúrgicos de São José dos Campos)
- 10:00 às 13:30 horas – Plenária Final
- 13:00 às 13:30 horas – inscrição de chapas para eleição do Conselho Fiscal da FUP
- 13:30 às 14:30 horas – Almoço
- 14:30 às 15:30 horas – Votação e Apuração
- 16:00 horas - Encerramento

Dia 02.07.2001 (segunda)

- 07:00 - Ato político na REFAP

CAPÍTULO IX – DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

7º CONFUP

Art. 10 - Cada delegado, devidamente credenciado, terá direito a um voto.

Art. 11 - As votações nos grupos e nas sessões plenárias serão feitas levantando-se os crachás de votação.

Parágrafo 1º - A conferência dos resultados das votações nos grupos serão feitas por contagem que, em caso de dúvida, a critério da mesa, serão conferidas individualmente por credencial.

Parágrafo 2º - Não serão permitidos votos por procuração.

Parágrafo 3º - Serão convidados pela mesa diretora, quando necessário, 4(quatro) delegados para contarem os votos dos participantes da plenária.

Art. 12 - Nas sessões Plenárias e Grupos de Trabalho somente será permitida a discussão de matéria constante da pauta e com intervenções de, no máximo, 3(três) minutos.

Art. 13 - Todo delegado que desejar intervir nos Grupos de Trabalho, deverá se inscrever previamente junto a mesa com a entrega do crachá, e o fará seguindo a ordem de inscrição.

Parágrafo Único - As inscrições se encerrarão ao final da palavra do terceiro orador ou à critério dos Grupos de Trabalho.

Art. 14 - O sistema de votação nas sessões plenárias, será o de maioria simples e nos Grupos de Trabalho as propostas vencidas que obtiverem 1/3 (um terço) dos votos dos delegados presentes na hora da votação, serão encaminhadas a Plenária para votação juntamente com a proposta vencedora.

Art. 15 - Na sessão Plenária, durante a leitura dos relatórios dos Grupos de Trabalho, a mesa anotarás as propostas conflitantes. Em seguida colocará em discussão proposta por proposta, abrindo-se 01 (uma) intervenção para cada proposta e, se necessário, abrir-se-á mais 01 (uma) intervenção a cada uma, antes da votação do relatório final do grupo, no tempo máximo de 5 (cinco) minutos.

Parágrafo 1º - Qualquer delegado poderá solicitar a mesa "Questão de Ordem", "Questão de Esclarecimento" ou "Questão de Encaminhamento", limitado a 01(um) minuto.

Parágrafo 2º - Qualquer delegado poderá solicitar à mesa "Declaração de Voto" após ter se absterido na votação e será limitado a 01(um) minuto e até 03(três) delegados por votação.

CAPÍTULO X - DA PLENÁRIA

Art. 16 - A mesa diretora da plenária será a mesma prevista no art. 4º parágrafo único.

Art. 17 - A plenária é órgão máximo e soberano do 7º CONFUP e será composta pelos delegados devidamente credenciados e visivelmente identificados pelos crachás.

Art. 18 - A plenária só poderá modificar, aprovar ou rejeitar, em parte ou totalmente este Regimento, quando da sua apreciação.

Art. 19 - As propostas de emendas (aditivas, supressivas e modificativas) à tese guia serão destacadas e encaminhadas por escrito a mesa diretora.

CAPÍTULO XI - DOS OBSERVADORES

Art. 20 - A Comissão Organizadora poderá credenciar observadores com direito a voz, até 3 por sindicato, e sem direito a voto, previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

Parágrafo Único - Também poderão ser credenciados, a critério da Comissão Organizadora, todos os assessores, com direito somente a voz, quando solicitados pela mesa de trabalho, ligados as entidades do movimento sindical e sindicatos dos petroleiros tais como DIEESE, DIESAT, etc., previamente apresentados pelos sindicatos ou pela FUP.

7º CONFUP

CAPÍTULO XII - DAS DESPESAS

Art. 21 - As despesas do 7º CONFUP serão de responsabilidade dos sindicatos e rateadas proporcionalmente entre os sindicatos, tendo como base o número de delegados eleitos nas assembléias, independente do número de delegados efetivamente credenciados. As despesas rateadas são as que envolvem transporte e despesas da infra-estrutura do 7º CONFUP, tais como, alimentação, papel, transporte e hospedagem.

Parágrafo Único - Não estão contempladas no rateio as despesas efetuadas pelos sindicatos sem autorização da Comissão Organizadora.

Art. 22 - Todas as delegações participantes do 7º CONFUP deverão estar em dia com suas obrigações financeiras junto a FUP.

Parágrafo 1º - Até 08 de junho deverá ser pago o pré-rateio correspondente a 50 % (cinquenta por cento) da estimativa do custo do Congresso.

Parágrafo 2 - Até o dia 22 de junho deverá ser feito o pagamento restante do rateio (50 % - cinquenta por cento) através de ordem de pagamento, cheque ou em dia com o pagamento de suas dívidas negociadas; à partir desse prazo o pagamento só será aceito em espécie.

Parágrafo 3º - Não serão aceitos pagamentos individuais por delegados.

CAPÍTULO XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 - Os horários e prazos definidos neste Regimento Interno serão rigorosamente observados pela Comissão Organizadora.

Art. 24 - Caberá à Comissão Organizadora, a centralização do recebimento das informações dos sindicatos e manter os respectivos controles documentais e financeiros.

Art. 25 - Os casos omissos serão apreciados pela Comissão Organizadora do Congresso.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros

PRIVATIZAR FAZ MAL AO BRASIL

29, 30 de junho e 01 Julho de 2001

Porto Alegre - RS

**Análises de Conjuntura
Internacional e Nacional**

Tese 1

Corrente Sindical Classista

I - Conjuntura Internacional

1. Já em 1848, Marx e Engels escreveram sobre a dinâmica do capitalismo: a exploração crescente, a acumulação de riquezas por uns poucos em consequência do trabalho não pago aos trabalhadores (mais-valia) e, principalmente, a necessidade que o capital tem de gerar suas "crises" como forma de aprimorar os modos de produção e buscar ampliar mercados. É verdade que o termo "globalização" assumiu ares de modismo agora, no final do milênio, mas a busca de expansão do capital em nível global não é coisa recente. As relações comerciais impostas de forma desigual pelos países ditos desenvolvidos e mesmo as ocupações territoriais pelo uso da força para fazer valer seus interesses são práticas que vêm desde antes da conclusão do preciso Manifesto Comunista.
2. Até hoje o capital busca equilibrar suas crises e contradições. Nessa trajetória, duas guerras mundiais se passaram, conflitos regionais, étnicos e religiosos são utilizados e manipulados e nações inteiras são submetidas às suas diretrizes (vide o tal consenso de Washington). É nesse contexto que esses últimos 20 anos são marcados por uma diretriz do capitalismo denominada como neoliberalismo. Duas vertentes caracterizam o modelo neoliberal: primeiro, a lógica do Estado mínimo, em que as tais leis do mercado tudo regulam. Em segundo lugar, os brutais ataques aos movimentos sindicais e mesmo aos direitos dos trabalhadores em todo o mundo.
3. O neoliberalismo usa como discurso a lógica do mercado globalizado. Mas este sempre existiu, e ressurgiu agora como forma de subordinar as políticas nacionais aos interesses do capital internacional. Ao não respeitar as diferenças e realidades regionais, a globalização, como é próprio do capitalismo, vive suas crises e contradições com efeitos danosos para quase toda a humanidade. Os sinais mais evidentes nesse sentido são vistos com a sintomática quebra do modelo mexicano até então, segundo a mídia, um exemplo de economia em ascensão. Mais recentemente, a quebradeira dos chamados "tigres" asiáticos veio a comprovar a fragilidade desta "nova" (des)ordem mundial, calcada, sobretudo em megafusões de empresas (no ramo químico, o setor farmacêutico tem assistido grandes transações nesse sentido) que aumentam a concentração de capital nas mãos de poucos.
4. A ideologia neoliberal, que se baseia nos preceitos do chamado Consenso de Washington, é defendida por organismos como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. O neoliberalismo, surgido no início dos anos 80, é imposto como verdade absoluta após a derrocada do chamado socialismo real no final desta década.

7º CONFUP

5. Tomam impulso mundial os chamados mercados regionais através da organização dos países em blocos comerciais. O pioneirismo do "velho mundo" com seu Mercado Comum Europeu serve como referência para iniciativas como o Mercosul e o Nafta, no continente americano. Capitanado pelos EUA surge, também, a proposta de criação da ALCA. Ainda em debate entre os governos, esta Área de Livre Comércio das Américas, que representará o tiro de misericórdia na autonomia dos estados latino-americanos, já conta com frontal oposição, sobretudo por entidades representativas dos trabalhadores, como a CUT no Brasil e outras centrais sindicais em países como Argentina, Chile, Uruguai e México, entre outras 29 nações que viriam a compor esta "Área" comercial.
6. Ao lado do aspecto econômico, passando para o plano político/social, o neoliberalismo implementado ao longo desses anos traz como marca indelével, também, as crescentes desigualdades e injustiças sociais tanto nos países do chamado primeiro mundo como no chamado terceiro-mundo, cujo grau de desemprego, arrocho salarial, completo abandono de serviços públicos de saúde e educação são situações gritantes, que se agravam cada vez mais atingindo milhões de cidadãos no planeta. Exploração da mão-de-obra infantil, prolongadas jornadas de trabalho eliminação e desrespeito aos direitos dos trabalhadores. Enfim, anomalias do capital já denunciadas e combatidas há mais de um século, ressurgem com ares de normalidade com o modelo neoliberal.
7. Ainda que de forma localizada e diante dos seus problemas mais imediatos, em várias partes do mundo os movimentos organizados buscam uma alternativa. Os trabalhadores coreanos fizeram uma grande greve geral para assegurar seus direitos; os europeus promoveram grandes caminhadas e outras formas de protesto por emprego e preservação das suas conquistas; os argentinos pressionaram o governo Menem para que seus direitos fossem assegurados; no Brasil, a batalha dos movimentos organizados e partidos de oposição contra as reformas neoliberais e a luta dos Sem Terra chamam a atenção de todo o mundo; entre outros destaques de mobilização e luta de vários povos na defesa dos seus direitos.
8. Concentrando ainda mais riquezas e agudizando a exploração o neoliberalismo, ao que parece, completa seu ciclo dando sinais de esgotamento em nível mundial, com evidências significativas também no plano político/eleitoral. Na capital mexicana, nas eleições legislativas argentinas, na França e na Inglaterra houve a vitória de partidos e frentes partidárias contrárias à lógica neoliberal. O recém eleito primeiro ministro inglês, o trabalhista Tony Blair, fala em convocar governantes de outros países para debater a busca do que chama de uma "terceira via". Segundo Blair "é urgente a necessidade de encontrar uma alternativa entre o impiedoso e excludente neoliberalismo e a velha prática do Estado do bem-estar social", que vigora em alguns países europeus desde o pós-guerra.
9. Em 1989, com a queda do muro de Berlim, um certo economista norte-americano chamado Francis Fukuyama decretou o fim da história, o triunfo do capitalismo sobre o socialismo. Contrariamente à afirmação deste ilustre desconhecido, a verdade é que a lógica neoliberal vem agonizando em várias partes do planeta. Esta "moderna" faceta capitalista, em evidência nas últimas duas décadas, e que acentua ainda mais a concentração de riqueza nas mãos de poucos em detrimento da miséria de milhões, vive seus momentos de esgotamento. Aliás, em que pese as diferentes roupagens do capital, já há um século e meio Marx e Engels previram, no mesmo Manifesto, e desta feita com incontestável precisão, que este sistema não daria conta de atender aos anseios da humanidade, tendo em vista seu caráter excludente e concentrador.

II - Conjuntura Nacional

10. No Brasil, as bases políticas e econômicas do modelo neoliberal são reflexos das modificações econômicas e sociais pelas quais a comunidade internacional vem passando com a globalização, intensas reestruturações produtivas e megafusões de empresas, sempre com o objetivo de ampliar e dominar mercados. Nesse contexto é que apontamos a "resistência" subalterna das elites brasileiras ao neoliberalismo, o Plano Real como principal condicionante à inserção subordinada do país na globalização, a contradição entre a modernização neoliberal e

7º CONFUP

a questão social, o crescimento da precarização na base social do sindicalismo, o projeto das elites para a manutenção do poder, a perspectiva socialista e a questão do setor rural nos anos 90.

11. A eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 94, e a ofensiva do "vale tudo" para lhe permitir o direito de concorrer à reeleição, representa a tacada final das elites para a conclusão de sua transição conservadora iniciada a partir do final dos anos 70, diante das pressões dos movimentos sociais. A aliança concluída em 94, ainda que ancorada no Real e sua estabilização financeira, reuniu o que há de mais conservador nas elites brasileiras com o que até então se definia como uma social-democracia. A partir daí, são estabelecidas as bases reais para que sejam cumpridas as determinações e exigências neoliberais. Ou seja, a economia nacional é exposta de forma inseqüente à concorrência do mercado internacional, prejudicando a produção nacional e causando desemprego. A estabilidade da moeda a qualquer preço expõe a economia nacional à concorrência do mercado internacional – através da redução das barreiras econômicas (tarifárias e não tarifárias) implementada no governo Collor e aprofundada no Plano Real – prejudicando a produção nacional e causando desemprego.
12. Paralelamente à abertura econômica – comercial e financeira – que produz grandes desequilíbrios no balanço de pagamentos, adota-se, de forma compensatória, uma política de juros altos para manter no país um grande volume de capitais especulativos, política que gera enormes desequilíbrios na economia. Ao compensar o déficit da balança comercial com capitais especulativos, cria-se graves desequilíbrios no setor produtivo do país, ao: 1) elevar de maneira temerária a dívida pública interna; 2) deslocar o capital aplicado na produção para a esfera financeira com a política de juros altos; 3) prejudicar o setor produtivo ao elevar os custos das empresas com juros, custos esses que concorrem com os custos salariais. As empresas que dependem de financiamento procuram enxugar custos em cima dos custos do trabalho, para compensar gastos com juros. Para compensar os gastos com juros, o governo FHC sucateia o patrimônio público através da privatização das empresas estatais estratégicas com empréstimos a taxas de juros subsidiados pelo BNDES.
13. Oficialmente, o argumento é a exigência de os governos pagarem suas dívidas; mas o fato é que setores estratégicos nacionais estão sendo entregues a grupos internacionais, como o de telecomunicações, energético e petroleiro. Esses conglomerados privados que, em alguns casos aparecem com cara nacional, não têm o menor compromisso em atender bem a população, fornecer os serviços com a qualidade e necessidade exigidas. Um exemplo disso é a privatização da distribuição de água no Amazonas. Depois de ser privatizada, a COSAMA - Companhia de Saneamento do Amazonas não mantém o padrão mínimo de qualidade no fornecimento de água a população.
14. Não há dúvidas de que o atual governo segue à risca as exigências do capital internacional, ainda que isso venha a ter um alto custo social para a grande maioria da população. Os exemplos do México, em 1995, e dos chamados Tigres asiáticos, mais recentemente, são provas evidentes quanto à fragilidade da atual política econômica. O governo FHC continua mantendo uma estabilidade aparente, ao custo de uma política de juros altos que favorece a especulação, desestimula investimentos produtivos, sucateia o parque industrial brasileiro e, como consequência, causa um caos social de dimensões imprevisíveis. A elite que sustenta o governo precisa manter o quadro atual até que FHC possa criar as condições objetivas para fazer seu sucessor e, assim, poder continuar aplicando, no Brasil, as políticas neoliberais.
15. Além de quebrar a pequena e média empresa brasileira, provocar um brutal arrocho salarial, causar índices alarmantes de desemprego, deteriorar ainda mais os serviços de saúde e educação e dismantelar o patrimônio público com as privatizações, o modelo neoliberal também impõe diretrizes que visam, no Brasil e no mundo, acabar com o movimento sindical dos trabalhadores através da implementação de políticas antinegociais. Na última campanha salarial do setor químico, a retirada de direitos conquistados foi um dos objetivos dos patrões.
16. Ao lado desta ofensiva contra o movimento sindical e suas conquistas impõe-se um processo de reformas e medidas cuja finalidade básica é "aumentar a flexibilidade do mercado de

7º CONFUP

trabalho", o que na realidade significa precarizar as relações de trabalho em nome de uma suposta modernização, através de instrumentos como contrato de trabalho por prazo determinado, jornada flexível, PLR como forma de escamotear o debate sobre a questão salarial, etc. Essa política, somada às inovações tecnológicas e aos elevados índices de desemprego, atinge fortemente a capacidade de mobilização e resistência dos segmentos sociais contrários a esta perversa lógica reformista que se diz modernizante. O discurso implícito é o de que se os sindicatos da CUT deixassem de "atrapalhar" as tentativas de flexibilização das relações de trabalho, a economia voltaria a crescer e haveria mais investimentos e seriam criados novos empregos.

17. No entanto, essa maior flexibilidade apenas aumenta a informalidade e precariza as relações de trabalho, piorando a remuneração e empobrecendo mais a população. Os mecanismos de proteção social e os direitos dos trabalhadores são soluções e não problemas, pois são estes direitos que impedem a tendência natural do sistema capitalista à concentração de renda e à exclusão social. A ação de enfraquecimento das representações sindicais aliadas ao movimento para desregular as relações de trabalho foi intensificada a partir do início dos anos noventa. Em consequência os bons empregos têm dado lugar a outros de qualidade bem inferior.
18. É verdade que o processo de aceleração inflacionária foi represado com o Plano Real, porém desde a implantação do plano a inflação tem sido bem maior do que os reajustes de salários, além disso, o emprego está sendo muito afetado. Funciona, de certa forma, como efeito colateral (arrocho salarial e desemprego) do remédio aplicado contra a inflação (abertura econômica aliada à política de juros altos).
19. O campo de atuação do movimento sindical é ampliado nesse novo cenário, sendo necessária a formulação de políticas de emprego que amenizem os efeitos negativos do plano de estabilização. A agenda sindical está cada vez mais priorizando os temas relacionados ao emprego, discutindo e avaliando os efeitos do desemprego tecnológico e as formas de combatê-lo. Além da questão salarial, o trabalhador passou a se preocupar com a estabilidade do seu emprego. Em segundo lugar está interessado por questões relacionadas ao seu ambiente de trabalho. Portanto, nota-se que o trabalhador tem consciência de que a conjuntura na qual vive é diferente daquela dos tempos da inflação galopante e as prioridades são outras: mais numerosas e de difícil solução.
20. O grande problema é a falta de preparo ou de vontade política de adaptar os efeitos do processo de globalização e da reestruturação produtiva aos aspectos sociais da economia brasileira. Inovação tecnológica não se traduz, necessariamente, em desemprego, mas é o que está sendo feito no Brasil. É aí entra o movimento sindical como formulador de políticas sociais que façam da tecnologia não um inimigo, mas um fator de melhoria de vida e de condições de trabalho para toda a população.
21. A ação de enfraquecimento das representações sindicais aliadas ao movimento para desregular as relações de trabalho foi intensificada a partir do início dos anos noventa. Em consequência os bons empregos têm dado lugar a outros de qualidade bem inferior.
22. Esperto, com um nível político e intelectual superior à mediocridade dos presidentes anteriores e ainda com o apoio irrestrito da mídia e da grande maioria do Congresso Nacional, FHC "vende" sua política para a opinião pública com um apelo "modernizador". Para isso, chega a ponto de sugerir que o crescimento do desemprego é causado por "*conquistas trabalhistas incompatíveis com a situação do empresariado*". Surge daí a polêmica do que chamam de "custo Brasil". Num país onde os salários são os mais baixos do mundo, os valores da mão de obra e direitos dos trabalhadores são apontados como um dos empecilhos à modernização. Tal tese ignora o verdadeiro "custo Brasil": deterioração dos serviços de transporte, infra-estrutura, comunicações e, principalmente, o elevadíssimo custo financeiro causado pela política de juros altos.
23. Diante desse quadro e da dispersão dos trabalhadores, o campo de atuação do movimento sindical é ampliado, tendo em vista a necessidade de formulação de políticas de emprego,

7º CONFUP

defesa da cidadania através da garantia dos direitos conquistados e luta para ampliá-los, solidariedade e participação nas mobilizações e ocupações dos sem terra e, sobretudo, a constante denúncia e protesto contra as ações neoliberais. Este sim, o grande embate ideológico que, por hora, continua favorável às elites.

24. Para obter maior rentabilidade e competitividade em um ambiente de concorrência, o capitalista não exita em ajustar seu negócio via recursos humanos, enxugando o quadro de pessoal e promovendo outras formas de exploração, como por exemplo, a multifuncionalidade. O que faz com que o trabalhador veja em seu possível novo patrão outros interesses e outras táticas de atuação no mercado.
25. As novas tecnologias possibilitam a oferta de serviços cada vez mais sofisticados e necessitam de mão-de-obra cada vez mais qualificada. Assim, para fazer frente a esse novo cenário, a entidade sindical precisa se armar de conhecimentos que lhe possibilitem defender os interesses da categoria que representa, no sentido de manter e criar condições de trabalho justas e combater a implementação de práticas neoliberais que visem apenas o aumento da produtividade, via intensificação do trabalho.
26. A maioria do Congresso Nacional vem usando de todas as manobras para viabilizar as reformas neoliberais. O Congresso aprovou a Reforma da Previdência, que acaba, na prática, com a aposentadoria especial do setor químico e condena os trabalhadores a trabalharem até a morte.
27. O Congresso aprovou também a reforma administrativa proposta pelo governo FHC que vai sucatear ainda mais os serviços públicos. Aprovou o projeto de contratação temporária - que reduz direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. Neste sentido, urge a necessidade do movimento sindical sair da defensiva e implementar novas formas de luta contra o desemprego, por uma política de emprego que tenha como base a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, pelo fim das horas extras, em defesa do salário, em defesa dos direitos dos trabalhadores, pelo fim do contrato temporário, contra as terceirizações, em defesa do patrimônio público, contra a reforma administrativa e por uma reforma agrária (sob o controle dos trabalhadores).
28. Temos que reafirmar os nossos Sindicatos e a CUT como instrumento de luta contra o capital e por uma sociedade socialmente justa. Só um plano que tenha como objetivo principal tirar o País do atraso e garantir o bem estar social poderá atender às necessidades dos trabalhadores.
29. O individualismo, a constante disputa entre as pessoas, o "estilo de vida" que estabelece o valor do ser humano pelo que ele tem e pode comprar, são bases fundamentais de sustentação do capitalismo antes, durante e posterior ao neoliberalismo. Em oposição frontal a esta lógica perversa, o movimento sindical e demais segmentos comprometidos com as transformações sociais devem reafirmar cada vez mais sua luta constante contra essa lógica perversa do capital, e pela conquista de uma sociedade socialmente justa. Só um plano que tenha como objetivo principal tirar o país do atraso e garantir o bem estar social poderá atender as necessidades dos trabalhadores, ao priorizar variáveis sociais, como moradia, educação e políticas públicas de saúde.

Tese 2

Alternativa Sindical Socialista

I - Conjuntura Internacional

1. O neoliberalismo globalizado vem acentuando a concentração de renda e ampliando a pobreza no mundo. Para quem tem dúvidas, basta analisar duas notícias veiculadas em uma só página de

7º CONFUP

um jornal da grande imprensa no dia 01/05/01: Uma fala do sucesso da chegada à estação espacial de um milionário americano que pagara a fortuna de U\$ 45 milhões pela “primeira viagem turística espacial”. Outra informa que levantamento feito por ONGs no Congo constatou que pelo menos 3 milhões de pessoas morreram nos últimos três anos, a maioria pela fome, em decorrência da guerra civil.

2. Esse triste quadro de concentração de renda e ampliação da miséria em consequência da globalização, que pode ser confirmado por inúmeros outros dados (sobre miséria, desemprego, guerras etc.) explicita o impasse para o qual o capitalismo está levando a humanidade.
3. E as consequências do modelo já não se refletem apenas nos países periféricos. A crise do Japão, um dos motores da economia mundial até há pouco tempo, não dá sinais de acabar, apesar das trocas de comando político/econômico no país.
4. Nos EUA, a grande superpotência dos anos pós-guerra-fria, a crise se revela na política e na economia. Em termos políticos, o mundo presenciou, no início deste milênio, a posse de um presidente que não obtivera apoio da maioria dos votantes. Com esse ato, aquele país que se propunha juiz da democracia no planeta, ficou desautorizado a continuar nesse papel.
5. Em termos econômicos, novamente a arrogância americana é colocada em cheque. Acostumado a mandar e desmandar no planeta, através do FMI, não aplicou em sua própria casa as receitas desse organismo para que providenciasse uma “aterrissagem suave de sua economia”. Os sinais de recessão da maior economia do planeta são inúmeros, e nos primeiros dias de maio os recordes de demissões começaram a aparecer.
6. Assim, sem legitimidade política para dirigir seu país e vendo a economia à beira de uma recessão, Bush vem enfiando os pés pelas mãos em várias frentes. Em busca da afirmação política, já provocou confrontos com vários países: Rússia, Iraque, China. Seu novo projeto de “Guerra nas Estrelas” já está estimulando as principais vítimas de suas agressões a se unirem em busca de defesa comum, o que poderá dar início a uma nova corrida armamentista em termos mundiais.
7. Na tentativa de manter aquecida sua economia, vem assumindo desgaste com a opinião pública mundial em vários setores. Para sustentar sua indústria automobilística e do petróleo, negou-se a referendar o Tratado de Kyoto, sobre a poluição atmosférica, colocando em risco a vida no planeta. Para garantir os lucros exorbitantes de sua indústria farmacêutica, seu governo chegou ao ponto desumano de criticar países como Índia, África do Sul e Brasil, que vêm fazendo um esforço enorme para garantir remédios baratos para seus cidadãos contaminados com Aids e outras doenças.
8. Diante de todas essas trapalhadas, e quando toda a opinião pública americana e mundial constata o início de uma recessão nos EUA, seu governo noticia crescimento da economia no primeiro trimestre do ano. Diante da surpresa, fica a desconfiança que os índices oficiais não estão retratando a realidade. Como única explicação, aparecem os pesados investimentos estatais na indústria bélica.
9. Além da crise na superpotência, outras vêm revelando a falência do modelo. Exemplar seguidora das receitas dos organismos internacionais, a Argentina aparece mergulhada em uma crise sem precedentes. Sucessivas tentativas e trocas de ministros não conseguem revertê-la. No México, depois de 70 anos no governo, o PRI, também seguidor das receitas oficiais, perdeu as eleições presidenciais. Mas em seu primeiro teste, os novos governantes são incapazes de apresentar uma proposta aceitável para o principal movimento social do país: os chiapas.
10. É nesse quadro de crise do modelo que as massas têm ocupado seu lugar. Inúmeras têm sido as mobilizações diante de reuniões dos organismos internacionais. As recentes, de Quebec, e os confrontos em várias cidades européias durante o primeiro de maio, são apenas mais alguns exemplos dessa retomada das mobilizações. O Fórum Social Mundial, reunido em Porto Alegre, foi um importante momento de reflexão e articulação de inúmeros movimentos sociais em busca de alternativas ao neoliberalismo. As mobilizações começam a impor algumas vitórias importantes. Na África do Sul, a mobilização popular fez recuar a indústria farmacêutica

7º CONFUP

internacional e colocou em cheque a política mundial de patentes. Na Alemanha, no início deste ano, um acordo pelo fim das horas extras deverá gerar milhares de novos empregos.

11. Esse é o caminho: a iteração de diferentes movimentos de cada país e a intensificação das mobilizações . Bandeiras unitárias, em nível mundial, devem ser definidas para que as lutas ganhem impulso, em busca da superação do neoliberalismo e construção do socialismo. Dentre elas, devem merecer nosso apoio as que reivindicam:
 - Redução de jornada de trabalho- mais empregos e melhores salários;
 - Garantia de acesso à terra para quem quer cultivá-la;
 - Cancelamento/suspensão do pagamento da Dívida Externa;
 - Garantia de alimento, saúde, educação e moradia a cada ser humano deste planeta;
 - Desenvolvimento auto-sustentado, ou seja, preservando os recursos naturais para as futuras gerações.
12. Os petroleiros, através de seus sindicatos e da FUP, podem e devem apoiar todas as iniciativas de luta contra o neoliberalismo e pela construção do socialismo. As várias iniciativas em diversas cidades, de criação de coletivos do Fórum Social Mundial, são um bom exemplo e estimulam o debate sobre a possibilidade de um outro mundo.

II - Conjuntura Nacional

13. Os sucessivos governos neoliberais da década de 90 (Collor, Itamar e FHC) aumentaram a dependência da economia brasileira com relação ao mercado internacional, sobretudo em termos de importação de bens e de atração de capitais. Em decorrência disso, aumentou a instabilidade econômica do país.
14. A redução da inflação com Plano Real baseou-se sobretudo na abertura indiscriminada do país às importações e na valorização artificial da moeda nacional. Para compensar o desequilíbrio comercial, o governo precisou atrair capital especulativo externo. Para tanto elevou os juros. A consequência foi o aumento da dívida pública, que saltou do patamar de R\$ 60 bi para cerca de R\$550 bi em menos de 7 anos. Ao mesmo tempo explodiu a dívida externa. Quando F H C assumiu o governo devíamos 148 bilhões de dólares, isso em 1994. Pagamos nos últimos quatro anos 126 bilhões de dólares e devemos algo mais que 235 bilhões de dólares.
15. Isto tudo em função da valorização artificial do Real. Essa dívida aumenta a cada ameaça de crise externa, pois, para acobertar as fragilidades estruturais do Real e evitar a fuga de capitais, o governo FHC a todo momento usa o expediente de aumentar os juros. Os juros do país estão mantidos em um patamar superior ao triplo dos praticados nos EUA e na Europa. Atualmente é o segundo maior do mundo, só perdendo para os da Rússia.
16. O centro do último acordo do Brasil com o FMI é exatamente o pagamento dos serviços da dívida externa. Para cumprir esse acordo, FHC tem usado de todos os expedientes possíveis para aumentar a arrecadação e cortar custos. As principais vítimas são os trabalhadores, com seus salários arrojados e enfrentando cada vez mais desemprego, a população em geral, que como consumidora acaba pagando os impostos, e os servidores públicos, com salários congelados há 7 anos. Por outro lado, a população mais carente cada vez encontra mais dificuldades para receber atendimento nos serviços públicos de saúde, educação, apoio à habitação etc.
17. No início deste ano, o governo anunciou a retomada do crescimento econômico, sinalizando inclusive com a queda dos juros, expansão do crédito imobiliário. A rigor, existiram três fatores ajudando a economia. O clima contribuiu com o aumento da produção agrícola e o “mal da vaca louca” fez aumentar a procura pela soja para ração e da carne brasileira no mercado mundial. O preço do petróleo internacional deu sinais de queda e a Petrobrás vinha aumentando a produção interna, contribuindo para a redução do déficit comercial. Por outro

7º CONFUP

lado, FHC começa a colher os frutos – ou melhor, os carros - de sua política de transformação do país em um grande parque das montadoras automobilísticas. Apoiadas nos incentivos oficiais e nas facilidades ambientais, várias novas montadoras começam a produzir e vender a juros facilitados, além de exportar parte de sua produção.

18. Os momentos de otimismo, no entanto, não resistiram aos maus ventos portenhos e à recessão americana. Para mudança da curva, também contribuiu a febre aftosa- afinal, vírus e bactérias não reconhecem as fronteiras (nem na Europa nem na América Latina). A curva dos juros voltou a crescer. Sintetizando as fragilidades estruturais do país e do Real, o dólar subiu. Em consequência, os indicadores inflacionários também passaram a crescer e os especialistas em previsões começam a revisar seus índices de crescimento da economia para este ano, reduzindo-os. O que restava de otimismo até o final de abril, foi por terra com a explicitação da crise energética.
19. Esta crise demonstrou a fragilidade do discurso privativista e reafirmou a necessidade da intervenção e presença ativa do estado em setores chaves da economia, tais como de infraestrutura. Os governos neoliberais há anos impediam as suas estatais de investir no setor, apostando na chegada de investimentos privados. Eles não vieram e agora toda a sociedade terá que pagar um ônus social e econômico. Sobrou para o governo o ônus-político.
20. Como a política é expressão da economia, e vice-versa, a base aliada de FHC está agitada. A sucessão de 2002 se aproxima e os movimentos de bastidores estão trazendo à tona fatos que estavam encobertos. A batalha Jader X ACM, teve seu auge na comprovação da violação do painel do Senado e já feriu mortalmente o ex-líder do governo, José Roberto Arruda e colocou ACM na berlinda. Para tentar impedir a criação da temida CPI da corrupção o Planalto começou contra-atacando com publicação de listas de fraudes e fraudadores da SUDAM e da SUDENE. Alguns até tiveram que passar uma noite na cadeia. Preço barato para quem já levou tanto. Acabou tendo que promover um verdadeiro escândalo impondo a aliados e adesistas a retirada de assinaturas às custas de todo tipo de pressão e liberação de verbas.
21. Em vez de providenciar uma investigação a fundo das fraudes naqueles órgãos, FHC acabou optando por extinguí-los. Será que em sua cabeça esta é solução também para os fraudadores presentes no Congresso, no Judiciário e no próprio Planalto?
22. A crise no Senado, as manobras descaradas para impedir a CPI e as brigas entre a base aliada do governo, no entanto, apesar de indignar a opinião pública, ainda não se transformou em mobilização de massas. Os maiores partidos de esquerda e a CUT não estão conseguindo - ou não estão se dispondo - a capitalizar a indignação, transformando-a em mobilização. Sequer se tem visto algo parecido com a união e a mobilização que, em 2000, levou cerca de 6 milhões de brasileiros a votar no plebiscito contra o pagamento da dívida externa e pelo rompimento dos acordos com o FMI.
23. Há alguns meses que o único movimento de massas que tem mantido a postura de mobilização permanente contra o governo FHC é o MST. Suas ações tem capitalizado as atenções e apoio da opinião pública. Apesar de todo o desgaste do governo e as consequências nefastas das privatizações, já entendidas por grande parte da população, tem havido pouquíssimo movimento contra a anunciada privatização de Furnas. Também foi pequena a mobilização para que se garantisse o pagamento integral das correções dos roubos do FGTS. Resultado de acordo com as Centrais pelegas, o Governo mandou para o Congresso um projeto que transforma credores em devedores, ou seja, os próprios trabalhadores terão que pagar grande parte do que têm a receber. Sem contar as correções dos 40% das multas das demissões, que os patrões deveriam pagar e sobre as quais ninguém fala. A luta pelo reajuste do salário mínimo para pelo menos U\$ 100,00 encerrou-se na aceitação de R\$180,00, hoje menos de U\$ 80,00! E os salários mínimos regionais maiores, como no RJ e RS, na realidade só servem para ajudar o Governo Federal a acabar com o salário mínimo nacional. Palmas aos estudantes baianos que não se intimidaram diante da truculência dos prepostos de ACM na Bahia e deram o sinal de largada a um período que pode ser de grandes mobilizações e enfrentamentos.

7º CONFUP

24. Essa situação é contraditória com o resultado eleitoral de 2000, quando as oposições (aí incluídos PPS e PSB, além de PDT, PC do B e PT) tiveram um grande crescimento eleitoral. Porque não utilizar esse prestígio para mobilizar a população contra a política de FHC/FMI?
25. Na realidade, a contradição se explica por uma prioridade desses partidos em canalizar suas energias para a solução institucional dos problemas sociais. Assim, acabam passando ilusões para as massas e caindo em outro patamar de contradições. Por falta de mobilização popular, alguns governos de esquerda estão buscando alianças à direita para viabilizar seus projetos. É o caso de Marta, em São Paulo, que levou o banqueiro João Sayad para seu secretariado. Zeca do PT chegou a convidar o pefelista Saulo Ramos para também integrar seu governo. No Rio, Garotinho, eleito com apoio decisivo do PT, agora governa com a velha cúpula política do Estado, que derrotara nas urnas.
26. As consequências da falta de mobilização popular são a dispersão de forças e o prenúncio de uma fragmentação da esquerda (até internamente, no PT), para a disputa das eleições presidenciais de 2002. Enquanto a esquerda nem mobiliza pelas questões imediatas, nem se une em um programa comum de alternativas para o país, o Planalto vai planejando suas medidas para o fortalecimento de seus candidatos. Prepara o primeiro reajuste salarial dos servidores públicos, toma algumas iniciativas para reduzir os preços dos remédios e prepara para as vésperas das eleições o pagamento da correção do FGTS para mais de 90 % dos quem têm a receber. Enquanto ataca o MST por inúmeros meios, cria o Banco da Terra, tentando cooptar parte dos trabalhadores rurais sem terra.
27. Assim, a conjuntura está a exigir ação por parte das forças de esquerda. Uma pauta mínima deve ser formulada com urgência e um calendário que leve as massas para as ruas. Inúmeras questões requerem respostas imediatas. A mobilização em torno de algumas mais centrais pode alavancar a possibilidade de vitória também em outras.
28. Dentre essas questões que merecem união e mobilização já, com enorme impacto social para o país, podemos destacar:
 - Pagamento integral das correções do FGTS;
 - fim das privatizações;
 - reajuste para os servidores públicos federais, imediatamente;
 - suspensão do pagamento da dívida externa e auditoria sobre a mesma;
 - abertura imediata de financiamento para habitações populares;
 - redução da jornada de trabalho - emprego e lazer para todos!
 - mais empregos e melhores salários
29. Um primeiro momento para se impulsionar a retomada da luta a nível nacional, agitando-se essas bandeiras, é empenharmos todo nosso apoio à mobilização pela ocupação de Brasília no próximo dia 27/06/01, chamada pelo fórum de lutas Cidadania.
30. É com base em um plano de mobilização unitária por questões de interesse dos trabalhadores e do país que a esquerda poderá formular um programa de governo com alternativas ao neoliberalismo para, de forma unitária, disputar as eleições em 2002, trazendo esperanças de mudanças no País.
31. Fica mais evidente a importância de uma candidatura não apenas comprometida com a classe trabalhadora mas que possa ser dirigida por ela, neste sentido, os petroleiros reafirmam a sua disposição de continuar apoiando uma chapa de esquerda para presidente, capaz de representar os interesses dos trabalhadores.

Tese 3

Articulação Sindical

“Organizar os trabalhadores petroleiros (todos) sem abrir mão de nossas bandeiras históricas”

I – Introdução

1. O título da tese da Articulação Sindical traduz o que entendemos ser o objetivo principal do movimento sindical petroleiro e da categoria, sem contudo desconsiderar a nossa participação histórica nas lutas gerais da sociedade.
2. A Federação e seus Sindicatos filiados devem ter como prioridade organizar todos os trabalhadores petroleiros, contratados diretamente ou indiretamente, nas atividades fins ou de apoio à indústria petrolífera. Essa necessidade se acentua ainda mais a partir da quebra do monopólio da Petrobrás nas atividades de pesquisa, prospecção, produção, refino e transporte de petróleo e derivados, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 9 em novembro/95 e, a aprovação da Lei 9.478 de agosto/97 que regulamentou o setor petróleo no país, permitindo e ampliando a participação de empresas nacionais ou transnacionais.
3. Essa tarefa é necessária e urgente, antes que aventureiros, pelegos - novos ou antigos - com o apoio da “Farsa Sindical” e do empresariado do setor, vendam ilusões aos trabalhadores petroleiros como já fazem em algumas bases. De outro lado, enquanto uma das maiores categoria em organização e poder de pressão, não podemos deixar de nos inserir nas mobilizações da sociedade por melhores condições de vida e cidadania.

II – Conjuntura Internacional

4. A economia internacional passou por profundas transformações econômicas e sociais nas últimas décadas. Após o esgotamento do padrão de desenvolvimento fundado na industrialização, com forte intervenção do Estado, e no chamado estado do bem-estar social, a liberalização e a desregulamentação econômicas vêm conduzindo os processos de ajuste das economias nacionais à crescente integração e formação de mercados regionais e mundiais mais abertos.
5. Os principais aspectos que caracterizam as mudanças na economia mundial são a financeirização da riqueza, a forte expansão dos fluxos de comércio e investimentos, a transformação da base técnica das estruturas produtivas, do comércio e dos serviços, liderados pelas grandes empresas multinacionais, a instabilidade do crescimento, a explosão do desemprego e a concentração de renda entre classes e países.
6. O processo de abertura e desregulamentação econômicas em escala global forjou um gigantesco processo de concentração de capitais na década passada, especialmente nos seus últimos anos. Esse processo de aquisições e fusões é distinto daquele dos anos 70, em razão dos valores envolvidos e também pela mudança dos setores que estão liderando esse processo.
7. Segundo a Securities Data, somente no ano passado os processos de aquisições e fusões somaram no mundo mais de US\$ 2,3 trilhões (89% são empresas européias e norte-americanas), o equivalente a cerca de 25% do PIB dos EUA, enquanto nos anos 70 essa cifra era inferior a 5%, formando empresas cujo valor de mercado é maior que o PIB da maioria dos países do mundo, sendo superado apenas pelas dez maiores economias.

7º CONFUP

8. Hoje, pouco mais de três anos após as turbulências cambiais que sacudiram o sudeste da Ásia, a economia capitalista mundial continua marcada pela instabilidade financeira, traduzida agora nas vertiginosas oscilações das bolsas de valores nos EUA. As causas fundamentais daqueles acontecimentos, que abalaram as certezas e evidenciaram o artificialismo do chamado pensamento único, não foram removidas.
9. Ao mesmo tempo em que avança e se firma como um sistema imperialista mundial, o capitalismo padece uma crise estrutural, sistêmica, que corre ao largo dos ciclos produtivos clássicos, embora com eles interagindo, e se manifesta, de um lado, na progressiva redução das taxas de crescimento do PIB e, do outro, na elevação dos níveis de desemprego, fenômenos observáveis em quase todos os países do globo.
10. A crise também reflete o fracasso do neoliberalismo, que começou a ser implementado no final dos anos 70, na Inglaterra e EUA, como uma política destinada a maximizar os lucros das multinacionais, reduzindo a intervenção do Estado na economia, abrindo fronteiras a investidores e especuladores e suprimindo direitos previdenciários e trabalhistas, com a promessa de promover um crescimento mais robusto das economias, o que não ocorreu.
11. Outro aspecto relevante da atual conjuntura internacional, entrelaçado à crise econômico-financeira, é a crescente ofensiva do imperialismo ianque em todos as esferas e regiões. Com o colapso da União Soviética, as classes dominantes dos EUA ficaram convencidas de que agora são donas absolutas e incontestáveis do mundo. De vez em quando elegem entre os países do chamado Terceiro Mundo uma vítima para seus bombardeios e aventuras bélicas. Promoveram guerras contra o Iraque, Somália, Iugoslávia e mal disfarçam o arrogante objetivo de consolidar sua hegemonia e estabelecer no porrete uma "nova ordem mundial", sustentada na unipolaridade e em conformidade com os interesses e a vontade da burguesia norte-americana.
12. O império mantém o já histórico bloqueio econômico contra Cuba; as represálias com base em leis extraterritoriais; eleva as pressões para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas, reitera a proposta de constituição de uma força de intervenção multinacional "em defesa da democracia", naturalmente liderada por "boinas verdes", e - devemos manter as barbas de molho - tende a ressuscitar a idéia de "globalizar" a Amazônia.
13. Cabe registrar o aumento dos investimentos e a "ajuda" militar dos EUA em países como a Colômbia e Peru, nos quais o Tio Sam anda promovendo freqüentes e indesejáveis manobras militares nas fronteiras do Amazonas.
14. O predomínio do ideário neoliberal na condução do processo de globalização econômica aumentou a pobreza e o desemprego no mundo, especialmente nos países em desenvolvimento e mais pobres. Segundo estudos do Banco Mundial (99), metade da população mundial (pouco mais de três bilhões de pessoas) vive com menos de US\$ 2,00 por dia, e 1,2 bilhão de pessoas vivem com menos de US\$ 1,00 ao dia.
15. Excluindo a China, o número de pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,00 ao dia aumentou de 880 milhões para 980 milhões entre 1987 e 1998. Em apenas 11 anos, mais de 100 milhões foram lançados à condição de pobreza absoluta e 95% desse contingente concentra-se nos países em desenvolvimento e mais pobres. Apesar disso, os EUA, que apresentaram taxas positivas de crescimento durante a década passada, viram a participação dos pobres aumentar de 15% do total da população no final dos anos 80 para 18% no final dos anos 90 (Banco Mundial, 1999).
16. Os efeitos das políticas neoliberais são, portanto, mais perversos nos países da periferia do sistema, nos quais o processo de abertura indiscriminada das economias e as privatizações agravaram a dependência econômica, os desequilíbrios das contas externas e a espoliação dos monopólios e potências imperialistas.
17. Constrangidas (e coniventes) às amargas e ineficazes receitas impostas pelo FMI, as nações da periferia não conseguem fugir à lógica da estagnação econômica. A América Latina, por exemplo, depois de duas décadas perdidas, ingressou no ano 2000 mais pobre do que em 1982, quando eclodiu a crise da dívida externa.

7º CONFUP

18. Diante da crise, os países imperialistas, com EUA à frente, têm intensificado um processo de superexploração, buscando impor uma verdadeira recolonização nos países dependentes, como o Brasil e toda a América Latina. Organismos internacionais, como o FMI e a OMC têm desenvolvido uma política de rapina sem precedentes e de ataque à soberania desses países, uma ofensiva recolonizadora no terreno econômico, político e militar.
19. Mecanismos como a dívida externa, abertura comercial e financeira, privatizações e desnacionalização das economias sangram como nunca continentes inteiros, em benefício de um punhado de oligopólios internacionais. O FMI hoje gerencia no cotidiano a condução das economias e os Estados vão perdendo poder. Isto ocorre junto com uma recolonização militar na América Latina, com a instalação de bases militares e a presença de tropas norte-americanas em inúmeros países. Em nome de um suposto “combate às drogas” ou “defesa humanitária”, sob a condução do Pentágono ou da DEA, os EUA intervêm diretamente nos países.
20. O comportamento errático dos juros tem muito a ver com o déficit mensal de 30 bilhões de dólares nas contas correntes do balanço de pagamentos dos EUA. A necessidade e agora a dificuldade de captar recursos de tal monta, para financiar o rombo externo são fonte - provavelmente as principais - da recorrente instabilidade do sistema financeiro e monetário internacional e das bruscas osciladas dos fluxos de capitais.
21. Outra questão importante é a quantas anda a democracia na América, depois da tentativa de Impeachment de Clinton e, agora, com essa extraordinária e incrível história da apuração da eleição dos EUA. Ícone da "democracia moderna, berço da economia de ponta e da sociedade cibernética" até então, o sistema político norte-americano viveu uma experiência típica das "repúblicas das bananas".
22. Independente do desfecho, a legitimidade do presidente Bush foi aparentemente atingida, e a questão é: que tipo de presidência este poder rachado lhe proporcionará? Um governo suprapartidário será suficiente para fechar as feridas causadas pela batalha pelos votos da Flórida, ou será preciso promover modificações de engenharia constitucional?
23. O resultado das eleições mostrou um país dividido. Mesmo com muita habilidade, dificilmente Bush conseguirá fechar as feridas abertas pela disputa eleitoral, e sobretudo, pelo embate na mídia. Vale lembrar que, durante a próxima gestão, estão previstas as principais negociações para a criação da ALCA, cuja formalização deverá estar concluída em 2005. Mas, até lá, tudo dependerá do ritmo de crescimento da economia norte-americana, que já vem mostrando sinais de recessão.
24. Se essa tendência for confirmada, as exportações latino-americanas que, no seu conjunto, ainda têm nos EUA seu principal mercado, deverão sofrer uma drástica redução. O México será o país mais atingido porquanto seu comércio, em franca ascensão, está massivamente voltado para o país vizinho. Mas, por outro lado, espera-se que a mesma lógica obrigue a uma significativa redução dos juros, a qual aliviaria, em alguma medida, o serviço da dívida externa.
25. O que podemos decifrar é que, nos próximos anos, a América Latina estará à deriva, procurando ler seu destino no indecifrável quadrante da economia norte-americana e internacional. Sejam quais forem as hipóteses que se tornarão realidade, é certo que as relações entre Estados Unidos e América Latina não mudarão de patamar, nem experimentarão transformações significativas. A região continuará ocupando um espaço reduzido nas preocupações da Casa Branca, cujas prioridades concentram-se, já há algum tempo, na Europa e na Ásia.
26. Com exceção do México, o mais provável é que a América Latina permaneça em banho-maria durante a próxima década. A ausência de uma visão política de longo alcance e a pouca importância que a região detém na ordem global contribuirão para que na próxima gestão se reforce a pauta hoje existente, limitada à administração das crises que intermitentemente sacodem a semiperiferia.
27. Diante desse provável futuro, os governos da América Latina fariam bem em competir o que sempre foi hábito nos países centrais: olhar primeiro e sobretudo para dentro de casa. Mais do que nunca, os conselhos de Maquiavel são oportunos para os "príncipes" do hemisfério Sul, que

7º CONFUP

dizem estar trabalhando para que seus Países ingressem no primeiro mundo: "A opinião e a máxima dos políticos sábios têm sido sempre a de que não há nada tão frágil e vacilante como a reputação de uma potência que não esteja fundada sobre suas próprias forças".

A Crise do Mercosul e a Mobilização Sindical

- 28 Os Países do Cone-Sul, começaram há 10 anos, a construir caminhos de integração para o Mercosul com o intuito de participar de forma mais equilibrada no processo de globalização.
- 29 Entretanto, o movimento sindical desde o início buscou advertir para as dificuldades que seriam enfrentadas, dadas as características que conformaram os planos econômicos implantados nos Países da América Latina, e defendem de forma clara outra direção para a integração continental, calcada na democracia, na inclusão e com transparência.
- 30 A crise pela qual vem passando o Mercosul, principalmente após a desvalorização da moeda brasileira, somente pode ser enfrentada fazendo o que sempre defendemos: retomar a integração com uma nova política de complementação econômica, criação de fundos para financiar a reconversão produtiva e respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores e da sociedade, ao invés da lógica meramente comercial que tem norteado o processo até o momento.
- 31 Os EUA através da ALCA, põem em risco o projeto de integração regional no que tange a defesa das Industrias Nacionais, dos direitos dos trabalhadores e do emprego, coloca em xeque também a preservação do meio ambiente e as possibilidades de um desenvolvimento sustentável, intensificando o ataque aos direitos dos setores mais vulneráveis, ataca também as nossas culturas e a nossa história.
- 32 Na prática, a ALCA é uma proposta que tem como pano de fundo liquidar as economias da América Latina, gerando mais dívida externa, desemprego em massa, flexibilização dos direitos trabalhistas e previdenciários, e queda da massa salarial.
- 33 As mobilizações e a resistência do movimento sindical, dos trabalhadores e da população que ocorrem na Argentina, são muito importantes, e têm um significado especial para o destino de todos os Países da América Latina, uma vez que, propõem uma discussão sobre como devemos nos comportar, e o que devemos fazer para buscar avançar no que tangem as negociações da ALCA, inclusive buscado adiar a sua implantação para além de 2005.
- 34 O movimento social na região foi capaz de conquistar uma série de espaços institucionais, como o Fórum Consultivo Econômico e Social, o Subgrupo 10, o Observatório de Emprego, a Declaração Sócio Laboral e a Comissão Sócio Laboral. Também fomos capazes de promover atividades de mobilização supranacionais, como a Manifestação de Fortaleza em 1996 e o Primeiro de Maio Unificado em Santana do Livramento, fronteira Brasil-Uruguaí, em 1999. Devemos intensificar nossa inserção em todas as ações, atividades e mobilizações supranacionais organizadas tanto pela CUT como as do nosso Ramo.
- 35 O movimento sindical deve começar a desenvolver formas efetivas de integração entre os trabalhadores e os povos dessa região. O intercâmbio sindical e das experiências das lutas de resistência de nossos países será fundamental para uma verdadeira integração. Neste sentido, é acertada a posição da CUT em participar e apoiar a luta dos trabalhadores e do povo Argentino.

Aliança do Movimento sindical com os Movimentos Sociais

- 36 Não vamos derrotar o neoliberalismo sozinhos. O fato dos países membros da OMC não terem conseguido iniciar uma nova rodada de negociações para liberalizar ainda mais o comércio mundial, particularmente na área de serviços, investimentos e compras governamentais, por causa das divergências existentes entre os governos, somado a uma grande mobilização sindical e popular durante a III Conferência da OMC em Seattle, é um indício muito importante do desgaste de 20 anos de políticas neoliberais decorrente do agravamento da pobreza e do

7º CONFUP

desemprego, apesar das promessas do contrário. Para o sucesso dessa mobilização, bem como uma mais recente que ocorreu em Washington durante a reunião da direção do FMI, foi fundamental o trabalho conjunto dos sindicatos, organizações sociais, ONGs, Universidades, Igrejas, partidos políticos e pequenos empreendedores.

- 37 É nossa tarefa estender essas iniciativas também no âmbito nacional e continental, como já ocorreu na manifestação popular durante o Fórum Social em Porto Alegre.
- 38 Temos que aprofundar essa aliança, trazendo novos atores e temas para o debate, tendo em vista que tende a crescer a massa crítica ao projeto neoliberal, o que abre uma nova perspectiva de avanço na globalização da defesa dos direitos dos trabalhadores.
- 39 Como bandeiras, defendemos:
 - ✓ Apoio à unificação das lutas dos trabalhadores da América Latina;
 - ✓ Não ao ALCA, pelos direitos sociais e trabalhistas internacionais;
 - ✓ Engajamento da CNQ na campanha pelo plebiscito sobre o pagamento da dívida externa, dentro da estratégia continental do não pagamento dessa dívida;
 - ✓ Fora às tropas norte-americanas da Colômbia;
 - ✓ Dar continuidade à construção da unidade entre diversos setores sociais e políticos de todos os países contra a OMC, iniciada em Seattle, prevendo novas ações coordenadas contra esse e outros organismos internacionais utilizados pelo imperialismo contra os povos.
 - ✓ Autodeterminação para o Timor Leste;
 - ✓ Fim do bloqueio econômico à Cuba;
 - ✓ Apoio à luta dos trabalhadores de todo o mundo.

III – Conjuntura Nacional

40. O ano de 1999 foi marcado por grandes mobilizações, que culminaram com a "Marcha dos 100 mil", em Brasília e o ano 2000 por mobilizações, como as manifestações dos 500 anos, as manifestações do Grito dos Excluídos, o Plebiscito da Dívida Externa e a retomada de intensas mobilizações do movimento sindical CUTista.
41. A Esquerda foi a grande vitoriosa nas eleições municipais de 2000. Com destaque para o PT que ganhou 13 das 16 disputas que protagonizou no segundo turno. Seus resultados representam, em alguma medida, uma derrota para o projeto neoliberal. Uma derrota à política econômica do governo, contra o desmantelamento do Estado, da entrega do país ao capital financeiro internacional, das privatizações de setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e da falta de investimentos sociais.
42. Os partidos do bloco governista: PSDB, PFL, PMDB e PPB elegeram, em números absolutos a maioria dos prefeitos, o bloco de oposição: PT, PDT, PSB e PCdoB, elegeu 609 prefeitos. O que indica que os governistas mantêm grande densidade eleitoral. Contudo, a comparação com eleições de 1996, revela um crescimento importante da oposição, principalmente nas grandes e médias cidades. Por outro lado, a atitude dos partidos governistas: ao contrário de 1996, quando o "Real" foi uma bandeira eleitoral, em 2000 os partidos conservadores buscaram esconder suas ligações com o governo federal.
43. O resultado provocou o aumento da disputa interna entre as elites. Conflitos no governo, disputas no Congresso Nacional e a preparação das eleições 2002 enfraqueceram o bloco governista, e que permitiu ao bloco de oposição batalhar com chances de êxito pela implantação das CPIs da corrupção e do senado.

7º CONFUP

44. A situação econômica internacional, somada aos limites do próprio modelo vigente no Brasil, derruba as previsões sobre a economia brasileira. Ela cresceu nos três primeiros trimestres de 2000, ensejando análises otimistas que previam um desenvolvimento sustentado para o próximo biênio, o que forneceria um álibi para os candidatos do bloco governista.
45. O desempenho das oposições, as dificuldades do modelo econômico adotado pelo governo FHC, incluindo as relacionadas com a instabilidade internacional, a crescente crise social e os conflitos na base governista significam importantes perspectivas para o processo eleitoral de 2002.
46. As mobilizações e greves ocorridas em 2000 indicam ser possível reforçar na cena política o papel do movimento sindical e das entidades da sociedade civil organizada, o que pode alterar de maneira significativa, a correlação de forças na disputa política do próximo período.
47. A execução do orçamento da União de 2000 revela as prioridades do Governo FHC na alocação dos recursos financeiros. Cumprindo o que fora acordado com o Fundo Monetário Internacional, a União obteve um superávit primário de R\$30,6 bilhões. Incluindo-se o resultado dos Estados e municípios, o superávit chegou R\$38,2 bilhões, ultrapassando em R\$1,4 bilhões a meta estabelecida. Isso significa que o Governo ficou com todo esse montante para o pagamento de juros, encargos e amortizações das dívidas interna e externa. Ocorre que o serviço da dívida interna consumiu R\$69,3 bilhões e da externa R\$19,9 bilhões, totalizando R\$89,2 bilhões. Sendo que apesar da drástica economia feita pelo Governo foram necessários novos empréstimos para pagar os títulos vencidos.
48. Comparando com outras despesas da União em 2000. Os gastos com investimentos, que representam a contribuição do Estado para o crescimento econômico e para o bem-estar social, e totalizaram R\$10,1 bilhões. Sua relação com o serviço da dívida ficou em 1 para 9. A Previdência Social consumiu R\$93,4 bilhões. O pagamento de aposentados e pensionistas do setor privado custou R\$60,2 bilhões e do setor público R\$22,5 bilhões. A área da Saúde, recebeu R\$20,3 bilhões. (Os recursos do Sistema Único de Saúde relativos ao atendimento ambulatorial, emergencial e hospitalar foram de R\$10,9 bilhões). A Educação ficou um pouco abaixo da Defesa Nacional, ambas com R\$10,6 bilhões. A área do Trabalho recebeu R\$6,2 bilhões e a de Assistência Social R\$4,4 bilhões. O Judiciário recebeu R\$6,5 bilhões e o Legislativo ficou com R\$1,8 bilhões. Nenhuma dessas áreas sofreu cortes drásticos em relação ao autorizado pela Lei Orçamentária de 2000. Noutras áreas, ao contrário, os cortes foram fortes. Foram gastos com Organização Agrária R\$1,1 bilhão (81% do aprovado), com Transportes R\$3,3 bilhões (61%); com Habitação R\$6,0 bilhões (37%) e com Saneamento básico R\$160 milhões (51%).
49. Números que demonstram que o superávit primário, que permite ao Brasil continuar tomando empréstimos no mercado internacional mantendo relativa confiança dos credores, é conseguido às custas de sacrifício da população com os cortes dos gastos públicos na área social, ficando clara a prioridade conferida aos recursos públicos para a área fiscal (pagar aos credores) e não ao crescimento econômico.
50. Além de algum crescimento industrial, houve um pequeno crescimento econômico global em 2000. Contudo, as dificuldades crescentes na área do comércio exterior não permitem qualquer otimismo. Embora não se possa falar de recessão, é certo que a economia dos EUA está em processo de desaceleração, o que acarreta menor volume em suas importações e portanto baixa no volume e também nos preços dos produtos brasileiros de exportação, as disputas cada vez mais frequentes no fórum da OMC (sob hegemonia da OCDE) e a imposição da ALCA que ameaça liquidar com a frágil estrutura do Mercosul, tudo isso pode fazer diminuir as exportações brasileiras e dificultar as importações indispensáveis ao crescimento econômico.
51. A aliança entre PSDB, PFL, PMDB e PTB, reuniu políticos modernos (muitos de origem de esquerda) que criam conveniente (ou inevitável) para o Brasil a integração na economia globalizada, e políticos tradicionais, cuja saída era se aliar ao projeto neoliberal, como antes se haviam associado ao tecnocratismo militar. Para estes, o importante era manter acesso às alavancas de controle do Estado, a possibilidade de nomear e demitir, de fazer obras, e

7º CONFUP

subsidiar os níveis administrativos locais e regionais. Por meio dessa aliança que lhe assegura uma esmagadora maioria, o governo FHC conseguiu que o Congresso praticamente se limitasse a homologar as decisões tomadas no Palácio do Planalto. Basta pensar nas emendas constitucionais, nas reformas encaminhadas pelo Executivo, nas inúmeras Medidas Provisórias (inclusive sobre matérias sem urgência), e o reduzido número de projetos advindos do próprio Congresso. O fato de a base governista ter boicotado a dispendiosa convocação extraordinária do Congresso, convocada pelo próprio Governo, logo que sofreu uma derrota em plenário, mostra como o Executivo tem se servido do Legislativo como poder meramente homologador.

52. Enquanto a coligação interessou a cada subgrupo, para obter e manter o acesso ao poder, foi possível uma colaboração competitiva, na qual se disputavam recursos (verbas, nomeações), numa disputa limitada pela percepção de que os ganhos no atacado compensavam as perdas no varejo devido às inevitáveis escaramuças entre coligados.
53. As duas eleições presidenciais e as eleições parciais realizadas nos dois períodos do atual presidente, mantiveram este jogo do “disputar espaço até certo ponto”, ficando sempre este ponto prudentemente localizado antes da ruptura, as exceções são os escândalos da SUDAM, SUDENE, CPIs da corrupção e o episódio da quebra do sigilo do painel eletrônico do senado, aonde até o aliado-mor ACM tem sido submetido a um determinado isolamento, ficando vulnerável ao processo de cassação.
54. Os resultados das eleições municipais de 2000, como já foi ressaltado, revelaram um avanço de forças da oposição, colocando em risco para todos os parceiros sua permanência no poder após as eleições presidenciais no próximo ano. Com isto, o caráter da disputa passou a ser não apenas por fatias de poder no varejo, mas de mudança substancial no atacado. Ou seja, quem comandará a campanha presidencial como representante da atual elite dirigente. É neste contexto que deve ser apreciado o embate pelas presidências do Senado e da Câmara.
55. Ao apoiar a aliança PSDB-PMDB, alijando assim o PFL do comando no qual ele vinha se alternando em cada uma das casas, o governo FHC não estava apenas interferindo numa disputa partidária. Ao que tudo indica, estava definindo sua opção pelo PMDB como aliado preferencial para a campanha de 2002. Os analistas políticos especulam sobre as razões dessa opção dizendo que, não tendo o PFL candidatura própria eleitoralmente viável, será obrigado a compor-se dentro da aliança PSDB-PMDB. É bem verdade que o PMDB também não dispõe hoje de candidatura própria com chances de vitória, ou seja, não tem levado em conta a proposta do nome de Pedro Simom, e tem levantado a hipótese de reintegrar o governador Itamar Franco e fazer dele seu candidato. Essa possibilidade provocaria a fratura da atual aliança governista, FHC não teria outra opção senão curvar-se ao PMDB.
56. Os partidos governistas prosseguem com muita força. Possuem uma extensa base política em governos de estado e prefeituras. Dispõem de maioria parlamentar. Têm enorme poder econômico e controle de grande parte dos meios de comunicação. Não vacilarão em utilizar todos os meios para impedir que as esquerdas ganhem o governo. Os setores financeiros e políticos internacionais farão tudo o que estiver ao seu alcance para impedir que um governo de esquerda no Brasil ofereça um exemplo de resistência e se torne referência de uma nova alternativa para o mundo, em especial para a América Latina.
57. A Agenda de Governo, anunciada apenas como estratégia para substituir a pauta negativa da imprensa, centrada nas denúncias de corrupção e nas brigas internas na base do governo, poderá ganhar relevância e até virar prioridade do Congresso, dependendo do cenário externo. A crise de Argentina e as incertezas sobre o desempenho das economias americana e japonesa poderão ser utilizadas pelo governo, como o fez no período da crise da Ásia, para aprovar as matérias de seu interesse.
58. A situação, que do ponto de vista político e econômico parecia sob controle, apesar de dissidências pontuais na base do governo, se agravou muito nos últimos dias. Além da instabilidade externa, do risco de racionamento de energia elétrica e da ameaça de CPI no Congresso, houve, ainda, a tragédia da Petrobrás e o aumento da taxas de juros.

7º CONFUP

59. Inclui-se na quota do agravamento recente da crise, o comportamento dos presidentes da Câmara e do Senado, que tem irritado o palácio do planalto. O primeiro, segundo fontes do governo, por estar sendo muito “condescendente” com a oposição, tanto na definição da pauta quanto no processo de votação na Câmara, e, o segundo, acuado por denúncia de corrupção, por ter subscrito o requerimento que cria a CPI contra o governo.
60. No plano político, preocupado com o esgotamento acelerado de sua legitimidade, o presidente decidiu agir para recuperar o controle da situação, de um lado acionando mecanismos institucionais para enquadrar os presidentes das Casas do Congresso, e, de outro, avocando para si a responsabilidade de impedir a CPI, restaurando o balcão de negócio, que caracterizou o período da votação da emenda constitucional da reeleição.
61. Para controlar a situação, o governo poderá, ainda, fazer uso do fantasma da crise externa como única forma capaz de enquadrar sua base de sustentação, exigindo dela o apoio a medidas de caráter impopular, algumas das quais destinadas a aprofundar o ajuste fiscal.
62. É importante lembrar que o governo FHC, na busca de melhorar sua imagem junto a população, tem se apropriado indevidamente de bandeiras defendidas pelas forças de esquerda e do campo democrático e popular como: programa de renda mínima, bolsa escola, lei de patentes, remédios genéricos, etc., sendo que na maioria das vezes desvirtuando e descaracterizando estas propostas.
63. Outro artifício utilizado pelo governo FHC, é a coopitação e adestramento da Força Sindical e outras centrais sindicais, que se submetem a apoiar propostas que têm como objetivo: a desregulamentação e a flexibilização de direitos, as privatizações, a reforma da previdência, a reeleição de FHC, o contrato temporário, agravando a exclusão social em troca de favores e de fontes de financiamentos, com isto atrasando a luta dos trabalhadores. Exemplos claros da visão equivocada destas centrais são a aceitação da proposta do governo sobre como efetuar o pagamento dos resíduos do FGTS, e a transformação do 1º de maio em mega eventos e shows, deixando em segundo plano a sua caracterização como um dia de luta e de resistência contra as políticas neoliberais, e na busca da emancipação da classe trabalhadora.
64. Combater as políticas antipopulares e antinacionais do governo FHC, fazer o debate de políticas alternativas, buscar a mobilização social, construir uma aliança política e social são condições necessárias para o embate de 2002.
65. A CUT decidiu, em seus principais fóruns no último período, intensificar as lutas e mobilizações imediatas em defesa do FGTS, do salário mínimo, do reajuste salarial dos servidores públicos e contra as privatizações. Em 2001, tem buscado avançar para além da experiência positiva da unificação das campanhas salariais do segundo semestre de 2000: participando das reuniões de negociações dos ramos, construindo instrumentos que vincule as campanhas salariais com as lutas pela correção do FGTS, pela valorização do salário mínimo, de combate ao desemprego, pela reforma agrária, pelo não pagamento da dívida externa, tendo como eixo à bandeira do "Fora FHC e o FMI". Além do fortalecimento do Fórum Nacional de Luta por Trabalho, Terra e Cidadania, reconhecido espaço estratégico e de desenvolvimento da luta unitária do movimento sindical com o conjunto das entidades da sociedade civil organizada.
66. Articular as campanhas de combate às privatizações, produzindo instrumentos de unificação das lutas que possam contribuir com o trabalho de sensibilização da população em geral, construindo uma visão crítica. Intensificar a luta contra as privatizações, priorizando as iniciativas relacionadas à privatização de Furnas e da Petrobrás. A tomada de iniciativas que busquem comprometer os governos dos Estados e municípios que sofrerão impactos diretos com a privatização das últimas empresas públicas importantes para o desenvolvimento.
67. Nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001 aconteceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, o 1º Fórum Social Mundial. O Fórum foi convocado na esteira das mobilizações contra a globalização neoliberal que têm crescido por todo o mundo desde as massivas manifestações em Seattle, EUA, em novembro de 1999. Sua realização foi referendada por dezenas de movimentos sociais, ONGs e organizações sindicais de diversos continentes que se reuniram

7º CONFUP

em junho passado em Genebra, Suíça, para protestar durante a reunião da ONU que avaliou os resultados obtidos após cinco anos da Conferência dessa instituição sobre Desenvolvimento Social. A data escolhida coincidiu e é um contraponto à realização do Fórum Econômico Mundial de Davos, Suíça, financiado pelas grandes multinacionais como centro internacional de elaboração de alternativas que permitam e assegurem a continuidade do poder aos Países centrais e aos grandes grupos econômicos trans-nacionais. Há um enfraquecimento da hegemonia neoliberal no mundo e um ascenso das lutas contra o neoliberalismo em todos os continentes. Nessa conjuntura, o Fórum Social Mundial foi um ponto de apoio para o fortalecimento das iniciativas em nível internacional dos setores sindicais, populares e democráticos antineoliberais, buscando articular as mobilizações para além das fronteiras nacionais e construindo um espaço político plural internacional de formulação de alternativas ao neoliberalismo.

68. A Campanha pelo não pagamento da dívida externa deve ter um conteúdo de denúncia do modelo econômico, estar relacionada com o debate sobre o Orçamento da União e as políticas sociais. Salário Mínimo, Previdência Social, Saúde, Habitação, Educação e outras políticas públicas. Além de retomar a proposta de Reforma Tributária e combate à sonegação.
69. A CUT e o conjunto do movimento sindical têm revelado capacidade de mobilização e, as vitórias obtidas nas últimas campanhas salariais devem servir de alento para novas mobilizações. A luta por emprego e salário digno, a luta por um aumento da participação dos salários na renda nacional, especialmente por um reajuste significativo do salário mínimo, tem hoje, se bem trabalhada, a capacidade de mobilizar milhões de trabalhadores.

Tese 4

Movimento por uma Tendência Socialista

I - Conjuntura Internacional

Século XXI: Recolonização e superexploração para os trabalhadores

1. A nova ordem mundial implementada pelo sistema capitalista introduziu a globalização da economia e os processos de reestruturação produtiva.
2. A globalização econômica é parte do processo de recolonização que vivem os países semicoloniais ou do chamado terceiro mundo.
3. A recolonização significa um aumento qualitativo na subordinação destes países não somente no campo econômico, mas também no campo político e inclusive militar.
4. Com a globalização econômica os maiores beneficiários são as grandes empresas transnacionais, que ampliam seus lucros e competitividade aumentando a superexploração dos trabalhadores.
5. Significam um processo avançado de redução de direitos, flexibilização da jornada, e o fim da estabilidade para vários setores da classe trabalhadora. Nunca as massas perderam tanto em tão pouco tempo.
6. A subserviência econômica leva a que os governos dos países pobres atrem-se cada vez mais ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial, que os submete a todo o tipo de exigências.
7. Entre essas exigências, além da desregulamentação do trabalho, vemos a privatização das Estatais, a liberação dos comércios internos para os grandes empresários de Primeiro Mundo.
8. Para destroçar de vez as economias nacionais criam-se os grandes blocos econômicos regionais. Tanto a UE, quanto o NAFTA e mesmo o Mercosul se constituíram num campo

7º CONFUP

fértil para a expansão dos grandes oligopólios internacionais, à custa do sucateamento de setores inteiros das economias envolvidas.

9. Com este objetivo, em 1994 os Estados Unidos propuseram a formação da ALCA e pretendem que essa relação comercial entre em vigor em 2005.
10. Este acordo comercial abre o mercado dos países latino-americanos de maneira qualitativa. Até porque, a OMC, que rege o mercado internacional determina que os países integrantes não podem sobrepor-se as suas regras. Entre elas, temos o monopólio americano sobre as patentes que impedem o desenvolvimento de qualquer tecnologia nacional. Seu triste exemplo é o monopólio na indústria farmacêutica, que impede a produção dos genéricos - com preços bem mais baratos - se as grandes empresas farmacêuticas pressionarem a tal ponto de impedir sua produção. E, muitos dos remédios que pagamos caríssimos têm sua matéria-prima extraída de nossos países.
11. A implantação da ALCA afetará diretamente os trabalhadores de todo o continente. Será instalada uma guerra fiscal em escala continental. Para se ter uma idéia o custo de trabalho por hora no setor industrial, nos Estados Unidos chega a um valor médio de US\$ 19,20. No México este valor é em torno de US\$ 2,12. Qual a consequência disso?
12. Os empresários trabalharão com verdadeiras chantagens nos países em que tiverem suas empresas instaladas. Será a redução de custos, de direitos, de salários e de postos de trabalho, em troca da permanência da empresa. Caso contrário irão buscar países em que os custos sejam mais baratos. O resultado disso será o fechamento de empresas, causando o aumento do desemprego em diversos países e o rebaixamento salarial e de direitos.
13. As desvantagens comerciais impostas pela ALCA aos países da América Latina lhes trarão crises econômicas cada vez maiores, com maior atrelamento ao FMI e banqueiros internacionais. Garantia do pagamento das dívidas externas. Exigência de cortes nos investimentos nas áreas sociais como Saúde, Educação, moradia e emprego; cortes dos direitos sociais como a Previdência e a redução de seguros-desemprego.
14. O processo de recolonização também leva a um avanço qualitativo do imperialismo no campo da dominação política, cada vez mais os países “não desenvolvidos” têm a frente de seus países políticos diretamente subordinados ao grande capital internacional.
15. No Equador os membros do FMI despacham nos escritórios dos Ministros da área econômica, no Peru a disputa eleitoral se dá entre Toledo, que estudou em Harvard e ideologicamente é um defensor de seus senhores imperialistas, com outro representante do imperialismo, o velho Alan Garcia. Na Argentina Cavallo colocou De la Rúa em segundo plano por ser o homem do capital internacional.
16. No Brasil não é diferente, colocaram tecnocratas pró-EUA em postos-chaves, particularmente no ministério da fazenda, Banco Central, BNDES, Agência Nacional de Petróleo e Petrobrás, gente que trabalhou, estudou e morou nos EE.UU. Além da submissão total de FHC as diretrizes norte-americanas. Como no vergonhoso caso da suposta “vaca louca” brasileira.
17. No campo militar o avanço do controle imperialista aparece de maneira nua e crua na versão do Plano Colômbia. Que não se restringe apenas a Colômbia. Já envolvem as bases norte-americanas no Peru, Equador, Bolívia e Venezuela, além da presença militar no Brasil, Paraguai e Argentina. Por trás desta estratégia militar está: o controle do tráfico de cocaína, a destruição dos movimentos insurgentes e o controle da região amazônica.

Crise Econômica do Neoliberalismo

18. Vivemos a crise e decadência do projeto neoliberal com o início da crise na economia mais forte do planeta: a norte-americana. Isto vai afetar toda a economia mundial globalizada e aumentar a crise social.

7º CONFUP

19. A saída para a crise, do ponto de vista dos capitalistas, é sempre aumentar ainda mais a exploração dos trabalhadores. Destruir o meio ambiente e a vida humana a serviço do lucro das grandes empresas.
20. Os trabalhadores por seu lado iniciaram o processo de resistência a este projeto. Por isso, iremos a um quadro de polarização e acirramento das lutas em todos os países.
21. No último período assistimos mobilizações radicalizadas, ainda que com desigualdades, no México, Peru, Venezuela, Equador, Argentina, Bolívia, Costa Rica, Honduras, Guatemala.
22. Os pontos altos dessas lutas foram: a insurreição popular no Equador em 21 de janeiro, que tinha como centro o repúdio à dolarização da economia; os levantes insurrecionais aconteceram na Bolívia contra a privatização da empresa de água. As greves gerais na Argentina, que abriram uma crise institucional.
23. Mas as lutas não se dão apenas nos países latino-americanos, em todo o planeta há processos de resistência.
24. Trabalhadores, movimento popular, estudantes de todos os continentes organizam mobilizações continentais e mundiais. É a globalização das lutas. Foi assim em Seattle, Praga, Nice, Washington, Buenos Aires e Quebec.

O capitalismo mata. Morte ao capitalismo!

25. Frente a todas as constatações contra a globalização, fica cada vez mais claro que não é possível humanizar o capitalismo, como pretendem e propagam alguns setores do movimento operário internacional ao defender políticas compensatórias ou outras medidas paliativas. A essência do sistema capitalista é a destruição.
 26. Um outro mundo só será possível com a ruptura radical com esse sistema atual. Precisamos fortalecer a luta pelo desafio histórico dos trabalhadores: derrotar o capitalismo abrindo caminho para a construção de uma sociedade socialista, como condição básica para o fim da exploração e da opressão da maioria da população mundial.
 27. Portanto, a continuidade das lutas depende fundamentalmente de uma política classista das direções do movimento, sem submeterem-se à conciliação com governos e empresários. A solidariedade internacional da classe trabalhadora se faz cada vez mais necessária nesta era da globalização e crise econômica por quais começam a sofrer os países imperialistas.
- Não a ALCA e ao MERCOSUL
 - Defendendo uma verdadeira integração dos povos americanos na luta contra a fome e a miséria causada pela exploração capitalista.

II - Conjuntura Nacional

FORA FHC E O FMI!

28. Vivemos em nosso país, reflexo desta situação internacional, uma crise política institucional.
29. Crise esta que abre uma nova situação política no país e traz para a ordem do dia o desafio de derrotar esse modelo e o governo que o aplica, além de impormos o rompimento com o FMI. Essa é a tarefa mais geral que deve nortear as ações de nossa luta.
30. O governo FHC propunha estabilização financeira através da eliminação do déficit público. Para isso privatizou as empresas estatais cortou radicalmente as despesas do governo, principalmente na área social. Retirou os obstáculos para a entrada de capital estrangeiro e a total abertura do mercado para as importações. Flexibilizou a legislação trabalhista, para facilitar a reestruturação das empresas, para conseguirem aumento de produtividade e competitividade.

7º CONFUP

31. *As conseqüências da implantação do Plano Real foram devastadoras para o país. O desemprego triplicou, os serviços públicos estão sendo destruídos, privatizou-se (melhor dizendo, doou-se) a maior parte das estatais, abriu-se a economia do país para a rapina do capital financeiro internacional (as dívidas externa e interna saltaram para cerca de 600 Bilhões de dólares) e promoveu-se uma profunda desnacionalização da indústria. A desregulamentação de direitos, a precarização do trabalho foi outra faceta deste processo, impulsionada por iniciativa dos empresários, do governo e do judiciário trabalhista. Avançou assustadoramente a fome e a miséria por todo o país.*

A crise de janeiro de 1999 abre um novo quadro político

32. As contradições que vinham se avolumando desde 1997, se aprofundaram em 1999, na forma de uma crise cambial, com uma enorme fuga de capitais gerando incapacidade do país pagar suas contas no exterior. O governo quase perde o controle da economia, e com isso abre-se uma profunda crise política. O povo dá-se conta de que foi enganado nas eleições e há uma giro à oposição, abrindo um período de enfraquecimento do governo, de uma nova correlação de forças, e da retomada de lutas do movimento de massas.
33. Na medida que os trabalhadores não logram derrotar o governo naquele momento, este busca se recompor, tentando uma saída para a crise. Com maior exploração dos trabalhadores e aprofundamento da entrega do nosso país à rapina imperialista. Aumentam as demissões, aumenta o repasse de recursos para os banqueiros estrangeiros (foram mais de 120 bilhões de reais no ano de 1999), e, portanto a miséria e o sofrimento para o povo. Mas já vivíamos um momento novo, caracterizado pela crise do governo e pela retomada e fortalecimento das lutas dos trabalhadores.
34. Este fortalecimento se refletiu na marcha dos Cem Mil em 99, as campanhas salariais do ano passado, as lutas do movimento popular, a retomada da ofensiva do MST, e na passagem da maioria da população à oposição.
35. Por outro lado o crescimento das divisões e crise no interior da base de sustentação do governo chegou ao grau máximo com a crise no Senado envolvendo seus principais quadros: ACM e Jader. Colocando o país em um mar de corrupção.
36. O aprofundamento da crise da economia dos EUA e da crise Argentina são elementos potencializadores deste processo.
37. Isso abre a possibilidade de impormos uma derrota definitiva ao projeto neoliberal no nosso país, colocando abaixo o governo FHC e forçando uma ruptura com o FMI.

Fora FHC e o FMI, é pra já!

38. Esse processo é pra já. Não pode ser subordinada ao calendário eleitoral e adiada para as eleições de 2002. As lutas e as denúncias contra o governo não podem simplesmente estar voltadas para o seu "enfraquecimento" e para facilitar a vitória da oposição nas próximas eleições, como parece pretender a direção do PT (que, infelizmente, fez rejeitar no último congresso do partido a bandeira do Fora FHC e o FMI!). As lutas têm que ser unificadas e impulsionadas para derrubar o governo agora (!), pois essa é a única forma de romper com o FMI, parar o pagamento das dívidas externa e interna, e reordenar a economia do país de acordo com o interesse dos trabalhadores.
39. Cabe agora a direção da CUT, aos partidos do campo da classe trabalhadora, aos movimentos sociais do nosso país, assumirem este desafio.
40. É preciso colocar pra FORA FHC e o FMI, na luta por um GOVERNO DOS TRABALHADORES!
41. Este deve ser o norte geral das nossas lutas. O que significa dizer que a nossa ação sindical concreta, em defesa de melhores salários, contra o desemprego, contra a flexibilização e

7º CONFUP

precarização do trabalho e etc, deve estar estreitamente vinculadas às lutas mais gerais contra o plano real e o governo que o sustenta.

Fora FHC e o FMI!

CPI contra a corrupção já!

Apuração das denúncias de corrupção e prisão para os culpados.

Contra as privatizações.

Não pagamento da dívida externa.

Nossa alternativa eleitoral deve refletir nossa luta

42. É no bojo destas lutas contra a exploração e para derrotar FHC e seu modelo neoliberal que devemos construir nossa alternativa eleitoral. Ela deve refletir as lutas da nossa classe e suas bandeiras mais importantes.

43. A proposta então não pode se basear simplesmente na busca de uma aliança "o mais ampla possível" para ganhar as eleições. Isso é o que foi feito na Argentina, com a aliança entre a FREPASO (que congrega a maior parte da esquerda naquele país) e a UCR (partido de centro) para derrotar Menem (que seria o representante do neoliberalismo na Argentina). Essa aliança ganhou as eleições, com De La Rúa. E deu no que deu: este governo não só continuou como aprofundou a aplicação do receituário neoliberal contra o povo argentino.

Candidato a presidente do PT, com vice do MST!

44. A aliança que precisamos construir em nosso país é a aliança entre aqueles que lutam! Que congregue todos os partidos do campo da classe trabalhadora e as organizações sociais do nosso país, para apresentar uma candidatura Única da nossa classe, que expresse a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo.

45. Que defenda: Rompimento com o FMI e Não Pagamento das Dívidas; Realização da Reforma Agrária; Redução da Jornada de Trabalho, Reestatização das empresas privatizadas; Estatização do Sistema Financeiro e das grandes empresas.

Tese 5

Ética e Vida

As Maiores Plataformas do Mundo

“ALGUNS TÉCNICOS DA PETROBRÁS JÁ VINHAM ALERTANDO PARA OS PERIGOS DE SE ANTECIPAR A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, NA BUSCA DE METAS ASTRONÔMICAS QUE COLOCAM EM RISCO VIDAS HUMANAS, INSTALAÇÕES DE PLATAFORMAS E O PRÓPRIO PERÍODO DE VIDA DOS RESERVATÓRIOS QUE PRODUZEM PARA UM DETERMINADO CAMPO”

F. de S. Paulo - Enchova – 37 mortos – 1984 - Jorge Eduardo – Engenheiro da Petrobrás

I - Introdução

1. A tese Ética e Vida - As maiores Plataformas do Mundo, é apenas uma contribuição de vários companheiro(as) para o debate neste Congresso Nacional da categoria. Alguns temas como ética, assédio moral nas empresas, análises de riscos em acidentes já foram apresentados em

7º CONFUP

congressos anteriores, além da abordagem da Previdência Pública e Privada. Agora, novas questões serão apresentadas e discutidas durante estes três dias.

2. Também apresentaremos questões como “*Defesa da Petrobrás é defesa do Brasil*” e a crise de Energia do país, dentro do contexto da Política de Destruição que o governo FHC/FMI vem implantando no país, que culminou com o acidente da maior Plataforma do Mundo, a P-36, com 11 mortes e o apagão previsto.

II - Conjuntura Internacional

1. O avanço do neoliberalismo, principalmente nos países subdesenvolvidos, contribuíram para o aprofundamento da crise nos sistemas previdenciários, o aumento da expectativa de vida, a diminuição da taxa de fecundidade, o aumento do trabalho informal, o desemprego crescente, a mudança nos processos produtivos, com a introdução de novas tecnologias, a automação industrial e o aumento de acidentes de trabalho. O neoliberalismo tem aumentado a concentração de capital nas mãos de poucos e nenhum centavo tem sido colocado na previdência social pública. Neste momento temos que nos organizar para lutarmos contra as mudanças que estão sendo implementadas pelo governo FHC no Sistema Previdenciário.
2. Como complemento da ingerência neoliberal, vem a corrupção, tendo sido descoberta verdadeiras quadrilhas instaladas dentro e fora da instituição para desviar dinheiro destinados aos benefícios dos trabalhadores. É nesta conjuntura que o FMI, com apoio do Banco Mundial vêm impondo aos países da América Latina, a privatização dos seus Sistemas Previdenciários, implantando um regime de capitalização totalmente privado. Este modelo de privatização está descrito em documento divulgado pelo Banco Mundial intitulado “ENVELHECIMENTO SEM CRISE”. Baseado em 3 regras básicas que é aprofundado no item de Previdência da tese.
3. Esta experiência já foi implantada no Chile em 1981. pela ditadura do General Augusto Pinochet. Vamos entender como foi feito. O regime anterior à mudança era de repartição simples, onde os trabalhadores em atividade financiam os aposentados, na expectativa de que, no futuro, outra geração de trabalhadores sustentaria a sua aposentadoria. Com a mudança, os trabalhadores, aposentados que eram financiados pelos trabalhadores em atividade, passaram a ser financiados pelo Estado e os trabalhadores em atividade foram obrigados a contribuir para um Sistema de capitalização totalmente privado.
4. Após 20 anos de sua implantação, o Chile é um bom exemplo para avaliarmos o resultado de um Sistema Previdenciário totalmente privado. Hoje, 50% dos trabalhadores não estão filiados a nenhum sistema Previdenciário, estão excluídos e o Estado tem um déficit de 6% ano do seu PIB, para financiar os aposentados daquela época. No ano passado, também, por imposição do FMI e do Banco Mundial, a Argentina, realizou profundas mudanças no seu sistema Previdenciário.
5. **A mesma imposição do FMI na Previdência dos trabalhadores se repete na Política de destruição da infra-estrutura dos países da América Latina e acabar com a soberania de um país como, por exemplo, o Brasil, que tem tudo para ser uma potência mundial, por isto assusta os Estados Unidos e as maiores potências do Planeta. Senão vejamos:**

✓ 1. Uma das maiores áreas do planeta, com possibilidade de distribuição de terra de fazer inveja a qualquer país da Europa;

a) 2. O PIB cresceu muito mais do que o do Japão ou da Coréia, citados como exemplos dos defensores do neoliberalismo;

b) 3. Reservas de petróleo que mais cresceram neste últimos dez anos, capaz de fazer inveja as sete irmãs do mundo do petróleo;

7º CONFUP

- c) 4. Líder mundial em tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas profundas;
 - d) 5. Parque industrial montado, o que facilita a implantação de empresas, considerando que os investimentos em infra-estrutura, são os mais altos na indústria;
 - e) 6. Sistema de telecomunicações montado em todo país, superior a vários países do primeiro mundo;
 - f) 7. Sistema instalado de energia elétrica interligado com parque industrial com capacidade superior a vários países, baseado no aproveitamento de nossos rios , que fez do Brasil um dos primeiros do mundo neste setor.
6. Por outro lado a maior Plataforma do mundo, de propriedade da Petrobrás, construída no exterior pela empresa Marítima, sofre três explosões e provoca a morte de 11 trabalhadores em 15 de março de 2001 e no dia 20 afunda a mais de 1300m de profundidade de lâmina d'água. De quem será a culpa? Falha humana do mortos? O azar? A má sorte de Sr. Henry Phillippe Raischstul? Esta questão é analisada com mais detalhes no capítulo de Segurança , Meio Ambiente e Saúde.
7. As relações de trabalho também está mudando com a globalização, por isto que o estudo da psiquiatra francesa Marie – France Hirigoyen, conforme matéria divulgada pela revista Isto É, de 14/07/99, com o título “Os canalhas do escritórios”, é necessário debater neste congresso, pois é muito comum os trabalhadores em qualquer país estarem cada vez mais com problemas psíquicos.
8. Por último, abordamos uma questão filosófica que o mundo está vivendo, a crise dos seus valores éticos, inclusive o sindicalismo mundial. Para este tema, apresentamos o decálogo do representante sindical como contribuição ao debate.

II - Conjuntura Nacional

9. *“Não seria o caso de se chamar um médico para o Sr. Fernando Henrique Cardoso que viesse salvar o Brasil do vírus da destruição sistemática de suas riquezas”*
Barbosa Lima Sobrinho – Presidente da ABI
10. A defesa da Petrobrás faz parte de um projeto de defesa do Brasil e soberania de um país que tem tudo para ser uma potência mundial, por isso assusta os Estados Unidos e as maiores potências do Planeta.
11. A recente crise de energia do país vem confirmar várias alertas que foram feitos por vários deputados, destacando o Dep. Fernando Ferro do PT/Pe. Que alertou o Presidente Fernando Henrique Cardoso da atual crise energética, portanto este congresso precisa aprofundar esta discussão e apontar alternativas para o Brasil, principalmente sobre o papel da Petrobrás e dos trabalhadores.
12. Ainda recomendamos a leitura dos artigos *"Necessidade de uma política energética "*(JB - 22/06/99), de Luiz Pinguelli Rosa, Professor de Planejamento Energético da Coppe - UFRJ e *"O petróleo é vosso"* (FSP - 22/06/99), da Deputada Federal Luiza Erundina do PSB/SP.
13. Para aqueles que querem aprofundar mais o assunto, sugerimos as Obras de leitura do *Bautista Vidal : " País do Sol"*, pois aborda a importante mudança da máxima capitalista de que *"Quem move o mundo é o dinheiro"* por *" Quem move o mundo é a energia"*, com uma visão socialista.

7º CONFUP

14. Outro assunto é a Previdência, pois desde o início da previdência no Brasil é marcada pelo regime de capitalização, ou seja, a capitalização era uma espécie de seguro em que o trabalhador contribuía e tinha o direito de um benefício relacionado à sua contribuição. Posteriormente, o sistema de capitalização foi substituído pelo regime de repartição simples, cuja a principal característica é que a massa de trabalhadores na ativa paga os benefícios dos aposentados, este sistema está em vigor até os dias de hoje.
15. No período em que está em vigor o regime de repartição simples, os governantes vieram constantemente reformulando sua política previdenciária, inicialmente foram criadas as Caixa de Aposentadorias e Pensões (IAP's), posteriormente os IAP's foram substituídos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Mais tarde, o INPS foi desmembrado em três, dando origem ao Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS), com a responsabilidade de administrar e recolher recursos, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ficou somente com benefícios previdenciários e assistenciais e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), com responsabilidade de administrar o Sistema de Saúde.
16. A Constituição de 1988, em seu art. 194, estabeleceu um modelo de seguridade social, a qual compreende um conjunto intergrado de ações do poder público e da sociedade, a fim de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, entendendo que a previdência complementar, organizada pela sociedade civil, deveria seguir os mesmos princípios da seguridade social pública. Elevou os pisos dos benefícios, terminou com a diferença entre trabalhadores do campo e da cidade, criou condições para que qualquer cidadão tivesse acesso ao sistema mediante suas contribuições. Nesta nova etapa o INSS se juntou com IAPAS e deu origem ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).
17. Ao mesmo tempo a Constituição, em seu art. 195, teve a preocupação de definir as três fontes de recursos para arcar com as despesas advindas da entrada de novos beneficiários no sistema previdenciário, que foi o Confins, a receita sobre lucro líquido e a folha de salários.
18. Em 1989, com a eleição de Collor e de um novo Congresso, tem-se o início no Brasil da era neoliberal, a abertura do país para as importações, assim, aumenta o desemprego. Começa, nesta época, o ataque ao sistema previdenciário, desviando os recursos criados pela Constituição (Confins e Receita sobre Lucro Líquido) de seus objetivos, ficando apenas a folha de salários para pagamento dos benefícios, sendo este um dos principais motivos do aumento do déficit previdenciário.
19. Em 1994, FHC é eleito, com a ajuda do grande capital, dá continuidade as reformas neoliberais, elegendo como prioridade a destruição da previdência social pública. Aproveitando as distorções introduzidas no sistema previdenciário que ocasionaram aumento do déficit. Em 1995, o governo FHC, restringe a aposentadoria especial por insalubridade, penosidade e periculosidade, diminui o auxílio doença acidentário. Em 1998, consegue aprovar a Emenda Constitucional nº 20 e logo a seguir introduz o fator previdenciário. Estas mudanças causaram grandes prejuízos à classe trabalhadora. Com a aprovação da Emenda Constitucional 20, o Brasil tem 2 anos para adequar-se a nova realidade e criar uma nova legislação previdenciária. Naquele momento, foi consolidado a base para a privatização da Previdência.
20. Foi aprovado no Congresso Nacional uma nova legislação para previdência complementar, que são as Leis Complementares 108 e 109, de 29/05/01. Esta nova legislação substituiu a Lei 6435/77 e todos os decretos vinculados a esta Lei, como o decreto 81.240/78 e o 3721/00. A nova legislação, em muito, as regras do fundo de pensão, criou a portabilidade, o vesting, etc.

7º CONFUP

21. A grande novidade do projeto é a criação da figura do instituidor, autorizando as entidades de classe a criarem (instituírem) planos de previdência complementar.
22. Esta inovação tem que ser bastante debatida dentro do movimento sindical cutista, pois algumas dúvidas deveram ser respondidas, tais como:
 - a) Os sindicatos irão desviar recursos e energia da sua atividade política para administrar fundo de pensão e, ainda, somente, de CD ?
 - b) Como ficarão as relações dos sindicatos, quando este forem instituidores de um plano de benefício, com as respectivas patrocinadora. A empresa patrocinadora não vai querer ou poder interferir na política sindical do sindicato? Como fica na época de campanha salarial?

Tese 6

Sindipetro-Caxias

Desafio ao Movimento Sindical dos Petroleiros

Pela construção de um governo dos trabalhadores, Lula Presidente.
Fora FHC, Reichstul e toda política de opressão e exclusão social!

O movimento organizado deve definir claramente seu apoio ao candidato dos trabalhadores em 2002

1. Os trabalhadores estão sendo penalizados pelo capitalismo especulativo, que tem no governo federal um de seus principais executores. Estamos cada vez mais asfixiados: com o futuro ameaçado, um presente agonizante e um passado de pesadelos.
2. Numa sociedade em crise, os trabalhadores estão em busca de dias melhores. Para isso é preciso sair da inércia, da passividade, da submissão e olhar firme para o futuro, porque é possível ousarmos e derrotarmos o governo FHC e todo o seu projeto excludente, nocivo aos trabalhadores.
3. É prudente que a sociedade organizada nos sindicatos, associações, grêmios e nos mais variados segmentos busque para si a iniciativa de debater com os seus representados, a necessidade de nos organizarmos em assembleias, reuniões, plenárias, etc. Vamos criar, na base, os comitês de apoio à candidatura do companheiro Lula, que representa os anseios da classe trabalhadora: Tal candidatura é a única que poderá dar um corte de classe, distinguindo-se, por isso, de todas as demais, na disputa à Presidência da República nas eleições de 2002.
4. Devemos avançar, mesmo que, a princípio, reconheçamos as dificuldades que são impostas pelo discurso da mídia. Devemos, num gesto de solidariedade, ter paciência no processo de convencimento dos demais trabalhadores, chamando outras categorias a nos apoiarem nesta iniciativa.
5. É preciso convencer os trabalhadores a superarem os preconceitos impostos pela política neoliberal. O governo dos trabalhadores, para ser legítimo, tem que ser construído na base, com o apoio de todo o movimento organizado. Só assim vamos acumular forças para realizar as mudanças na conjuntura política e promover a concretização das propostas dos trabalhadores no nosso futuro governo. Isto é alterar a correlação de força na sociedade e promover as condições para melhorar a vida dos trabalhadores, num projeto claro e firme de combate à exclusão social.

7º CONFUP

6. Só com uma forte organização de base o possível candidato da classe trabalhadora deixará de estar à mercê da classe dominante. Sem respaldo do movimento organizado, o representante dos trabalhadores se verá obrigado a fazer concessões aos partidos burgueses antes mesmo da vitória e, certamente, após as eleições, o que tiraria toda a sua legitimidade enquanto representante das classes populares.
7. Com esta análise, reafirmamos as resoluções da nossa Central Única dos Trabalhadores, de que os sindicatos não podem ser correia de transmissão de nenhum partido político. Porém, com habilidade, a classe trabalhadora, organizada sem prejudicar suas entidades através de ações concretas e objetivas, precisa intervir na conjuntura e apoiar o governo Lula e a ampliação do colégio de parlamentares de esquerda, constituindo a maioria no Congresso, nas assembléias legislativas e avançarmos rumo a uma sociedade fraterna, justa e socialista.

Os movimentos organizados da sociedade devem construir o futuro governo dos trabalhadores.

“No nosso governo, será inevitável o corte de classe”

8. Considerando todas as avaliações políticas/conjunturais expressas pela maioria esmagadora do povo brasileiro, com 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes, 34% vivendo na pobreza (miséria), sendo necessário estancar o neoliberalismo, vamos fechar esta fábrica de miséria.
9. Considerando a resolução da IV CONFUP, realizado na cidade de Santos/SP em 1998, em que os delegados deliberaram pela criação de Comitês Regionais Lula-presidente (proposta aprovada com 65% dos votos), propomos aos Delegados ao Congresso Nacional dos Petroleiros/FUP, realizado nos dias 29 e 30 de Junho e 01 de Julho de 2001, no Estado do Rio Grande do Sul:
 - a) Que os delegados presentes a este Congresso aprovelem como resolução que os petroleiros apóiam a construção do Governo dos Trabalhadores e apóiam a candidatura à presidência da República do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva.
 - b) Que os petroleiros realizem uma plenária nacional da categoria para discutir especificamente nossa contribuição ao projeto de construção do Governo dos Trabalhadores – Lula presidente, e que esta iniciativa ocorrerá logo que for definido o quadro da candidatura presidencial.

Avançar para consolidar uma alternativa de poder

10. Se assim não fizermos, demonstrando que há, fundamentalmente, dois projetos para o país, deixaremos espaço para que se afirmem diante da população outras alternativas mais palatáveis e assimiláveis para as classes privilegiadas, o que significa deixar tudo como está, mudando só os atores da mesma velha e desgastada peça. Reafirmamos nosso compromisso com o fim da exclusão social, a defesa da soberania nacional, os direitos dos trabalhadores e a afirmação da cidadania.
11. A conjuntura internacional e nacional nos coloca diante de um processo de radicalização das forças de direita, que visam a exclusão social de negros, índios, pobres, homossexuais, minorias religiosas, ateus e de todos quantos destoam e não se submetem a um projeto hegemônico de poder, que continua a ser branco, masculino, conservador, calcado numa visão selvagemmente baseada no lucro, na propriedade privada, na concorrência desmedida, na concentração da riqueza e no desrespeito à diversidade de culturas e de pensamentos. Tal modelo elitista e

7º CONFUP

excludente explicita-se no Brasil de hoje - por exemplo - no espancamento de índios, trabalhadores e outros segmentos sociais, durante as comemorações dos 500 anos da chegada por portugueses ao Brasil; na tentativa de isolar e desmoralizar diante da sociedade movimentos organizados como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); no assassinato de um trabalhador rural pela polícia do Jaime Lerner, crime acobertado pela grande mídia; na perseguição aos Servidores Públicos, visando atingir os serviços públicos essenciais (saúde, educação, etc); assim como no desmantelamento das empresas públicas e da legislação que garante o mínimo de proteção ao trabalho e a vida: morrem na Petrobrás, vítimas de acidentes, em média 58 trabalhadores a cada ano.

12. Explicita-se ainda quando o governo federal ressuscita instrumentos da ditadura militar, como a Lei de Segurança Nacional, ameaçando com tais instrumentos os trabalhadores organizados; quando o governo do PFL, no Rio, tenta proibir manifestações públicas; quando o governo federal saca de práticas fisiológicas e coercitivas e torna a chantagem uma rotina, para aprovar o indecente salário mínimo de R\$ 151, submetendo-se como um laçao aos interesses do capitalismo internacional e nacional, seguindo à risca a cartilha da política econômica ditada pelo FMI. Sem medo de errar, asseguramos que o modelo capitalista - que atualmente se expressa na América Latina através das políticas neoliberais (ou neocoloniais) - visa o extermínio até mesmo físico de populações inteiras para que apenas uma parcela da humanidade possa beneficiar-se dos confortos e facilidades do mundo contemporâneo.
13. Todas as alternativas que as elites encasteladas no poder apresentam à sociedade levam a um estado policial (Guarda Nacional, LSN batizada com outro nome, etc) e nada mais representam do que a velha política de opressão e perseguição às classes exploradas, com instrumentos (armas) mais modernas e eficazes. Mas a hegemonia de tal projeto apenas se consolidará se os nossos movimentos organizados forem minados e enfraquecidos. A direita sabe quem são seus inimigos históricos e a quem precisa desestruturar.
14. As forças da direita hoje condenam os trabalhadores a uma asfixia. Gradativamente estamos perdendo nossos direitos. O desemprego, a fome, a desesperança levam ao desespero, à agonia e deixam os trabalhadores desorientados. Os movimentos organizados são forçados a buscar saídas imediatas, para problemas que são palpáveis e prementes.
15. Hoje temos como desafio conjugar o imediato com a necessidade de construirmos os alicerces para uma nova sociedade, socialista. Temos que estar atentos para não cairmos em guetos, em posturas sectárias, que poderiam resultar de análises estreitas e dogmáticas da realidade, que não levam em conta a dinâmica da conjuntura. Propomos avançar com resistência e paciência, para recuperar o terreno que estamos perdendo. Por falta de equilíbrio político, muitas vezes excluímos ou olhamos com preconceito para um companheiro que tem um discurso diferente do nosso.
16. Acabamos por praticar, através de uma visão sectária, a “exclusão ideológica” - atitude que só contribui para nos dividir, servindo aos projetos da direita, que tem como meta desestruturar a organização dos trabalhadores. Em contrapartida, fortalecer os movimentos social e sindical tem que ser o nosso principal objetivo. Não podemos cair em armadilhas da direita. Nós, trabalhadores, sabemos ainda quem nos representa no campo político-partidário. Precisamos aumentar a nossa representação no Legislativo e Executivo, municipal, estadual e federal.
17. Não podemos vacilar. Com firmeza e com clareza temos que apontar para a população que existem dois projetos de sociedade em disputa no Brasil: de um lado está o capitalismo em sua

7º CONFUP

nova face (o neocolonialismo); de outro, estamos nós, os trabalhadores, que defendemos uma sociedade socialista.

18. Assim, propomos que os delegados presentes a este Congresso referendem as seguintes palavras de ordem:

- ***Por um governo dos trabalhadores!***
- ***LULA PRESIDENTE! Fora FHC/FMI!***
- ***Em defesa da Soberania Nacional!***
- ***Em defesa dos direitos dos trabalhadores pela cidadania!***
- ***Por um Brasil sem exclusão social!***

19. Que o Congresso reafirme aos sindicatos a formação de comissão para lutar pela nossa proposta **Lula Presidente** divulgando em nossos boletins, com o adendo Fora FHC/FMI. Assim estaremos avançando e apontando um norte, que consolide uma nova política nas bases. Ultrapassando os limites da simples negativa e do repúdio e afirmando que existem alternativas e esperança para a nossa população.

Resoluções

Sindicalismo

Estrutura e Organização Sindical

A Organização Sindical no Setor do Petróleo no contexto das mudanças em curso no Sindicalismo Brasileiro

1. O projeto de construção da FUP nasceu da vontade política dos petroleiros em fortalecer, cada vez mais, os momentos de mobilização e espaços de articulação das lutas em defesa dos direitos dos petroleiros e da Petrobrás como empresa pública e de extrema importância econômica e social na construção e consolidação da soberania do país. Tal processo, deu-se no bojo das mobilizações e lutas mais gerais do conjunto dos trabalhadores brasileiros por democracia e justiça social, consubstanciados nos princípios de organização sindical da Central Única dos Trabalhadores.
2. O projeto cutista nasce da necessidade de unificação das lutas dos trabalhadores, da cidade e do campo, visando possibilitar um salto de qualidade em sua organização sindical. Com uma concepção CLASSISTA, a CUT vê a necessidade de articular as lutas imediatas com os objetivos históricos da classe trabalhadora. Desta forma, a ação de nossos sindicatos tem como horizonte a conquista de uma sociedade mais justa, democrática e socialista.
3. A esta concepção soma-se uma prática DEMOCRÁTICA e DE MASSAS, onde a diversidade de opiniões é vista como elemento positivo e a construção de instâncias com ampla participação

7º CONFUP

dos trabalhadores e regidas por regras claras e democráticas são fundamentais para permitir a tomada de decisões e a viabilização de ações unitárias.

4. Para que esta concepção e prática sindicais possam se realizar plenamente é fundamental garantir a INDEPENDÊNCIA E A AUTONOMIA das organizações e mobilizações sindicais frente ao Estado, patrões e partidos políticos. A participação dos trabalhadores na vida política nacional é fundamental, e a construção de organizações partidárias da classe é parte central dessa participação. A força da CUT, enquanto central sindical, está na sua capacidade de conseguir a participação das massas trabalhadoras e na sua capacidade de imprimir às lutas um caráter classista e de massas na conquista dos interesses imediatos e históricos.
5. Estes princípios fizeram com que a CUT, já no seu congresso de fundação (agosto de 1983), adotasse a luta contra a estrutura sindical, corporativa e atrelada ao Estado, como uma questão estratégica na construção do seu projeto sindical. Desde aquele momento, no seu plano de lutas, destacou-se a luta pela LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAIS, pelo fim do imposto e unicidade sindicais, do poder normativo da Justiça do Trabalho, das intervenções do Ministério do Trabalho e a revogação da Lei "anti-greve".
6. As convenções da OIT sobre Liberdade e Autonomia Sindicais (Conv. 87); Direito de Sindicalização (Conv.98); Representação nos Locais de Trabalho (Conv.135); Organização dos Trabalhadores Rurais (Conv. 141); Organização dos Trabalhadores da Administração Pública (Conv. 151); traduzem as bases fundamentais do projeto cutista para a reforma da atual legislação.
7. Em que pese as mudanças introduzidas na legislação trabalhista e na Constituição de 1988, estabelecendo a liberdade para a criação de entidades sem prévia autorização do Estado e proibindo a interferência e intervenção do Poder Público nas organizações sindicais, os pilares da velha estrutura sindical corporativa mantiveram-se vigentes.
8. A manutenção da unicidade obrigatória, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho incentivou um processo de proliferação de sindicatos, sem representar necessariamente sua organização. Segundo dados do Ministério do Trabalho, existem hoje mais de 16.000 sindicatos registrados e se considerarmos as entidades sob disputa judicial este número sobe para mais de 20.000, denotando uma profunda fragmentação da organização sindical.
9. Este quadro é extremamente desfavorável para o fortalecimento da organização sindical, frente à generalização do processo de desregulamentação da contratação, representado pela terceirização, pelo retorno ao trabalho doméstico e pelo surgimento de cooperativas de mão de obras que potencializam a precarização das relações de trabalho. Tal processo ainda torna-se mais ameaçador para o fortalecimento da luta e da identidade de classe dos trabalhadores se considerarmos que a ação governamental tem incentivado a flexibilização de direitos. É nesta lógica que são editadas medidas para retirar direitos trabalhistas, como no caso do Contrato por Tempo Determinado, e que apontam para a redução do papel fiscalizador do Estado (sucateamento da estrutura do Ministério do Trabalho).
10. Neste sentido, a FUP deve encampar, com o conjunto das instâncias da CUT, a realização de uma ampla campanha pela ratificação e/ou plena vigência das Convenções da OIT: 87 (Liberdade Sindical); 111 (contra discriminação no mercado de trabalho); 151 (garantia de negociação coletiva na administração pública); 158 (contra demissão imotivada) e pela regulamentação da 135 (representação no local de trabalho), e em defesa da organização e da liberdade sindical como legítimo instrumento de defesa dos interesses da classe trabalhadora.
11. Deve, também, se inserir na campanha à ser deflagrada pela CUT, pela revogação das punições de sindicalistas e a revogação do conjunto dos artigos da CLT representativo do entulho autoritário, inclusive o art. 522 da CLT. Ao mesmo tempo, deve intensificar, juntamente com outras categorias, os esforços no sentido de conquistar avanços na legislação sindical e trabalhista, tendo em vista a necessidade de se implantar e consolidar um novo marco regulatório das relações de trabalho no Brasil.

7º CONFUP

As mudanças econômicas e tecnológicas no setor e impactos sobre as relações de trabalho

12. Desde a aprovação da nova Lei do Petróleo, que aboliu o monopólio estatal da Petrobrás em atividades de exploração e produção de óleo e gás, o setor petrolífero brasileiro, vem passando por uma nova configuração, caracterizada pelo aumento da participação do setor privado, com empresas nacionais e multinacionais. Apenas no segmento "chamado *upstream* (fases de exploração e produção), a previsão de investimentos de companhias privadas conjuntamente com a Petrobrás para os próximos dez anos, é de US\$ 40 bilhões (Gazeta Mercantil/ Out-99).
13. Tais investimentos denotam a estratégia em curso na Petrobrás, em consonância com as orientações políticas e econômicas mais gerais do governo FHC, de se estabelecer parcerias com empresas multinacionais através de concessões ou do processo de licitações desencadeadas pela Agência Nacional do Petróleo - ANP. Somente em junho de 1999, a ANP leiloou, na primeira rodada, 27 blocos, permitindo a entrada no setor de dez novos agentes, que se comprometeram a investir, pelo programa exploratório mínimo definido pela agência, pelo menos R\$ 5 milhões por bloco arrematado. Nos primeiros blocos leiloados pela ANP, os bônus ofertados chegaram a registrar ágio de até 53.565% sobre o preço mínimo estabelecido, o que denota uma vergonhosa subvalorização dos blocos em questão, caracterizando uma verdadeira entrega de um dos principais patrimônios econômicos do país.
14. Neste processo de leilões promovidos pela ANP, estão envolvidas as principais regiões produtoras do País como a Bacia de Campos; a Bacia de Santos, onde a Petrobrás descobriu no final do ano passado um campo gigante de 700 milhões de barris; Sergipe, Alagoas, Recôncavo e Bacia Camamu-Almada - BA, Potiguar - RN; Paraná; Amazonas e Bacia Pará-Maranhão. As principais empresas envolvidas neste processo de disputas pelos blocos, além da própria Petrobrás, são as petroleiras Texaco, Agip, Amerada Hess, Esso, BP-Amoco e Unocal, entre outras.
15. Outro aspecto que vem chamando a atenção das empresas multinacionais, é um potencial aumento do consumo de gás natural no Brasil, visto como principal motivação para investimentos, por parte das empresas estrangeiras. Segundo análises recentes, tal interesse deve aumentar em função da disposição do governo de aumentar a participação do gás natural na matriz energética brasileira, pois avalia que há carência de alternativas de geração de eletricidade além das hidrelétricas. Algumas empresas já revelam interesse em atuar verticalmente integrada na cadeia do gás natural, operando desde a produção do combustível até sua chegada ao consumidor final, seja sob forma de energia elétrica, seja como combustível para automóveis. *OBS.: aqui os investimentos esperados pelo governo não vieram e das 49 termelétricas previstas no PPT(Programa Prioritário de Termelétricas) apenas 15 estão em andamento das quais 12 com participação da Petrobrás, o que segundo o governo agravou ainda mais a crise energética.*
16. A construção do gasoduto Brasil-Bolívia está dentro da estratégia do governo de buscar fontes alternativas de energia, como parte das iniciativas em definir uma política para o setor. Outra iniciativa que coloca o gás natural no campo da matriz energética é o gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre que colocará gás na região metropolitana de Porto Alegre, desde a fronteira do Brasil com a Argentina, em Uruguaiana, por um traçado de 615 km e custo de US\$ 265 milhões. Este processo dar-se-á via a Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSG), um consórcio liderado pela Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, que conta com a participação das empresas brasileiras Ipiranga (23%) e Gaspetro (10%), as empresas hispano-argentina Repsol-YPF (15,5%) e a argentina Companhia General de Combustibles (12%), a italo-argentina Tecgás NV-Techint (12%); a francesa Total Gas Ventures (15,5%) e a canadense Nova Gás Internacional (12%). Tais processos são exemplos da diversificação de investimentos das empresas multinacionais petrolíferas no mercado brasileiro, caracterizando uma profunda mudança no setor nos últimos anos.
17. No bojo do aumento da competitividade no mercado nacional, crescem também os investimentos em novas tecnologias, prevendo-se uma verdadeira revolução no

7º CONFUP

desenvolvimento da atividade de exploração e produção em águas brasileiras. Tecnologias que são utilizadas em águas profundas na Indonésia, no Golfo do México e no Mar de Adaman, na Tailândia, as quais proporcionam redução de prazos e custos na perfuração de poços começam à ser introduzidas no Brasil. Exemplo disso, é a tecnologia denominada *Saturation Exploration* (SX), que vem sendo utilizada pela norte-americana Unocal, operadora de um bloco em Campos e outro no Espírito Santo, há três anos e meio.

18. Em função do processo acelerado de mudanças tecnológicas em curso no setor, há uma aproximação de companhias como a Repsol-YPF, Texaco, Mobil e Agip junto às universidades numa perspectiva de resolver, segundo análises das mesmas, o problema da baixa qualificação dos trabalhadores, dado que faltam quadros no mercado de trabalho brasileiro, especializados em petróleo. Neste sentido, a formação profissional dos trabalhadores passa a ser concebida como uma das prioridades no processo de investimento e modernização do setor, segundo as empresas.
19. A Petrobrás, com sua capacidade de produção de 1,1 milhão de barris por dia, constitui-se na 14ª maior empresa de petróleo do mundo e a 7ª maior entre as empresas de petróleo de capital aberto. Possui a melhor tecnologia para o processo de extração de petróleo em águas profundas, o que a faz uma das empresas melhores credenciadas e reconhecidas no mercado internacional. Segundo dados recentes, a Petrobrás proporcionou ao Brasil uma economia em 1999 de US\$ 9 bilhões, ao produzir 77,1% do petróleo que o mercado nacional consome (Boletim da Comissão Nacional Contra as Privatizações - Mar/00).
20. Por estes dados, percebe-se os motivos pelos quais as empresas multinacionais intensificam sua participação no mercado nacional, através das parcerias. Por outro, a política de entreguismo praticada pelo governo de FHC que, para evitar uma forte resistência da sociedade brasileira, vem promovendo uma estratégia de privatização "branca" da empresa, impondo cada vez mais, através da ANP, exigências de flexibilização na estratégia de exploração e produção de óleo e gás, intensificando as pressões para que, também, se ampliem a participação das empresas privadas no setor de refino.
21. Para tanto, coloca-se como ponto fundamental neste processo, a precarização das relações de trabalho na empresa (redução de custos e aumento da produtividade). Neste aspecto, destaca-se o processo de terceirização que avança cada vez mais em todas as áreas da empresa. Avança-se na flexibilização dos direitos (jornada de trabalho e benefícios, principalmente), e busca-se disputar a representação nos locais de trabalho com os sindicatos. Assim, aposta-se na individualização das relações com os trabalhadores petroleiros como meio de ofuscar sua identidade coletiva e fragilizar a ação sindical, relegando à um plano secundário o processo de negociação coletiva no setor.
22. Com a ascensão da terceira geração de petroleiros na empresa, o crescente número de petroleiros terceirizados, a ampliação do quadro de petroleiros aposentados e o surgimento de uma nova forma de exploração com as falsas cooperativas, além dos petroleiros das companhias privadas de petróleo , num contexto de profundas mudanças no setor, no qual apontam-se novos investimentos em tecnologias e a diversificação da atuação da empresa para o setor das termétricas, surgem novas demandas para a ação sindical petroleira nesta nova década.

Fortalecer a FUP e Avançar na Construção do Ramo no Setor

23. Para o enfrentamento dos novos desafios que se colocam para a ação sindical no ramo químico, não resta outra alternativa se não a de avançarmos no fortalecimento da FUP como efetiva direção do processo de mobilização da categoria e legítima representante nos processos de negociações da categoria no âmbito nacional. Para tanto, devemos investir na filiação do Sindipetro Rio Grande, únicos sindicatos no País que ainda não está filiado à CUT.

7º CONFUP

24. Devemos investir na organização nacional dos aposentados do ramo fortalecendo departamentos e secretarias dos sindicatos, além de uma política de aproximação com os aposentados e pensionistas que se organizam fora dos sindicatos apoiando incondicionalmente a iniciativa da CUT que criou o seu sindicato nacional de aposentados , para além dos que já estão organizados. Fortalecer tal estratégia é condição para se garantir uma vida digna e a defesa da previdência social pública como direito fundamental agora e no futuro.
25. Em consonância com as resoluções da CUT, devemos intensificar e fortalecer a participação da FUP na Confederação Nacional dos Químicos - CNQ/CUT- meio pelo qual devemos investir no debate e formulações sobre a construção do Ramo, desde os locais de trabalho. A intensificação do processo de formulações e ações concretas neste aspecto coloca-se como um imperativo premente, no sentido de tornar nossa ação sindical mais eficaz no enfrentamento dos desafios decorrentes das mudanças em curso no setor. Na mesma medida, reafirmamos a necessidade de manter relações entre a FUP, a ICEM e outras entidades internacionais nas políticas sindicais definindo sobre filiação na próxima plenária da FUP numa perspectiva de estabelecermos um processo de intercâmbio com trabalhadores do setor de outros países, tendo em vista a necessidade de uma estratégia de enfrentamento às empresas multinacionais que atuam no mercado nacional, especificamente no mercado petrolífero. Para tanto, avançarmos na materialização das experiências de unificação dos nossos sindicatos no âmbito dos estados, é um pressuposto para a consolidação de uma estratégia eficaz de organização nacional. A FUP deve estimular e incentivar tais iniciativas em todo o País, estabelecendo regras claras e democráticas para a condução de processos que garantam a participação de todos os trabalhadores do setor, conforme orientações da CUT.
26. Entendemos que, para enfrentar os processos de reorganização capitalista nos setores produtivos, em particular nos setores químico/farmacêutico/petrolífero e de energia, onde ampliam-se as mega-fusões no âmbito internacional, temos que intensificar o processo de internacionalização das lutas e mobilizações, construindo efetivamente a unidade dos trabalhadores na luta contra a globalização excludente. A solidariedade internacional dos trabalhadores sempre foi, e sempre será, um dos principais pilares da luta de classe contra a exploração capitalista.
27. Diante da diversificação da atuação da Petrobrás, do ramo petrolífero para o ramo energético através das termoelétricas, no mercado brasileiro e internacional, coloca-se como uma nova exigência no debate sobre estratégia de organização e ação sindical no setor, uma aproximação com a Federação Nacional dos Urbanitários - FNU, no sentido de se iniciar um debate sobre o futuro do setor energético no Brasil e sobre iniciativas que possam apontar para um redirecionamento do debate sobre a organização sindical.
28. No sentido de avançarmos no processo de organização e fortalecimento das lutas no setor, propomos que este congresso delibere que:
 - a) A FUP é a forma superior de unidade e de solidariedade nacional e gerador das condições para alargar o âmbito da luta e dos objetivos de ação dos trabalhadores, inteirando-se como força aglutinadora da luta dos petroleiros, no movimento de transformação do presente e de construção do futuro.
 - b) A FUP deve intensificar sua participação nas campanhas unificadas e articuladas nacionalmente pelos diversos setores econômicos que se organizam na CUT, investindo na participação permanente no núcleo de negociação coletiva da Central.;
 - c) Estimule e intensifique junto aos Sindicatos, ações permanentes de sindicalização dos petroleiros, inclusive dos petroleiros terceirizados;
 - d) Amplie e intensifique a luta pela reintegração dos demitidos, propondo e criando uma frente de mobilização com entidades representativas da sociedade civil (OAB, CNBB, CUT, ABI, entre outras) para enfrentar com maior força e poder a truculência do Poder Executivo na resolução deste problema e incluindo nas negociações a Comissão Nacional dos demitidos. Este 7º CONFUP orienta a FUP , a comissão de companheiros demitidos que façam um levantamento

7º CONFUP

nacional sobre a realidade (situação) dos demitidos(as) que ainda não foram reintegrados, e avalie a possibilidade de solidariedade nacional no setor petróleo.

- e) Avançar na elaboração de uma estratégia de ação contra a privatização da Petrobrás, que possibilite a sensibilização da sociedade consonância com outros setores organizados formadores de opinião, assim como os professores, AEPET, CMP e movimento estudantil, enfatizando a importância da empresa como um dos elementos na garantia da soberania nacional, construindo assim condições efetivas para uma resistência nacional.
 - f) A FUP deve articular um processo de debates e formulações nacionais sobre OLT, no sentido de estimular os sindicatos a intensificarem o processo de organização sindical na base;
 - g) Exija dos membros das diretorias das bases derrotadas na questão do “ATS” ou outros direitos em que exista a opção de venda individual, um compromisso ético de não venderem este(s) direito(s).
 - h) Assembléias nacionais: para aprovação de questões tais como acordo coletivo que alegam respeito
29. A FUP deve elaborar um Plano Nacional de Formação Política e Sindical para o seu quadro de direções sindicais e a categoria a ser implantado sempre que possível antes do ato da posse da direção eleita, dando o mesmo tratamento a todos os setores políticos existentes, inclusive com a perspectiva do envolvimento de novos padrões sociais assim como, valores culturais e artísticos para inclusão da família operária na luta permanente da organização, no sentido de fomentar o debate que discuta temas tais como um código de ética, assédio moral e a cultura como instrumento de formação política e reflexões sobre as mudanças no mundo do trabalho e os desafios para se conquistar um novo marco regulatório nas relações de trabalho no Brasil, baseado nos princípios de liberdade e autonomia sindicais defendidos pela CUT e previstas na Convenção 87 da OIT. Tal processo deve dar-se de forma articulada a Política Nacional de Formação da CUT. Além disso, a FUP encaminhará para os sindicatos a indicação de pesquisa anual em todas as bases sobre a atuação dos trabalhos sindicais, consolidando assim importantes informações para estratégia e ações que promovam maior aceitação e participação dos trabalhadores nas atividades do movimento sindical, atraindo inclusive a reintegração de ex-sindicalizados e promovendo novas adesões fortalecendo a luta de todos os trabalhadores da categoria, unidos aos diversos sindicatos e a FUP. Garantindo a pluralidade as idéias e das diversas visões do movimento sindical.
30. A FUP, em conjunto com a CNQ e ICEM deve organizar um evento dos trabalhadores do Setor Petróleo para se contrapor ao Congresso Mundial do Petróleo que acontecerá no Brasil em 2002, envolvendo os trabalhadores da América Latina e Caribe;
31. É importante também que destas atividades propostas, o Movimento Sindical Petroleiro faça o debate de um projeto da ótica dos trabalhadores do Setor para o próximo governo popular e democrático do Brasil.

“P” de Petroleiros - organizar a luta dos petroleiros terceirizados

32. Apesar da realização de mais um congresso, a organização dos petroleiros terceirizados continua sendo um grande desafio para o movimento sindical do setor. Mesmo com as Resoluções do 4ª, 5ª e 6ª CONFUP bem como a criação da secretaria de terceirização da Federação, foram poucos os avanços, que praticamente se limitaram a ações isoladas, principalmente no que diz respeito às questões relativas a segurança.
33. Estamos ainda longe daquilo que seria considerada como uma atuação mínima para o setor, atuação esta necessária e urgente como forma de combater a exploração dos petroleiros terceirizados, tão presente hoje nas unidades da Petrobrás e nas empresas privadas de petróleo
34. Apesar do debate, sobre a terceirização ter vindo a tona, (inclusive na imprensa nacional) principalmente depois do acidente da P-36, ao mesmo tempo em que esse fato teve sua

7º CONFUP

importância, levanta uma ponta de preocupação, deixando transparecer que tal ênfase só se dar nos momentos de acidentes, compreensão essa, inclusive dos petroleiros terceirizados.

35. De qualquer forma, dois desafios distintos e que se confundem, estão colocados para as direções sindicais. Primeiro o de organizar os petroleiros terceirizados permanentes ou temporários, trabalhadores esses que pertencem a outras categorias, e em muitos casos possuem sindicatos próprios, (cutistas ou não) e do ponto de vista “legal” a representação não nos pertence e mesmo com sindicatos próprios esses trabalhadores se sentem desamparados.
36. O segundo desafio refere-se a organização dos petroleiros das companhias de petróleo privadas sejam elas empreiteiras da Petrobrás, operadoras dos blocos vendidos ou empreiteiras dessas novas operadoras, situação essa que vem aumentando a cada dia devido a abertura do setor de petróleo.
37. No que se refere à terceirização permanente e temporária na Petrobrás, o aspecto mais importante que conseguimos nos últimos anos, foi o funcionamento da comissão de terceirização garantida no nosso acordo coletivo, porém é necessária uma maior valorização dessa comissão por parte da FUP e sindicatos, por se tratar de um espaço de intervenção política e prática importante e que pela dimensão e diversidade do problema mostra-se necessário a criação de comissões regionais. Um obstáculo que tem se mostrado difícil de ser superado é a relação com outros sindicatos, sejam eles cutistas ou não, que detêm a representação “legal” dos petroleiros terceirizados que atuam nas unidades da Petrobrás. Geralmente esses sindicatos não dão assistência para os trabalhadores, o que acaba facilitando os desmandos por parte dos patrões, com a anuência da fiscalização da Petrobrás que esta mais preocupada com o objeto do contrato.
38. Com esse quadro, o movimento sindical petroleiro deve impulsionar algumas bandeiras, como o fim da terceirização e lutar por mudanças nos contratos dos terceirizados já existentes junto à Petrobrás de forma a garantir os mesmos direitos para todos os trabalhadores petroleiros independente da empresa que trabalha, aprofundando assim a concepção da unidade e a não discriminação entre os trabalhadores.
39. Já no que se refere às empresas de petróleo privadas, sejam elas prestadoras de serviço ou não, o que se viu do último congresso para cá, foi à repetição do que acontece já há alguns anos. As negociações das empresas que temos a representação foram tocadas pela Bahia, (mesmo se tratando de acordos nacionais) com pouco envolvimento da FUP e dos sindicatos, o que acabou influenciando negativamente nas negociações, principalmente das empresas Halliburton e Sotep, sem contar que não conseguimos ampliar em relação as outras empresas do setor (tentamos com a Schumberger) que continuam sem nenhuma representação sindical ou tendo como referência sindicatos/entidades pelegos (Sinditob/NF, Federação dos Trabalhadores na Indústria /RN).
40. Um dos fatores que tem sido determinante para que isso aconteça é o fato da campanha da Petrobrás absolver toda estrutura sindical petroleira e essa mesma estrutura esta montada em função da Petrobrás, situação que é ainda reflexo dos anos de monopólio estatal do petróleo, o que de certa forma foi um comportamento natural. O que preocupa e que mesmo com o fim do monopólio e a total reestruturação e abertura que vem passando o setor, as direções sindicais ainda não mudaram sua forma de atuação ou mudaram pouco e também as estruturas não se adaptaram a essa nova e crescente realidade. Isso nos remete a outra discussão. Temos condições de tocar todas as campanhas em setembro sem privilegiar alguma em detrimento de outra ou assumirmos que não temos condições para tanto e discutirmos isso francamente com os trabalhadores?
41. E nesse processo cabe principalmente a FUP, em conjunto com os sindicatos filiados, conduzir essas transformações necessárias das nossas estruturas, definindo nossa política de atuação para o setor. É preciso concluir se o “P” da FUP é de Petroleiros ou de Petrobrás. Infelizmente, ainda estamos mais para Federação dos Trabalhadores da Petrobrás, em vez de Petroleiros como um todo, inclusive com elementos que deixam isso bem claro, tanto para as direções como também para os trabalhadores dessas empresas.

7º CONFUP

42. Durante as negociações dos acordos coletivos do ano passado (2000), temos claros alguns desses fatos, como durante a greve da Sotep de quatro dias na Bahia, sem nenhuma participação e ou intervenção das direções sindicais nos outros cinco estados onde a empresa atua, ou a negociação com a Halliburton, quando tivemos que aceitar goela abaixo um acordo ruim, já que só na Bahia houve assembleia e rejeição da proposta da empresa, onde ao mesmo tempo a direção da Halliburton fez todo tipo de pressão, principalmente em Macaé em função da movimentação do Sindipetro-NF e por ser a base mais importante, para que os trabalhadores aceitassem o acordo e desarticulados, não tivemos como dar uma resposta a altura.
43. Com a BJ a coisa se deu de forma mais tranqüila, conseguimos fechar disparado o melhor acordo do setor, e mesmo com isso falhamos, já que o referido acordo nacional que foi fechado em novembro de 2000, só veio a ser assinado pelos sindicatos e pela FUP no mês de maio/2001, demonstrando no mínimo para a empresa e os trabalhadores, falta de interesse em assiná-lo, o que em determinado momento a direção da empresa deixou isso claro.
44. Longe de querer fazer um raio-X da Terceirização na Petrobrás e da situação das empresas privadas de petróleo que estão atuando no Brasil, é preciso que o movimento sindical petroleiro (FUP e Sindicatos), adote medidas e assuma politicamente todos esses problemas com a urgência que se faz necessário, buscando nivelar o mais rápido possível a nossa atuação e desta forma sairmos na defesa dos trabalhadores, combatendo o sindicalismo pelego e lutando contra a privatização da Petrobrás.
45. Sendo assim, encaminhamos as seguintes propostas para serem debatidas pelo movimento sindical petroleiro no sétimo CONFUP:
 - a) Discutir com os petroleiros das companhias privadas do setor petróleo, uma proposta de acordo coletivo com base no da Petrobrás, incentivando-os a se organizarem e lutarem pelos mesmos direitos dos petroleiros da Petrobrás e sindicalizando-os em nossos sindicatos;
 - b) Eleição neste congresso, de um Coletivo Nacional, para juntamente com a Secretaria de Terceirização da FUP, organizar e encaminhar a Campanha Reivindicatória das empresas de Petróleo privadas em todo Brasil, em conjunto com os Sindicatos, além de uma Campanha Nacional pela representação dos petroleiros terceirizados e os de empresas do setor;
 - c) Que esse Coletivo, após a negociação dos acordos coletivos, passe a funcionar juntamente com a Secretaria de Terceirização da FUP, e se efetive como um Coletivo Nacional de Organização, e trace a estratégia para todo setor a nível nacional em conjunto com os sindicatos;
 - d) Que seja encaminhado no acordo coletivo da Petrobrás a proposta de criação das comissões regionais de terceirização e que se mantenha a comissão nacional;
 - e) Que os sindicatos destinem verba específica, para uma Campanha Nacional pela Organização dos petroleiros terceirizados e os de empresas privadas de petróleo, com o objetivo de assumir a representação sindical, começando inicialmente pela atividade fim e depois em outra atividade, definida pelo Coletivo Nacional de Petroleiros Terceirizados e a Secretaria de Terceirização da FUP;
 - f) Estabelecer acordo coletivo nacional para todas as empresas que atuam em mais de um estado;
 - g) Estabelecer o Piso salarial nacional dos petroleiros terceirizados, assim como uma tabela salarial para a mesma atividade;
 - h) Realizar um encontro nacional dos petroleiros em empresas privadas de petróleo, para definir estratégia, formas de luta, e organização dos petroleiros dessas empresas;
 - i) Realizar uma Campanha Nacional de Sindicalização dos petroleiros terceirizados e os de empresas privadas de petróleo, que seria feito através de um mutirão, onde cada sindicato mandaria representantes para um estado de cada vez, dando condições e suporte aos sindicatos para assumirem a representação dos terceirizados, iniciando essa campanha no setor petróleo;

7º CONFUP

- j) Que a FUP passe a garantir em todos os Primeira Mão notícias sobre petroleiros terceirizados e os das empresas privadas de petróleo, específico sobre terceirização e empresas privadas de petróleo e os encaminhamentos, que estão sendo tomados informando toda categoria;
- k) Campanha nacional pela implantação da 5ª turma nas terceirizadas e empresas privadas de petróleo, pelo fim do turno fixo e do turno de 4 turmas com ou sem pagamento de horas extras;

Plenária para discutir propostas para o Estatuto

O 7º CONFUP orienta a direção da FUP que marque uma plenária até o mês de dezembro de 2001, com o objetivo de discutir propostas para os estatutos da FUP. Esta plenária deverá ser precedida de assembléia de base onde além dos delegados deverão ser tirados as propostas. Trocar Petroleiros por Petroquímicos (aonde tiver). Remetido a plenária de estatuto até dezembro de 2001.

Apoio à candidatura do companheiro Lula

- 20. Considerando todas as avaliações políticas/conjunturais expressas pela maioria esmagadora do povo brasileiro, com 53 milhões de pobres e 22 milhões de indigentes, 34% vivendo na pobreza (miséria), sendo necessário estancar o neoliberalismo, vamos fechar esta fábrica de miséria.*
- 21. Considerando a resolução da IV CONFUP, realizado na cidade de Santos/SP em 1998, em que os delegados deliberaram pela criação de Comitês Regionais Lula-presidente:*
- 22. Os delegados presentes no Congresso Nacional dos Petroleiros, realizados no dia 29 e 30 de junho e 01 de julho em Porto Alegre/RS, aprovaram a construção do governo dos trabalhadores apoiando a candidatura à presidência da República do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva e a realização de uma plenária nacional da categoria para discutir especificamente nossa contribuição ao projeto de construção do Governo dos Trabalhadores – Lula presidente, e que esta iniciativa ocorrerá logo que for definido o quadro da candidatura presidencial.*

Moções de Repúdio

- 1. O Congresso Local dos Petroleiros de Minas, realizado nos dias 22 a 24 de maio de 2001, Repudia veementemente, as posições tomadas pela gerência da Regap, em perseguições a dirigentes sindicais e principalmente ao dirigente sindical Adelmo José Leite, que sofre a verdadeira caça humana.
- 2. Esta perseguição esta sendo conduzida pelo SRH/REGAP – Serviços de Relações Humanas da Regap, chefiada pela Sra. Lúcia Helena de Arruda Rodrigues Morais, e do Setor Jurídico, e que maquiada por Júlio César de Almeida – Inspetor de Segurança Interna da Regap.
- 3. Foi dada uma tarefa ao trabalhador Adelmo José Leite, na qual fugia de suas funções e responsabilidades e sem o menor treinamento para tal, no que era carregar e dirigir um caminhão de combustível dentro da refinaria, um trabalho de alto risco, o trabalhador Adelmo José Leite que tem como função vigilante, de forma consciente e responsável recusou-se a tal tarefa, e logo em seguida, foi prontamente advertido com uma carta de advertência e, posteriormente, perdendo a sua função de vigilante e retirado da escala de trabalho, da jornada de trabalho de turno de revezamento ininterrupto.

7º CONFUP

4. O Congresso Local dos Petroleiros de MG, do ano de 2001, REPUDIA sem exceção toda a gerência local da Regap, por não permitirem junto a diretoria da Petrobrás, a discussão em que possa a vir reintegrar os trabalhadores da base de Minas Gerais, demitidos em movimento reivindicatória da categoria petroleira em 1994, sendo estas as alegações postas na mesa de negociações com a FUP e os sindicatos e a direção da Petrobrás, no Rio de Janeiro. Imputando a gerência da Regap, como principal foco de resistência a esta negociação.

Políticas contra Privatização, Previdência Pública e Fundos de Pensão – Petros

O Setor Petróleo e Defesa da Petrobrás

As Mudanças no Setor Petróleo

1. Desde 1990, as normas que regulam o setor petróleo vêm se alterando, no sentido da menor intervenção do Governo. Em 1993, ano marcado para a revisão da Constituição, o movimento sindical, junto com partidos políticos progressistas e parlamentares liberais e nacionalistas, impediram que empresários e financistas nacionais e internacionais encaminhassem a quebra do monopólio estatal. A partir de 1994, eleito FHC, com o apoio da imprensa e de uma poderosa aliança formada por industriais, banqueiros e pelo Poder Judiciário, o jogo começou a mudar.
2. A grande mudança, apesar das lutas do movimentos sindical e popular e do Frente Parlamentar Nacionalista, foi a flexibilização do monopólio do petróleo, por meio da Emenda Constitucional 09, sancionada em nov./95, que alterou o artigo 177 da Constituição Federal. A União continuou detentora do monopólio, mas sua execução pode ser delegada às empresas nacionais e estrangeiras sob concessão ou autorização, dependendo da atividade. A regulação desta Emenda Constitucional foi feita pela Lei 9.478 de 06/08/1997 (a “Lei do Petróleo”). Até a sua promulgação, a Petrobrás exercia o monopólio em nome da União sobre diversas atividades.
3. Entre as principais disposições da Lei 9.478 estão as formas pelas quais as atividades do setor poderão ser exercidos pelos agentes privados e a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para atuar como órgão regulador e fiscalizador das atividades do setor e ser, em nome da União, concedente de direitos de exploração e produção em território nacional. A lei contempla também as regras para o período de transição e as atribuições da Petrobrás, mantida sob controle estatal, mas podendo se associar com outras empresas, majoritária ou minoritariamente, para exercer suas atividades e revogou a Lei 2.004 de 03/10/53, que criara o monopólio estatal. A Lei 9.478 não se restringiu ao setor petróleo e gás natural, mas estipulou também os objetivos das políticas nacionais para o aproveitamento das fontes de energia e criou também o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).
4. Em março de 1999, novamente com a nossa oposição, o governo impôs mudanças no Estatuto da Petrobrás e indicou novos integrantes do seu Conselho de Administração mais afinados com a sua política e adequando o estatuto à Lei das S.A, pela qual somente um terço do Conselho pode ser preenchido por membros da diretoria executiva. Até a sua alteração, todos os diretores executivos estavam no Conselho, ocupando seis das nove vagas. Estas mudanças foram definidas no início de fev./99 e a convocação da Assembléia Geral Extraordinária precipitou a saída do então presidente Joel Rennó, cuja cabeça já estava na guilhotina, sendo substituído provisoriamente pelo então vice-presidente da Braspetro e hoje diretor de exploração e produção, José Coutinho Barbosa.
5. As principais mudanças do estatuto foram o fim das limitações à posse de ações ordinárias (até então restritas a brasileiros residentes no país e que não podiam deter mais de 0,1% do capital

7º CONFUP

da empresa) e a definição das atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Entre as alterações de última hora, houve o fim da limitação à presença de brasileiros naturalizados na direção da empresa (o que permitiu a indicação para presidente do economista Henri Philippe Reichstul), a modificação no artigo referente a distribuição de dividendos e o cancelamento da proposta de se aumentar o número de integrantes do Conselho de 9 para 11 membros. O Conselho de Administração da empresa foi inteiramente renovado, com a indicação de oito novos membros – a nona vaga, que nas palavras do então Ministro de Minas e Energia, Rodolfo Tourinho, seria reservada aos empregados, ainda não tem critério definido.

6. Uma outra grande mudança veio em outubro de 2000, com a aprovação pelo Conselho de Administração do novo planejamento estratégico da Petrobrás, definindo como objetivo até o ano de 2010, transformar a maior empresa de petróleo da América do Sul em um companhia multinacional na área de energia condicionado com sua divisão em unidades de negócio as áreas de exploração e produção e as refinarias em todo o país.
7. Hoje, além das subsidiárias até então existentes (Petroquisa, Braspetro, Fronape e BR Distribuidora), temos a Transpetro, criada compulsoriamente pela Lei 9.478, para administrar os dutos, terminais terrestres e marítimos e embarcações, até então sob o comando da Fronape.
8. No setor de refino também estão ocorrendo várias mudanças. Por pressão da ANP, que quer diminuir a participação da Petrobrás neste seguimento, está impondo uma redução de 98% para 65% da capacidade instalada de refino de propriedade da Petrobrás. A direção da empresa vem desde o ano de 2000 realizando parcerias, com as chamadas “troca de ativo” que entende-se por venda de parte das Refinarias. É o que tentam fazer com a REFAP, onde o Governo FHC tenta impor que a REFAP seja transformada em uma Empresa Independente S.A, em uma transação no mínimo duvidosa.
9. Também na área de exploração e produção, além das concessões entregues pela Agência Nacional do Petróleo nos dois leilões até aqui realizados (já está marcado um terceiro para o mês de julho desse ano).
10. A Petrobrás vem tercerizando quase que completamente as atividades de perfuração. Com isso, matérias primas para a perfuração que a Petrobrás compra no mercado brasileiro hoje são comprados pelas empresas estrangeiras, no mercado externo, com graves prejuízos para os pequenos fornecedores brasileiros. Além disso, a direção de FHC da Petrobrás já terceirizou completamente a produção em duas plataformas, uma no Campo de Albacora Leste e outro no Campo de Espodarte. Na atividade de TI, com o passar do tempo, os analistas “desempregados” vão se transformando em gerentes de empresas contratadas.
11. Em que pese, a Petrobrás ter informado aos sindicatos e a FUP que estava suspensa a criação da nova empresa de telecomunicações, continua em andamento a reestruturação da área de telecomunicações com o objetivo de privatizá-la. Nesse sentido, retirou seu corpo técnico do Edise e transferiu para a Av. Rio Branco, nº 1 (RB 1), para o mesmo local irá o Centro Nacional de Gerência da Rede de Telecomunicações (CNGT), que está criando novas divisões e novos setores adequando a área de telecomunicações a uma empresa privada.
12. Ainda nas áreas de produção está cedendo campos de petróleo com baixa produção, através de contratos, para empresas privadas, que passam a operar esses campos, como esta acontecendo na Bahia (Petro/Recôncavo).

A Resposta do Movimento Sindical

13. Frente a todas essas mudanças, a Plenária da FUP realizada em março/2001, aprovou a criação da “Comissão Nacional de Defesa da Petrobrás” e de um fundo para sustentação da Campanha Nacional. Esta Comissão já definiu algumas atividades e ações a saber:
 - a) Nacionalizar as Campanhas já existentes em defesa da REFAP e FAFEM, adotando a logomarca nacional “Privatizar Faz Mal ao Brasil”;

7º CONFUP

- b) Realização de um Seminário Nacional com o tema: “O Petróleo no Mundo e no Brasil”, que acontecerá em Brasília nos dias 15 de 16 de agosto/2001;
 - c) A criação de Comitês Regionais, junto com outros seguimentos organizados, objetivando levar a Campanha nas escolas, universidades, câmaras municipais, etc., inserindo a sociedade neste debate;
 - d) Confecção de uma cartilha que retrata todo o processo de Reestruturação da Petrobrás e do Setor, desde a queda do Monopólio;
 - e) Elaboração de um segundo Boletim “Em Defesa do Brasil”, com atualização e histórico até o momento;
 - f) Elaboração de Boletim Mensal das C.N.D.S.P (estilo Primeira-Mão);
 - g) Levar ao próximo CONFUP proposta de reativação do Comitê Nacional de defesa da Petrobrás, com orçamento próprio e eleição de seus membros na mesma data da eleição da Coordenação da FUP;
 - h) Unificação da luta em defesa da Petrobrás;
 - i) Buscar a participação dos segmentos de vanguarda argentinos, na luta contra de ativos REFAP/REPSOL;
 - j) Alertar a sociedade quanto às conseqüências da efetivação do plano de desmonte da Petrobrás, como: mais dependências de decisões externas, a dolarização e alinhamento dos preços dos combustíveis;
 - k) Expor clara e intensivamente o papel que vem desempenhando o Congresso Nacional, de acomodado cúmplice de desmandos como as privatizações sem controle, fraudadas e a qualquer preço, tudo como resultado da Reforma Constitucional que desfigurou o capítulo “Da Ordem Econômica “, estatuído na Carta de 1988;
 - l) Reeditar a Campanha “O Petróleo é Nosso”, tentando a estruturação de núcleos regionais. Para tanto, sugerimos buscar o concurso de sindicatos que possuem delegacias, como eletricitários telefônicos, Professores e outros;
 - m) Questionar permanentemente a postura das gerências das unidades de negócios, quanto aos interesses da instituição Petrobrás.
 - n) Que os efeitos de liminar contra a troca de ativos REFAP/REPSOL e outros, sejam pelo movimento sindical petroleiro FUP/Comissão, dado ampla divulgação ao tempo que igual trabalho seja implementado junto ao Congresso Nacional com trabalho em Brasília.
 - o) Que ações populares semelhantes ajeitadas pelo movimento petroleiro em outras localidades, questionando a troca de ativos e venda de campos de produção, os posto de distribuição de combustíveis.
14. A FUP, em conjunto com a CNRQ e ICEM deve organizar um evento dos trabalhadores do Setor Petróleo para se contrapor ao Congresso Mundial do Petróleo que acontecerá no Brasil em 2002, envolvendo os trabalhadores da América Latina e Caribe;
15. É importante também que destas atividades propostas, o Movimento Sindical Petroleiro faça o debate de um projeto da ótica dos trabalhadores do Setor para o próximo governo popular e democrático do Brasil.
16. Para tanto, além da campanha explicar para a opinião pública a importância da Petrobrás, devemos estar chamando a população a apoiar nossas principais bandeiras que visem a fortalecer a Estatal e mantê-la como a detentora do monopólio de fato
- fim da terceirização e concurso público para a reposição de efetivos;
 - não à venda de ações da empresa ou de suas subsidiárias;
 - não às trocas de ativos;
 - mais investimento em segurança industrial e ambiental.
 - reforço do papel social e de desenvolvimento tecnológico da Empresa.
17. A crise de energia hoje, aqui como na Califórnia onde foi adotado o mesmo sistema de “aguardar investimentos privados” deve ser a pedra de toque para apoiarmos amplas

7º CONFUP

campanhas contra as privatizações no setor elétrico, nos correios, etc, construindo a unidade para a defesa do papel do estado na economia.

18. Diante da gravidade da crise energética o movimento sindical tem duas tarefas. Explicitar para a população as responsabilidades (ou irresponsabilidade administrativa) direta do governo FHC que fez com que o país chegasse a esta situação. Devemos desgatá-lo ao máximo perante a opinião pública pela crise. Por outro lado, não podemos ser levianos e ficar questionando o racionamento ou outros detalhes dos planos de emergência. Temos a obrigação de apresentar a opinião pública nossas próprias alternativas em termos de geração e economia de energia. Assim podemos e devemos exigir:
 - Ampliação do financiamento de instalação de equipamentos de aquecimento solar, Instalação de geradores eólicos e outras fontes de energia renováveis e limpas
 - Suspensão do pagamento da dívida externa e investimento desses recursos na implantação de novos sistemas de geração de energia tais como co-geração, pequenas centrais hidrelétricas, aproveitamento de lixos e resíduos industriais orgânicos, etc.

Setor Petróleo e luta em defesa da Petrobrás e demais Estatais

Defesa da Petrobrás é defesa do Brasil

19. "A privatização das empresas e o desmanche dos mecanismos de distribuição de renda , exigidas como condição para aprovação dos programas de ajuda financeira, devem tornar ainda mais dramática a situação social dos países monitorados pelo FMI." (Pag. 2 - Conjuntura Internacional - Texto base – 9º Plenária Nacional da CUT).
20. “Não seria o caso de se chamar um médico para o Sr. Fernando Henrique Cardoso que viesse salvar o Brasil do vírus da destruição sistemática de suas riquezas”
Barbosa Lima Sobrinho – Presidente da ABI
21. A defesa da Petrobrás faz parte de um projeto de defesa do Brasil e soberania de um país que tem tudo para ser uma potência mundial, por isto assusta os Estados Unidos e as maiores potências do Planeta. Senão vejamos:
 - a) Uma das maiores áreas do planeta, com possibilidade de distribuição de terra de fazer inveja a qualquer país da Europa;
 - b) O PIB cresceu muito mais do que o do Japão ou da Coréia, citados como exemplos dos defensores do neoliberalismo;
 - c) Reservas de petróleo que mais cresceram neste últimos dez anos, capaz de fazer inveja as sete irmãs do mundo do petróleo;
 - d) Líder mundial em tecnologia de exploração e produção de petróleo em águas profundas;
 - e) Parque industrial montado, o que facilita a implantação de empresas, considerando que os investimentos em infra-estrutura, são os mais altos na industria;
 - f) Sistema de telecomunicações montado em todo país, superior a vários países do primeiro mundo;
 - g) Sistema instalado de energia elétrica interligado com parque industrial com capacidade superior a vários países, baseado no aproveitamento de nossos rios, que fez do Brasil um dos primeiros do mundo neste setor.
22. Isto é apenas alguns indicadores que poderiam ser citados para introdução ao nosso tema:
Defesa da Petrobrás é defesa do Brasil.
23. Os últimos fatos envolvendo a mudança dos estatutos da Petrobrás para colocar um não brasileiro nato na sua presidência e os “leilões” para entregar as nossas reservas às multinacionais do petróleo, vêm apenas confirmar o que são as privatizações no Brasil,

7º CONFUP

conforme escreve Aloysio Biondi, no seu livro “Brasil Privatizado”, lançado pela fundação Perseu Abramo e diversos sindicatos.

As alterações dos estatutos de uma empresa vencedora

24. A alteração dos estatutos da Petrobrás é mais um crime do governo FHC contra a soberania do país, como escreve o engenheiro Conrado, no artigo: “Como destruir uma empresa vencedora”, que foi recebido pela assessoria do Sr. Fernando Henrique Cardoso, antes da assembléia que concretizou este crime. Afinal de contas a assembléia foi realizada sobre protestos dentro e fora do auditório, destacando-se a manifestação de brasileiros indignados que cantaram o hino nacional em frente ao Edise, mas não foi suficiente para barrar a realização da mesma.
25. Mas é importante fazer um paralelo com a tentativa de realização da assembléia para cisão de Furnas, mas barrada várias vezes pelos trabalhadores em greve e em atos públicos realizados em frente a sede da empresa, o que demonstra que se nós trabalhadores da Petrobrás também estivéssemos mobilizados poderia ter evitado aquela "assembléia". Mas este congresso deve apontar caminhos de resistência e mobilização para enfrentar este desmonte do governo FHC.
26. É importante lembrar que a AEPET também está questionando na justiça a assembléia, que levará tempo para julgar, mas que é uma resistência, que futuramente poderá ser vitoriosa, sobre esta armação contra os interesses nacionais, que começou no governo Collor e continua no governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

"Leilões" x Parcerias

27. E os “leilões”? Afinal o que aconteceu? É realmente difícil de saber, porque uma colunista do Globo, chega ao cúmulo de criticar o governo pela lentidão da destruição da maior empresa do país e ainda afirma: “é um absurdo que a Petrobrás participe dos leilões, já que o monopólio acabou”. Só que a colunista esquece do monopólio do seu patrão: Roberto Marinho, que se fosse nos Estados Unidos não poderia ser dono de TV, Jornal e Rádio ao mesmo tempo, mas isto a colunista não vê, porque ela perderia o emprego.
28. Os jornais divulgaram: que o ágio foi de 53.565 %; afinal o preço estipulado pelo genro de FHC, foi generoso demais para multinacionais e então elas resolveram ajudar o nosso país a “comprarem” as áreas pelos valores divulgados pela imprensa; a exceção foi a Tribuna da Imprensa que destacou que o leilão foi um fracasso.
29. Mas uma pergunta, até agora não foi respondida: Se o leilão era para valer, porque nenhuma empresa perdedora protestou contra a Petrobrás que venceu cinco áreas e o diretor da ANP, que deveria ser imparcial? Falamos da foto do genro de FHC, Ministro Tourinho e o presidente da Petrobrás, comemorando o resultado do leilão, de duas uma: ou não houve concorrência ou as parcerias que as multinacionais estão fazendo com a Petrobrás é muito mais negócio do que os riscos com áreas que precisam de investimento e não se sabe se têm ou não petróleo, quando a indústria de petróleo está em retração no mundo.
30. Ainda recomendamos a leitura dos artigos " Necessidade de uma política energética "(JB - 22/06/99) de Luiz Pinguelli Rosa, Professor de Planejamento Energético da Coppe - UFRJ e "O petróleo é vosso" (FSP - 22/06/99) da Deputada Federal Luiza Erundina do PSB/SP.
31. Para aqueles que querem aprofundar mais o assunto, sugerimos as Obras de leitura do Bautista Vidal : "País do Sol" , pois aborda a importante mudança da máxima capitalista de que "Quem move o mundo é o dinheiro" por "Quem move o mundo é a energia", com uma visão socialista.
32. A AEPET ingressou com ação civil pública, com pedido de liminar contra a ANP, visando a suspensão do leilão para concessão de 27 áreas para a exploração de petróleo no Brasil. No pedido, encaminhado à 24a. Vara Federal no Rio de Janeiro, a AEPET arguiu a ilegalidade

7º CONFUP

do leilão por entender que aquele ato violava a Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e a Lei do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).

Mas qual é a saída?

1. Mas qual é a saída para nós petroleiros? Não existe saída para os petroleiros isoladamente e sim para nós Brasileiros: Se unir as lutas maiores : fora FHC/ Fora FMI/ Moratória Já ; CPI das TELES e um plebiscito sobre as privatizações como foi feito no Uruguai. Mas isto só pode ser alcançado com uma campanha de mobilização muito forte, com participação do povo como foi com o “impeachment “ do Collor e a campanha do “Petróleo é Nosso ” , pois caso contrário não teremos sucesso. Mas o governo do FHC, começa a dar sinais de desgaste, basta ver os recentes casos dos apagões e comprados votos da CPI da corrupção.
2. Um bom começo para esta mobilização é apresentação da Peça " O Dragão e a Galinha dos Ovos de Ouro" nos locais aonde os Petroleiros trabalham.

Financiamento da Campanha Nacional em Defesa da Petrobrás

3. Que a Comissão Nacional de Defesa do Sistema Petrobrás assuma as dívidas dos encaminhamentos jurídicos nos estados do Rio Grande do Sul, Sergipe e Alagoas (Sindipetros locais), contra o processo de privatização da Petrobrás.
4. Negociar com a CUT redução da mensalidade efetuada pelos sindicatos e entidade, como contribuição financeira da entidade para a campanha, durante um prazo de 12 meses.
5. Contribuição dos Sindicatos à Comissão Nacional no valor de uma mensalidade paga a FUP durante o prazo de 12 meses.
6. Utilização das gráficas dos Sindicatos filiados.

Propostas ao Futuro Governo dos Trabalhadores

7. Entre os compromissos mínimos do próximo governo popular, para nós do setor petróleo:
 - Deve estar o da reestatização do Petróleo no Brasil, com auditoria popular sobre todas as licitações e parcerias realizadas por FHC;
 - Deve estar o compromisso de abrir concurso e acabar com toda a terceirização em postos de serviços de atividades permanentes na Petrobrás.

Previdência Pública, Petros e Aposentados

Previdência Pública

33. O início da previdência no Brasil é marcado pelo regime de capitalização, ou seja, a capitalização era uma espécie de seguro em que o trabalhador contribuía e tinha o direito de um benefício relacionado à sua contribuição. Posteriormente, o sistema de capitalização foi substituído pelo regime de repartição simples, cuja a principal característica é que a massa de trabalhadores na ativa paga os benefícios dos aposentados, este sistema está em vigor até os dias de hoje.
34. No período em que está em vigor o regime de repartição simples, os governantes vieram constantemente reformulando sua política previdenciária, inicialmente foram criadas as Caixa de Aposentadorias e Pensões (IAP's), posteriormente os IAP's foram substituídos pelo

7º CONFUP

Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Mais tarde o INPS foi desmembrado em três, dando origem ao Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social (IAPAS), com a responsabilidade de administrar e recolher recursos, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) ficou somente com benefícios previdenciários e assistenciais e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), com responsabilidade de administrar o Sistema de Saúde.

35. A Constituição de 1988, em seu art. 194, estabeleceu um modelo de seguridade social, a qual compreende um conjunto integrado de ações do poder público e da sociedade, a fim de assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, entendendo que a previdência complementar, organizada pela sociedade civil, deveria seguir os mesmos princípios da seguridade social pública. Elevou os pisos dos benefícios, terminou com a diferença entre trabalhadores do campo e da cidade, criou condições para que qualquer cidadão tivesse acesso ao sistema mediante suas contribuições. Nessa nova etapa o INSS se juntou com IAPAS e deu origem ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).
36. Ao mesmo tempo a Constituição, em seu art. 195, teve a preocupação de definir as três fontes de recursos para arcar com as despesas advindas da entrada de novos beneficiários no sistema previdenciário, que foram o Confins, a Receita sobre Lucro Líquido e a folha de salários.
37. Em 1989, com a eleição de Collor e de um novo Congresso, tem-se o início no Brasil da era neoliberal, abertura do país para as importações, aumenta o desemprego. Intensifica-se nesta época, o ataque ao sistema previdenciário, desviando os recursos criados pela Constituição (confins e receita sobre lucro líquido) de seus objetivos, ficando apenas a folha de salários para pagamento dos benefícios, sendo este um dos principais motivos do aumento do déficit previdenciário.
38. Em 1994, FHC é eleito, com a ajuda do grande capital, dá continuidade as reformas neoliberais, elegendo como prioridade a destruição da previdência social pública. Aproveitando as distorções introduzidas no sistema previdenciário que ocasionaram aumento do déficit. Em 1995, o governo FHC, restringe a aposentadoria especial por insalubridade, acabando com o enquadramento por categoria profissional, condicionando-a à apresentação de laudos técnicos e extinguindo a aposentadoria especial por penosidade e periculosidade. Diminui também o auxílio-doença acidentário. Em 1998, consegue aprovar a emenda constitucional nº 20 e logo a seguir introduz o fator previdenciário, estas mudanças causaram grandes prejuízos à classe trabalhadora. Com a aprovação da Emenda Constitucional 20, o Brasil tem 2 anos para adequar-se a nova realidade e criar uma nova legislação previdenciária. Naquele momento foi consolidado a base para a privatização da Previdência.
39. Como complemento da ingerência neoliberal, intensifica-se a corrupção, aumentando o número de verdadeiras quadrilhas instaladas dentro e fora da instituição para desviar dinheiro destinados aos benefícios dos trabalhadores.
40. Além do avanço do neoliberalismo, principalmente nos países subdesenvolvidos, contribuíram para o aprofundamento da crise nos sistemas previdenciários, com a mudança nos processos produtivos, a introdução de novas tecnologias e a automação industrial, o desemprego crescente, o aumento do trabalho informal, a flexibilização dos direitos trabalhistas. Em menor escala o aumento da expectativa de vida, a diminuição da taxa de fecundidade. O neoliberalismo tem aumentado a concentração de capital nas mãos de poucos e nenhum centavo tem sido colocado na previdência social pública. Nesse momento temos que nos organizar para lutarmos contra as mudanças que estão sendo implementadas pelo governo FHC no Sistema Previdenciário.
41. É nesta conjuntura que o FMI, com apoio do Banco Mundial vêm impondo aos países da América Latina, a privatização dos seus Sistemas Previdenciários, implantando um regime de capitalização totalmente privado.

7º CONFUP

42. Este modelo de privatização está descrito em documento divulgado pelo Banco Mundial intitulado “ENVELHECIMENTO SEM CRISE”. Baseado em 3 regras básicas:
43. Primeira regra - seria uma pensão básica para todos os cidadãos em nível de pobreza;
44. Segunda regra - um modelo de capitalização privado obrigatório com gestão privada do capital financeiro; e
45. Terceira regra - adoção de um sistema de poupança livre de capitalização.
46. Esta experiência já foi implantada no Chile em 1981, pela ditadura do General Augusto Pinochet. Vamos entender como foi feito, o regime anterior à mudança era de repartição simples, onde os trabalhadores em atividade financiam os aposentados, na expectativa de que, no futuro, outra geração de trabalhadores sustentaria a sua aposentadoria.
47. Com a mudança, os trabalhadores, aposentados que eram financiados pelos trabalhadores em atividade, passaram a ser financiados pelo Estado e os trabalhadores em atividade foram obrigados a contribuir para um Sistema de capitalização totalmente privado.
48. Após 20 anos de sua implantação, o Chile é um bom exemplo para avaliarmos o resultado de um Sistema Previdenciário totalmente privado. Hoje, 50% dos trabalhadores não estão filiados a nenhum sistema Previdenciário, estão excluídos e o Estado tem um déficit de 6% do seu PIB anual, para financiar os aposentados daquela época.
49. No ano passado, também, por imposição do FMI e do Banco Mundial, a Argentina, realizou profundas mudanças no seu sistema Previdenciário.
50. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 20, preparou-se a previdência pública básica para ser privatizada. Posteriormente, através da edição de decretos e outras resoluções do Ministério da Previdência – MPAS e a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, criou-se as condições para o enfraquecimento das Entidades Fechadas de Previdência Privada – EFPP’s. Esse conjunto de medidas tem como objetivo a privatização total do sistema previdenciário brasileiro sob o controle do sistema financeiro.
51. Trabalho atuarial, divulgado pelo Ministério da Previdência, no mês de abril mostra uma radiografia da previdência pública no Brasil.
52. Atualmente, somos 71,7 milhões de pessoas ocupadas, em 2020 deveremos ser 79 milhões.
53. Dos 71,7 milhões de pessoas ocupadas, 31,5 milhões ou 43% estão filiados ao Regime Geral de Previdência social (RGPS). Os outros 40,7 milhões ou 56%, não estão protegidos por qualquer Sistema Previdenciário. Destes, 19,8 milhões estão a margem do Sistema, porque ganham menos que 1 (um) salário mínimo ou não têm remuneração e 19,9 milhões de trabalhadores que ganham 1 (um) salário mínimo ou mais, são trabalhadores sem carteira assinada ou autônomos.
54. A Previdência estima arrecadar em 2001, em torno de 63 bilhões e estimou suas despesas em de 76 bilhões de reais. O déficit previsto será de 12 bilhões de reais ou 1,03% do PIB.
55. Pelo trabalho apresentado, que faz projeções para 2020, estimando inflação anual de 3,5% e aumento do salário mínimo, também, de 3,5% por ano. Pelos valores sugeridos na projeção para 2020, o trabalho peca ao considerar o Brasil como um país com uma economia já estabilizada. Temos certeza que qualquer instabilidade política ou financeira pode levar a um total descontrole das contas previdenciárias.
56. Fica evidente pelas premissas apresentada que estas dificilmente serão cumpridas, ficando mais evidente ainda a fragilidade do Sistema Previdenciário hoje. Dessa forma, fica bem esclarecido, os motivos pelo qual o governo FHC teve tanta pressa em realizar as reformas previdenciárias.
57. Pelos exemplos apresentados, de Previdência Publica e Privada, podemos chegar a conclusão que o Sistema Previdenciário de Capitalização Privado não é a solução para a classe trabalhadora, sendo somente mais um instrumento neoliberal de acumulação de capital, usando os recursos dos próprios trabalhadores. E, que o Sistema de Previdenciário Público em regime

7º CONFUP

de repartição simples tem sofrer melhorias urgentes, para atender as necessidade básicas da classe trabalhadora.

58. Nesse momento, nós trabalhadores petroleiros devemos estar lutando contra uma possível mudança no sistema Previdenciário Público, bem como, pela melhoria e o fortalecimento da previdência pública, universal, solidária e democrática;
59. Como alternativas para solução, propomos:
 - Que os recursos criados pela constituição de 1988, sejam novamente direcionados para a Sistema Previdenciário Público;
 - Criar mecanismos de taxação do capital financeiro para financiamento da Previdência Social Pública;
 - Diminuição da jornada de trabalho para a entrada de mais trabalhadores no Sistema Previdenciário Público.
 - Suspensão imediata da desregulamentação das Leis trabalhistas;
 - Fim das cooperativas que estão sendo criadas para a exploração da classe trabalhadora, nas quais os trabalhadores se associam e não têm nenhum direito trabalhista.
 - Criar estímulos para que o trabalhador autônomo e da economia informal contribua para à previdência pública.
 - Criar formas de desconto para a previdência pública, de quaisquer parcelas pagas à título de salários indiretos.

Previdência Complementar - Petros

60. A Petros é um fundo de pensão que foi criado pela Petrobrás em 1970, como política de Recursos Humanos, em substituição a complementação de aposentadoria, prevista nas suas normas internas, o antigo Manual de Pessoal. Tinha como objetivos também incentivar a permanência dos trabalhadores da Petrobrás e atrair novos trabalhadores para a empresa, como também, garantir-lhes o poder aquisitivo (poder de compra) após a sua aposentadoria. A garantia do poder de compra se daria, através do INSS pagando o benefício básico e a Petros suplementando a outra parte do salário do trabalhador Petroleiro.
61. A criação da Petros foi possível, através da contribuição financeira da Petrobrás, como patrocinadora instituidora, que consideramos salário indireto e a contribuição dos próprios trabalhadores da Petrobrás e subsidiárias.
62. Para garantir o poder aquisitivo (poder de compra) dos trabalhadores após aposentadoria, a Petrobrás e a Petros usaram um plano de capitalização de Benefício Definido (BD), cujas principais características são o conhecimento prévio do benefício concedido e a solidariedade. No caso dos Petroleiros, o benefício está indexado aos salários dos trabalhadores da ativa e na ocorrência de déficit's na administração do plano, este tem a participação da Petrobrás no seu equacionamento. A partir de 15 dezembro de 2000, por imposição da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, havendo déficit, o mesmo deverá ser repartido paritariamente entre a Petrobrás e os trabalhadores.
63. O plano de Benefício Definido (BD) da Petros é um bom plano de previdência complementar, porém com as constantes mudanças na legislação que ocorreram e com o arrocho salarial que a categoria petroleira vem sofrendo, foram identificados pontos que necessitam de melhorias.
64. Outra situação que, também, deve ser revista, em função das sucessivas mudanças nas legislação são as adaptações que a Petros fez em seus estatutos e regulamentos, adequando-os às novas exigências. Este fato originou distorções entre os trabalhadores petroleiros que contribuem para o plano de benefício, os pré-70, os pré-78, os pós 78, 78/79, pós 79 e pós-82, impondo-lhes limites e restrições, além da mudança de cálculo das suplementações de pensões

7º CONFUP

e o não cumprimento das legislação com relação a diversos direitos que o participante tem como por exemplo o valor do benefício mínimo.

65. Agora, portanto, é a hora de discutimos, os limites, as restrições e o que chamamos de "solidariedade perversa", que atinge os trabalhadores Petroleiros que têm salários mais baixos, apesar do pagamento do benefício mínimo, que na Petros não é pago corretamente. Estes trabalhadores ao se aposentarem recebem um benefício muito abaixo das suas expectativas e desproporcional às suas contribuições para o plano. Esta distorção se dá em função de muitos trabalhadores Petroleiros já estarem recebendo próximo ao teto do INSS, Os recursos destes trabalhadores petroleiros acabam sendo usados para pagar os benefícios dos trabalhares Petroleiros que têm salários mais alto. Estes assuntos devem ser levados pela FUP e Sindicatos a debate na categoria petroleira, urgentemente, com transparência e a participação de todos os trabalhadores envolvidos. (alterado por PC)
66. Infelizmente, só recentemente, o movimento sindical petroleiro começou a dar a devida importância à fiscalização e administração do fundo, neste sentido vem tentando através de acordos coletivos aumentar a sua representação no Conselhos de Curadores no Conselho Fiscal.
67. Com o início da participação dos trabalhadores nos Conselhos, verificou-se o total desconhecimento dos trabalhadores sobre seu fundo de pensão e a total falta de transparência com que a Petros administrava os nossos recursos. Mais recentemente, com a atuação dos representantes do movimento sindical eleitos nos Conselhos conseguimos avançar na fiscalização da Petros e levantar vários deficit's e erros na gestão do Fundo. Isto levou a necessidade da contratação de assessorias especializadas para a correta identificação e dimensionamento desses déficit's.
68. Após a contratação da assessoria, o movimento sindical petroleiro, representado pela Federação Única Petroleira, conseguiu avançar e produziu uma excelente cartilha, com informações importantes para a categoria. Apesar das poucas informações divulgadas pela própria Petros, neste trabalho, foram identificados inúmeros problemas na administração do fundo e foram sugeridas várias alternativas de solução. Até hoje, a Petros não se pronunciou e algumas das alternativas apontadas pela cartilha, estão sendo viabilizadas judicialmente.
69. Precisamos avançar mais na democracia interna da Petros, dando o direito aos Suplentes a estarem presentes em todas as reuniões dos Conselhos de Curadores e Fiscal com direito a voz e terem acesso a todos o documentos emitidos pela Petros, como atas de reunião do Conselho, inclusive com os votos em separado ou cartas anexadas. É dessa forma que os suplentes ficarão preparados para substituição dos Titulares em caso de eventualidades. Precisamos, também, avançar na democracia interna da FUP, dando condições para que os Suplentes participem das reuniões de preparação, com os assessores, para a intervenção do Conselheiro Titular na Reunião do Conselho de Curadores da Petros. Afirmamos também que nossa prioridade deve ser a conquista da gestão da Petros.
70. Os Conselheiros Titulares deverão enviar para os Suplentes, cópia de todos as atas dos Conselhos, inclusive com cartas anexadas ou votos em separado. Todos os requerimentos emitidos pelos mesmos e enviados à Petros.
71. Devemos ter uma posição clara e contrária dos nossos representantes com relação a política de privatização do governo que tem usado os recursos dos fundos de pensão para ajudar na privatização de empresas estatais, contribuindo desta forma para o aumento do desemprego.
72. A última década foi marcada pelo avanço do neoliberalismo no Brasil, capitaneado pelo Governo FHC, totalmente submisso ao capital internacional e ao FMI, nesta conjuntura foi quebrado o monopólio estatal do petróleo, abrindo com isto a possibilidade de privatização da Petrobrás. Para preparar a privatização da Petrobrás são necessárias suprimirem conquistas da categoria petroleira. Primeiramente impondo-nos um arrocho nos salários e depois a eliminação de qualquer possibilidade de custeio com o nosso fundo pensão. Mesmo daqueles já identificados como sendo de responsabilidade da Petrobrás, por decisões políticas tomadas no passado, que põem em risco o futuro nosso fundo.

7º CONFUP

73. Como vimos anteriormente, com a aprovação da emenda constitucional No 20 e a posterior introdução do fator previdenciário, preparou-se a Previdência Publica Básica para ser privatizada, e criou-se as condições para o enfraquecimento e posterior destruição das Entidade Fechadas de Previdência Privada – EFPP’s . Neste sentido, vieram as leis complementares 108/01 e 109/01 e o Decreto 3721/01 que estimulam a criação de planos de contribuição definida (CD), em substituição aos planos de Benefício Definido (BD), pretendendo com isso levar os trabalhadores a migrarem de um plano para outro. (alterado PC/HUGO)
74. Nesta conjuntura a Petrobrás está nos apresentando um plano de migração do plano de benefício definido (BD) para contribuição definida (CD). O Plano de Contribuição Definida (CD) geralmente tem característica de aplicação financeira, muito semelhante aos oferecidos pelo sistema bancário, as contas são individualizadas, portanto não sendo um plano solidário. Tem um aspecto extremamente perverso para os trabalhadores, pois é totalmente desvinculado dos salários do sistema previdenciário público, como também, desvinculado dos trabalhadores da ativa e a Petrobrás só assume parte dos riscos, por morte e invalidez.
75. Com a proposta de migração, a Petrobrás e a Petros querem se livram de todos os déficit’s do plano de benefício definido (BD), causado pela má administração e ainda levará os recursos que garantem o próprio plano de benefício definido para o novo plano. A patrocinadora instituidora usará recursos próprios, para incentivar a migração para o novo plano, recursos esse que teriam que ser utilizados para cobrir os déficit’s do plano atual.(alterado por HUGO/PC)
76. Consequentemente, a FUP e os Sindicatos têm que dizer NÃO a migração, tem que politizar as discussões, deve esclarecer a toda a categoria o que realmente está em jogo. Não é somente a migração do plano BD para o CD, a migração é somente uma etapa para a total privatização do Sistema Previdenciário, com grandes prejuízos para toda a classe trabalhadora.
77. A FUP e os Sindicatos devem usar todos os recursos políticos e jurídicos necessários ao impedimento da migração, se mesmo assim a Petrobrás e Petros derem início a migração , a FUP e Sindicatos têm que lutar para garantir os direitos dos petroleiros que quiserem permanecer no plano BD, pois a iniciativa de inviabilizar a atual plano é da Petrobrás (patrocinadora) e da Petros. Este papel a FUP e os Sindicatos tem obrigação de exercer.
78. A Petrobrás e a Petros acenam com o índice do INPC para reajuste de benefícios, em uma possível migração de planos. Para nós trabalhadores o índice que melhor reflete a realidade petroleira é o índice que é conquistado no Acordo Coletivo.
79. A FUP e os Sindicatos têm que esclarecer toda a categoria que aceitar a migração para o novo plano de benefício é o mesmo que aceitar mais perdas salariais.
80. Como subsídio para analisarmos os planos de contribuição definida com o início da recessão nos EUA , houve uma grande instabilidade nas bolsas de NY e a queda do valor das ações aplicadas na NASDAQ, com isto alguns planos CD ficaram em grandes dificuldades deixando os trabalhadores em situação bastante difícil. Houve recursos dos planos que simplesmente quase desapareceram da noite para o dia. (ALTERADO PC E HENIO)

Legislação

81. Foi aprovado no Congresso Nacional uma nova legislação para previdência complementar que são as Leis Complementares 108 e 109, de 29/05/01, esta nova legislação substituiu a Lei 6435/77 e todos os decretos vinculados a esta Lei, como o decreto 81.240/78 e o 3721/00.
82. Esta nova legislação alterou em muito as regras do fundo de pensão, criou a portabilidade, o vesting, etc.

7º CONFUP

83. A grande novidade do projeto é a criação da figura do instituidor, autorizando as entidades de classe a criarem (instituírem) planos de previdência complementar.
84. Esta inovação tem que ser bastante debatida dentro do movimento sindical cutista, pois algumas dúvidas deveram ser respondidas, tais como:
 - Os sindicatos irão desviar recursos e energia da sua atividade política para administrar fundo de pensão e, ainda, somente, de CD ?
 - Como ficarão as relações dos sindicatos, quando este forem instituidores de um plano de benefício, com as respectivas patrocinadora. A empresa patrocinadora não vai querer ou poder interferir na política sindical do sindicato? Como fica na época de campanha salarial?
92. Estas e outras questões precisam ser respondidas. Devemos aprofundar este debate urgentemente.

Proposta de ação para Fup e Sindicatos implementarem na defesa da Petros

- a) Securitização por alienação de ações pelo seu valor patrimonial declarado aos acionistas como garantia ao pagamento das dívidas apuradas.
- b) Campanha para a efetivação da 3ª vaga do conselheiro eleito da Petros, utilizando para isso as formas jurídicas, políticas, apoiadas na mobilização da categoria
- c) Implementar todas as ações necessárias para viabilizar para conquistar o controle da gestão do fundo.
- d) Plebiscito já pela alteração do Estatuto e conquista da gestão da Petros. Este processo deverá estar concluído até outubro/01
- e) Que todos os Sindicatos comecem a reproduzir em seus boletins, matérias específicas sobre a ANAPAR, qual o objetivo, como funciona, etc., e que também seja centralizado através dos sindicatos a busca de filiações.
- f) Seminário e outros Fóruns para discutir a questão do instituidor
- g) Reunião com os Sindicatos que representam os trabalhadores das empresas patrocinadoras privatizadas, coordenada pela FUP e CNQ para discutir estratégias a serem adotadas diante do processo de migração.(Itaparica)
- h) Alteração do Estatuto da Petros garantindo o direito dos participantes da outras patrocinadoras, inclusive as privatizadas, a votarem e serem votados para os Conselhos e Diretoria, de acordo com a nova legislação(Henio)
- i) Mandato de Segurança, visando garantir o direito imediato conforme item anterior. (Henio)
- j) Previdência Complementar – Petros – slogan para a campanha: “ Não a migração e sim a conquista da gestão”
- k) Buscar o direito dos Suplentes de estarem presentes em todas as reuniões dos Conselhos de Curadores e Fiscal com direito a voz e terem acesso a todos os documentos emitidos pela Petros, como ATA's de reunião do Conselho, inclusive com os votos em separado ou cartas anexadas.
- l) Garantir as condições para que os Suplentes participem das reuniões de preparação, com os assessores, para a intervenção do Conselheiro Titular na Reunião do Conselho de Curadores da Petros.
- m) Enquanto não for alcançado o direito pleiteado no item 11, os Conselheiros Titulares deverão fazê-lo.
- n) A FUP e os Sindicatos têm que esclarecer toda a categoria que a migração para o novo plano de benefício é o mesmo que aceitar mais perdas salariais e que no momento em que está sendo feita a proposta de migração, é quando os salários e aposentadorias estão mais defasados, na véspera da data-base da categoria e isso trará prejuízos irreversíveis (Reserva matemática, reserva saldada e benefício proporcional);
- o) A FUP e os Sindicatos têm que defender a não migração do Plano BD para CD.

Saúde, Segurança, Meio Ambiente e Novas Tecnologias

Vida! Nossa Maior Plataforma

1. Nos países dos chamados países “periféricos”, a persistência das precárias formas de produção, baseadas no trabalho extensivo, de longas jornadas, exigindo esforços físicos, tem acarretado um aumento do desgaste físico e mental. Ao mesmo tempo, verificam-se novas formas de organização do trabalho e do capital, ampliando a exploração do trabalho, e trazendo outras conseqüências à saúde dos trabalhadores e do meio ambiente.
2. No Brasil, os indicadores de problemas relacionados às condições de trabalho nesta área, através das notificações de acidentes e doenças do trabalho, apontam grave quadro. Conforme noticiado, *"os dados do anuário estatístico da previdência de 1999 - último consolidado sobre acidentes de trabalho no Brasil - registra cerca de 400 mil ocorrências, entre acidentes típicos, doenças ocupacionais e acidente de trajeto. À primeira vista, os números até parecem aceitáveis para um país que tem uma população economicamente ativa (PEA) de mais de 70 milhões de pessoas. Mas têm outra dimensão, porque se referem apenas aos 23 milhões de empregados que têm carteira assinada. Isso significa que 1,7% desses trabalhadores se acidenta a cada ano ou 156 mortos em cada milhão (Jornal do Brasil, 25 de março de 2001).*
3. Embora os números de acidentes venham diminuindo em números absolutos, esta situação encobre a gravidade destas ocorrências, que vêm significando acidentes de maior comprometimento físico e mental, e aumento do número de óbitos – que pelas próprias circunstâncias, são obrigatoriamente notificados.
4. Na indústria do petróleo esse aspecto é visivelmente reconhecido devido, principalmente, às características técnicas deste setor, que envolve um contingente de trabalhadores especializados e outro, mais “flexível”, precarizado – tanto no desenvolvimento das tarefas, quanto na assistência às conseqüências da exposição aos riscos deste setor, que compõe principalmente o quadro de trabalhadores terceirizados.
5. Os trabalhadores terceirizados acabam sendo os mais atingidos nesse quadro drásticos de acidentes e mortes. Sofrem com condições de trabalhos extremamente precarizadas, onde muitas vezes os direitos básicos não são respeitados. Os programas de treinamento e aperfeiçoamento profissional raramente atingem os trabalhadores terceirizados, trabalham geralmente nos trabalhos piores, com salários reduzidos. Mesmo os programas de treinamento de segurança são aplicados de forma precária a esses trabalhadores petroleiros.
6. Os acidentes transformam-se no principal problema dos Petroleiros.
7. Os onze mortos e um ferido nas explosões seguidas de incêndio, culminando com o afundamento da plataforma P-36, representam o que foi o processo de reestruturação promovido dentro da Petrobrás nos últimos anos. A nova Petrobrás, cujo objetivo hoje é tornar-se uma empresa internacional de Petróleo, está pouco a pouco se tornando cada vez mais parecida com as sete irmãs. O lucro está acima de tudo, às práticas de manutenção foram reduzidas e a terceirização foi aumentada de maneira irresponsável, e a segurança negligenciada.
8. Na última década, a Petrobrás reduziu seu efetivo de 60mil para menos de 34 mil trabalhadores, aumentando progressivamente a terceirização, a ponto de contar hoje com cerca de 100mil

7º CONFUP

trabalhadores indiretos. Sem as mínimas condições de segurança para exercerem suas atividades, estes profissionais têm sido as principais vítimas dos acidentes na empresa Petrobrás.

9. acidente da P-36 revela para a sociedade brasileira o quadro assustador de acidentes ocorridos dentro da Petrobrás nos últimos anos, e mostra que acima dos lucros recordes, dezenas de trabalhadores perdem a vida anualmente.
10. A tragédia da P-36, segue um rastro de grandes tragédias, sendo Enchova o maior dos acidentes na área de exploração de petróleo no mar. Enchova com 37 trabalhadores mortos continua sendo um acidente sem a punição aos verdadeiros responsáveis, as gerências e diretores que implementam e continuam a implementar práticas administrativas lesivas à saúde e a vida dos trabalhadores.
11. Que seja feita análise do relatório e as recomendações sejam incluídas na pauta de reivindicações. Recomendações que responsabilizam exclusivamente a Petrobrás, Ministério Minas e Energia ANP.
12. 7º CONFUP entende que o acidente da P-36, não pode ser avaliado como um fato isolado ou como uma casualidade, mas sim como uma das conseqüências do projeto de desmonte da Petrobrás que continua em curso.
13. Devemos buscar de todas as formas, a participação dos Sindicatos nas Comissões de Investigação de possíveis acidentes e cobrarmos todas as recomendações indicadas no relatório da P-36, com os Sindicatos acompanhando a implantação das referidas recomendações.
14. Que toda emergência e ocorrência anormal possível de registro policial, seja o mais rápido possível comunicado ao Sindicato para que seu Jurídico tome providências, para gerar fato registrado. Recorrer ao judiciário, se for o caso, para que todo evento seja investigado e responsabilizado.
15. Embora seja necessário continuar as investigações do acidente da P-36 que resultou na morte de 11 petroleiros, algumas conclusões o Congresso-7º - CONFUP aponta para o acidente: falhas no projeto da Plataforma P-36 e no gerenciamento de risco na Empresa que sub-avaliou as ocorrências anormais anteriores ao acidente, inclusive durante a fase da escolha da empresa Marítima como construtora da P-36 no exterior dificultando a fiscalização do empreendimento.
16. Exigir do Ministério de Minas e Energia e da Petrobrás reabertura do inquérito sobre os acidentes de Enchova de 1984 e 1988, conforme aprovado pela CPI da Alerj em Abril de 1998. Exigir também dos demais órgãos, Ministério Público, Presidente da Câmara e Senado providências no mesmo sentido.
17. Apoio a CPI proposta pelo Dep. Luis Eduardo Greenhalgh do PT/SP para apurar o acidente da P-36 e as responsabilidades entre Petrobrás e Marítima.
18. Apoio a Comissão do CREA-RJ
19. Apoio ao Senador Geraldo Candido do PT/RJ para o trabalho de Presidente da Comissão do acidente da P-36 na Comissão de Infra-estrutura do Senado.
20. Responsabilidades da direção da Petrobrás – Henri Philippe Reichstul, Joel Rennó e demais diretores, principalmente os da área de exploração e produção e engenharia anterior a atual.
21. *Responsabilidades da direção da ANP, pela ausência de fiscalização e pelas irregularidades existentes desde a construção da P-36 no exterior até o acidente que provocou prejuízos no país.*
22. Co-responsabilidade da Empresa Marítima pelo projeto construção e todo o empreendimento de engenharia da P-36.
23. Em junho de 1984 morreram 18 jornalistas, a queda de um avião Bandeirantes, durante a cobertura jornalística da meta dos 500mil barris de petróleo por dia. As metas de busca de auto-suficiência em petróleo a qualquer custo, para o equacionamento dos déficits públicos produzidos pelas elites governantes, além de petróleo, têm produzido centenas de mortos e milhares de feridos nos últimos anos.

7º CONFUP

24. Em terra, também não têm sido diferente, os acidentes graves nas unidades de refino e terminais vêm acontecendo sucessivamente, e já deixaram seus rastros na história. Vila Socó é a mais trágica dessas páginas, envolvendo a população civil. Centenas de pessoas, moradores de Vila Socó, morreram em fevereiro de 1984, os números reais nunca saberemos. Em 27 de dezembro de 1998 foram cinco petroleiros que perderam a vida em um acidente da REGAP, durante uma parada de manutenção.
 25. Nos últimos três anos 94 trabalhadores morreram nas áreas da empresa Petrobrás, no Brasil, a maioria deles, 68 eram de empresas terceirizadas. Tornou-se normal à Petrobrás a morte de praticamente 3 trabalhadores por mês. O mais infeliz nessa história é a visão de gerentes e executivos, de que essa é uma característica da indústria do petróleo, por ser uma atividade de risco!
 26. No caso da Baía de Guanabara a Petrobrás tentou jogar toda a responsabilidade nas costas dos trabalhadores – que na realidade são vítimas deste processo –, quando a direção da Petrobrás puniu, como bode expiatório o operador envolvido no acidente. Mais deprimente foram as punições no caso do vazamento de 4 milhões de litros de petróleo do Rio Iguaçú. Dois Trabalhadores da REPAR foram demitidos, outros 2 do Terminal de São Francisco (DTSUL/TRANSPETRO) e outros 5 de cada unidades tiveram punições de suspensões de até 29 dias. De forma mais velada, esta postura aparece quando a empresa adota um discurso de que é necessário “uma mudança cultural do trabalhador para o alcance da excelência em preservação ambiental e segurança operacional”.
- 18/01/2000: REDUC/DTSE - Vazamento de 1,3 milhão de litros de óleo combustível do que linha REDUC ao TERMINAL da ILHA D’AGUA, na Baía da Guanabara;
 - 28/01/2000: DUTO CUBATÃO – SÃO BERNARDO Vazamento de 200 litros de óleo diluente (LCO) na Serra do Mar, contido pelos trabalhadores antes de atingir um dos pontos de captação de água potável no Rio Cubatão;
 - 09/02/2000: REPAR Vazamento de 400mil litros de nafta/gasolina, em tubovia, no Setrae da REPAR. O produto correu via canaletas para o SÃO. Sem danos ambientais aparentes;
 - 17/02/2000: REVAP Vazamento (transbordamento) na ETDI da REVAP de 500 litros de óleo para o canal que separa a Refinaria do Rio Paraíba;
 - 11/03/2000: TERMINAL TEDUT - RS Vazamento de 18 mil litros de petróleo cru, devido ao rompimento de uma junta na monobóia do Terminal TEDUT, em Tramandaí – RS, durante transbordo de navio, poluição de 3 km de praias;
 - 16/03/2000: TERMINAL TEBAR - SP Vazamento de 7 mil litros de petróleo em operação de descarga do navio Mafra, contratado pela Petrobrás, no TEBAR – São Sebastião – SP . Quinze praias de Ilha Bela ficaram poluídas;
 - 25/06/2000: RECAP Vazamento de 38 toneladas de pó catalisador para a atmosfera. Ocorreu durante operação de partida da unidade de craqueamento da RCAP. Causou transtornos à população de seis bairros de Santo André – SP, com problemas respiratórios, e cobertura de camada de poeira em carros, casas e móveis;
 - 26/06/2000: TERMINAL ILHA D’ ÁGUA Vazamento de resíduos de óleo(380 litros) do navio Cantagalo, contratado pela Petrobrás no terminal de Ilha D’Água(RJ). A empresa recebeu nova multa das Secretarias Municipais e Estaduais de Meio Ambiente. No total : R\$ 50,5 milhões;
 - 16/07/2000: REPAR Vazamento de 4 milhões de litros de petróleo na Estação Scraper, na REPAR, na entrada da Refinaria, do Duto OPASC, que recebe o Petróleo do Terminal de São Francisco – DTSUL-TRANSPETRO, devido ao rompimento de uma junta de expansão. Multa paga ao IAP – PR de 40 milhões (a multa foi de 50 milhões, devido ao pagamento à vista houve o desconto de R\$ 10 milhões, o IBAMA também aplicou uma multa de R\$168 milhões, que a Petrobrás está recorrendo na justiça, alegando já Ter pago multa ao IAP _ PR;
 - Outubro/2000: 09 trabalhadores que haviam sido contratados por empreiteiras para o serviço de retirada de óleo das áreas afetadas, procuraram o Sindipetro PR/SC com problemas de saúde,

7º CONFUP

que poderiam Ter sido gerados devido a possível contaminação por benzeno. O caso foi encaminhado ao ministério público;

- Jul/2000: TERMINAL MADRE DE DEUS Vazamento de 430 litros de óleo vazaram de um tanque, devido a uma falha no sistema de segurança, e foram para o mar;
- 29/07/2000: OLEODUTO REDUC-GUARAREMA Vazamento de 1000 litros de MTBE (metil terci-butil éter), devido a um furo no oleoduto entre a REDUC e o Terminal de GUARAREMA. O vazamento foi percebido pela população de Paracambi, que ficou assustado com o forte cheiro derivado do vazamento, que somente foi localizado no dia 29, dois dias após a denúncia da população;
- 03/08/2000: PLATAFORMA DE PARCURU – NUPROCE Vazamento de 1000 litros de óleo cru da Plataforma de Paracuru, Núcleo de Produção do Ceará, devido à falha no sistema de bombeamento da plataforma para navio.
- 03/08/2000 REPLAN - Vazamento (transbordamento) de 50 mil litros de resíduo atmosférico do tanque. O produto ficou retido no dique;
- 06/09/2000: TERMINAL DE GUARAREMA - Vazamento de 20 mil litros de álcool hidratado do oleoduto que liga a REPLAN ao Terminal de Guararema.
- 13/09/2000: REVAP - Vazamento de óleo para o córrego Alambari.
- 25/10/2000: REPAR - Vazamento de 3.000 litros de nafta no SETRAE,
- 27/10/2000: REPAR - Vazamento de 450 litros de óleo diesel, dos quais 50 foram ao mar, segundo comunicado oficial da Petrobrás;
- 04/11/2000: TEBAR - Vazamento de 86 mil litros de óleo no Terminal Almirante Barroso em São Sebastião. O vazamento ocorreu durante manobra de atracação, quando o navio chocou-se com o Pier do Terminal ocasionando uma rachadura no casco do navio Verginia II, de bandeira cipriota. O navio havia sido fretado pela Petrobrás, possuía casco simples. As regras para navegação internacional para Petróleo e derivado estabelecem navio de casco duplo, mas a legislação brasileira permite navios de casco simples na navegação de cabotagem;
- 16/02/2001: TERMINAL PARANAGUÁ - Vazamento de mais de 60mil litros de óleo (LCO), na Serra do Mar, chegando à Baía de Paranaguá. O vazamento ocorreu devido ao rompimento do oleoduto devido a um deslizamento/acomodação de encosta, em uma área que já era tida como crítica;
- 03/03/2001: TERMINAL DE ALEMOA - Vazamento de 80 mil litros de óleo da barcaça NSM Ipanema, contratada da Petrobrás, no Terminal de Alemoa, atingindo os manguezais da região;
- 21/03/2001: Retroescavadeira da Via Oeste perfura oleoduto de claros de Osasco, Grande São Paulo, vazando aproximadamente 200 mil litros de óleo diesel;
- 24/04/2001 : Vazamento de óleo, em torno de 450 litros, de gás, pela conexão do flange adaptador /cabeça de teste devido a cizalhamento de um parafuso e escoamento das roscas dos demais durante operação com flaxitubo, executado pela empresa SOTEP, na P-XIV
- 31/05/2001: Rompimento do oleoduto, devido à corrosão, num condomínio de luxo no bairro de Tamboré no município de Baruerí, grande São Paulo, vazando 200 mil litros de RAC (Resíduo atmosférico de craqueamento), atingindo casas, piscinas, ruas, córregos e o rio Tietê;
- 16/06/2001: Bate-estaca da Queiroz Galvão, trabalhando para a Via oeste, perfura oleoduto operando com gás (GLP) e gasolina em Barueri, intoxicando moradores e atingindo ruas, córregos e o Rio Tietê. O vazamento foi grande, com risco de explosão provocando a retirada dos moradores de suas residências e a interdição da Rodovia Castelo Branco por aproximadamente 24:00 horas. Esse oleoduto é o mesmo da ocorrência de 21/03/2001 (OBCL) ;
- Acidente no terminal de Carmópolis (Tecarmo) com vazamento em torno de 30 mil litros de petróleo cru, devido o problema no flange do quadro de bóias do terminal em Aracajú/Se, antes do abastecimento de navio e poluindo 8 km de praias;

7º CONFUP

- Vazamentos constantes no campo de Carmópolis/Se, que somando-se a um grande volume de petróleo. Isto é devido ao tempo de vida útil estapulado das tubulações em virtude do processo de desmonte executado pelas gerências da Petrobrás. Empresa terceirizada de despoluição tem contrato permanente.
 - A FUP e Sindicato devem procurar Legislativo para mudança de Lei Municipal quanto dos danos ao meio ambiente praticado pela Petrobrás e outras empresas. O pagamento destes danos será em recuperação ao meio ambiente daquilo que foi danificado em percentual superior ao atingido.
27. No caso da Baía de Guanabara a Petrobrás tentou jogar toda a responsabilidade nas costas dos trabalhadores – que na realidade são vítimas deste processo –, quando a direção da Petrobrás puniu, como bode expiatório o operador envolvido no acidente. Mais deprimente foram as punições no caso do vazamento de 4 milhões de litros de petróleo do Rio Iguaçu. Dois Trabalhadores da REPAR foram demitidos, outros 2 do Terminal de São Francisco (DTSUL/TRANSPETRO) e outros 5 de cada unidades tiveram punições de suspensões de até 29 dias. De forma mais velada, esta postura aparece quando a empresa adota um discurso de que é necessário “uma mudança cultural do trabalhador para o alcance da excelência em preservação ambiental e segurança operacional”.
 28. Dos trabalhadores demitidos no Paraná, o Sindipetro PR/SC, consegui a reintegração dos quatro trabalhadores por liminar, no entanto o TRT de Santa Catarina cassou a liminar para os dois do Terminal de São Francisco. Também esses trabalhadores estão indiciados em processo civil público que investiga os responsáveis pelo acidente.
 28. Com sua política de redução de efetivos, terceirização, manutenção por vezes inadequada e automação ineficiente, a direção e as gerências da Petrobrás são as principais responsáveis pelos danos ambientais que a empresa tem provocado. Apesar de todo o discurso de transparência, o movimento sindical continua sendo alijado pela empresa da discussão destas questões.
 29. Quem precisa de uma “mudança cultural” é a cúpula da Petrobrás, que tem que investir em manutenção preventiva, recompor o efetivo de trabalhadores e deixar de ver o processo de automação apenas como uma forma de reduzir custos com a mão de obra, além, é claro, de reconhecer que são os trabalhadores e suas organizações que poderão contribuir decisivamente para que o meio ambiente e a segurança deixem de ser mais do que boas intenções.
 30. Os programas de gestão ambientais de saúde e segurança da empresa não tem atendido os principais problemas por nós trabalhadores apontados como responsáveis pelas constantes tragédias nas áreas da Petrobrás, que são: efetivo de trabalhadores nas unidades, recompondo o número mínimo de segurança ; terceirização e precarização da manutenção.

Defender o Meio Ambiente é defender a Petrobrás

31. ***“ALGUNS TÉCNICOS DA PETROBRÁS JÁ VINHAM ALERTANDO PARA OS PERIGOS DE SE ANTECIPAR A PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, NA BUSCA DE METAS ASTRONÔMICAS QUE COLOCAM EM RISCO VIDAS HUMANAS, INSTALAÇÕES DE PLATAFORMAS E O PRÓPRIO PERÍODO DE VIDA DOS RESERVATÓRIOS QUE PRODUZEM PARA UM DETERMINADO CAMPO” - Folha de São Paulo, 17 de Agosto de 1984***
32. Precisamos discutir amplamente o direito de recusa , precisamos organizar nossos sindicatos uma estrutura de análise das denúncias e formas de darmos um encaminhamento às mesmas.
33. Podemos estabelecer alianças com movimentos de moradores e ambientalistas em busca de soluções. E ai precisamos estar atentos para fazermos alianças com movimentos efetivamente comprometidos com a preservação ambiental.
33. Não é por acaso que os trabalhadores da Petrobrás defendem em primeiro lugar uma empresa Pública como Patrimônio dos Brasileiros e que por isto não pode se calar perante a opinião

7º CONFUP

pública diante de direções de empresa nomeadas por governos que não se comprometem com o Patrimônio Público nem com as vidas das pessoas e nem com meio ambiente, que vem desde a ditadura militar até o governo Fernando Henrique Cardoso.

34. Por isto que algumas perguntas não foram respondidas até o momento nem pela Petrobrás nem pelo governo federal e nem também pela imprensa.
35. Porque a direção da Petrobrás nega a participação dos sindicatos na comissão de sindicância?
36. Porque a empresa persegue aqueles que contribuem com sugestões para evitar acidentes, como por exemplo: Cipeiros, técnicos, sindicalistas e trabalhadores de forma geral?
37. É preciso fazermos a categoria, em todos seus níveis, entender que as questões de segurança são efetivamente vitais. E, no processo de discussão, encorajá-la a encaminhar às Cipas e aos sindicatos denúncias de todo tipo de irregularidades que gerem situações inseguras.
38. Porque chamar técnicos(as) estrangeiros(as), se nós temos capacidade para combater o desastre ecológico? É bom lembrar que durante o incêndio de Enchova em 1984 e 1988, chamaram “especialistas” pagos em dólar diário, mas quem apagou o incêndio foi a tecnologia brasileira usada no combate do acidente.
39. Porque a Agência Nacional de Petróleo-ANP, tendo como uma de suas atribuições a preservação do meio ambiente não toma as devidas providências para evitar a tragédias? E os demais órgãos ligados ao Meio Ambiente?
40. Serão necessárias tragédias maiores que a da Baía da Guanabara, Rio Iguaçu, vazamento decorrente do acidente da P-36, e vazamento sem identificação ocorrido em maio/2001 na Bacia de Campos para que a sociedade se manifeste sobre o assunto?
41. *"Mania de segredo não é compatível com o manuseio seguro de tecnologias complexas e perigosas, pois engenheiros necessitam de informações se quiserem aprender com os próprios erros"* - Semanário "Economist" sobre o acidente de CHERNOBYL.
42. Na maioria das unidades quando ocorrem as emergências o risco de tragédias é constante, com o número reduzido de trabalhadores, a possibilidade de acidentes é grande, uma vez que na maioria das vezes o tempo para reflexão melhor sobre a extensão ou implicações das emergências é praticamente inexistente. A possibilidade de alguma coisa de errada acaba sendo grande pela correria imposta, bem como a pressão e estresse a que cada acaba sendo submetido.
43. As brigadas de emergência, OCEs, também foram modificadas, sendo que hoje nenhuma unidade da Petrobrás possui a primeira brigada composta por trabalhadores exclusivos da área de segurança industrial. São os próprios operadores, laboratoristas, e de outras funções e até terceirizados que devem abandonar seus postos de trabalho para compor a brigada e atender a emergência. A ocorrência de emergências simultâneas, o que não é raro, torna o risco de um tragédia ainda maior.

Assédio Moral

47. Assédio Moral - O dicionário das relações de trabalho ganhou recentemente um novo verbete: assédio moral. É aquela sensação de medo, isolamento, humilhação e insegurança que, em maior ou menor grau, todos já sentiram diante de um chefe ou uma equipe cruéis. Casos em que chefes ou colegas desmoralizam e isolam seus pares, abalando a auto-estima profissional da vítima, são cada vez mais frequentes no exterior e no Brasil. Outra forma de assédio moral são práticas de bônus da Petrobrás e as promoções, segundo conveniências de concordância com as políticas e práticas administrativas da empresa.
48. No começo, a vítima tende a se julgar culpada. Depois, mesmo se sentindo injustiçado, o agredido se sente impotente e não sabe como se defender. Alguns entram em choque com o chefe e acabam ainda mais estressados. Depois, muitas vítimas caem em depressão e perdem a vontade de trabalhar.

7º CONFUP

49. *A constituição federal e o próprio direito infra constitucional (relativo a danos morais) protege, todo e qualquer tipo de restrição a liberdade: liberdade de expressão de locomoção e também de pensamento sendo essa liberdade psíquica a qual se refere o assédio moral.*

Aposentadoria "nada" especial

50. Continua a ação do governo neoliberal em investir massivamente contra os direitos previdenciários dos trabalhadores. Dentre eles, destaca-se o direito à aposentadoria especial aos trabalhadores que durante anos exerceram suas atividades laborais em condições insalubres. Inicialmente garantida a diversas categorias e a trabalhadores expostos a diversos riscos, paulatinamente, o direito foi sendo retirado.
51. A legislação confere o direito à aposentadoria especial apenas ao trabalhador que esteve ou está exposto de maneira “habitual e permanente” a determinados agentes. Esta exposição deve ser comprovada através de laudo técnico e, mesmo quando é comprovada, os órgãos governamentais procuram estabelecer os “fatores atenuantes” exercidos pelos EPIS. Automaticamente estão excluídos do benefício, trabalhadores que, segundo as empresas e o governo, cujo exposição não seja “habitual e permanente” e todos aqueles que se submetem a condições penosas e extenuantes de trabalho, que deveriam ser merecedores do benefício, como os trabalhadores em turno ininterrupto de revezamento em qualquer regime. É bom lembrar que na Volkswagen do Brasil os trabalhadores foram beneficiados quando o INSS desconsiderou o EPI como atenuante aos agentes agressivos à saúde sendo após obrigado o INSS à estender este benefício para todos os trabalhadores do Brasil.
52. Outra diz respeito ao fato do INSS retroagir o laudo expedido em situações atuais para situações anteriores, quanto não existiam ainda fatores que hoje atingem a exposição dos trabalhadores aos ambientes nocivos a saúde.
53. Essa legislação possibilita que as empresas do setor petróleo, e com bastante ênfase a Petrobrás, elaborem documentos para fim de aposentadoria especial (DSS-8030, antigo SB-40), baseados em laudos técnicos que não levam em conta a história real da exposição do trabalhador aos riscos dentro das empresas e além disso superestimam a proteção decorrente do uso dos EPIS e dos EPCs. Com esses documentos, juntamente com a postura da previdência de dificultar o acesso ao benefício, o trabalhador vê postergado o seu direito à aposentadoria e a não complementação financeira relativa a este direito.
54. No início deste ano, por força de determinação judicial a diretoria de Benefícios do INSS publicou no Diário Oficial do dia 24 de janeiro a Instrução Normativa nº 042, para dar cumprimento à liminar da 4ª Vara Previdenciária de Porto Alegre, proferida em Ação Civil Pública ingressada pelo Ministério Público Federal, a qual determinou ao INSS a revisão nos procedimentos e requisitos para o enquadramento na aposentadoria especial. Essa uma das janelas que se abriu, mas que depende acima de tudo de fazer valer a Instrução Normativa, não devemos nos esquecer que o INSS foi obrigado a fazê-la e não tem nenhuma intenção de cumpri-la, as principais determinações da IN 42 são:
55. “Laudo técnico: O entendimento da Justiça Federal é de que não havia possibilidade de aplicação retroativa da lei em vigor a partir de 28.04.95. Permanece obrigatória a apresentação de laudo para todo o período para a prova de exposição ao agente nocivo ruído. Os decibéis mínimos exigidos são de 80 db até 13.10.96 e, a partir de então 90 db.
56. Rol de atividades nocivas: Agora todos os trabalhadores têm assegurado a contagem do tempo como especial, para todas as atividades reconhecidas como “nocivas à saúde ou à integridade física”, definidos pela natureza do agente, o grau de concentração, intensidade e exposição.
57. EPI: O simples fato da empresa informar que o trabalhador usava EPI com medida de segurança para redução do ruído não é mais motivo para afastar o direito à contagem do tempo especial. Deixa de ser computado o tempo apenas quando ficar demonstrado no laudo técnico que uso do EPI proporcionou uma redução ou atenuação do ruído abaixo dos limites fixados no anexo do

7º CONFUP

decreto. Para tanto o laudo deverá indicar a média de decibéis, sendo vedado ao servidor proceder ao cálculo.

58. Conversão do tempo especial: Uma vez provado trabalho em tempo especial e comum, para cálculo de tempo de contribuição, é permitido converter o tempo especial (pelo respectivo fator indicado para cada agente) e soma-se ao tempo comum. Igualmente não se aplica o requisito de prova de trabalho de no mínimo 20% do tempo da atividade especial, como previsto no Decreto.
59. Habitual e Permanente: A nova instrução passou a entender como permanente o trabalho “no exercício de todas as suas funções” e, como não ocasional nem intermitente aquelas atividades em que não haja “suspensão do exercício da atividade”. Tudo leva a crer que o fator jornada não mais será exigido para enquadramento. Assim, não será computado o tempo especial quando houver mudança de função ou alternância de posto de trabalho especial para comum. Contudo, o entendimento que tem prevalecido na Justiça é de que o tempo em local nocivo deve corresponder a maior parte da jornada, ou seja, mais de 50% do tempo trabalhado diariamente.”
60. Frente a isso, as ações sindicais devem ser dirigidas para uma discussão nacional sobre o assunto com vistas a pressionar o Legislativo, a Previdência e as empresas, para uma mudança de legislação, das normas previdenciárias, e da postura das empresas frente ao assunto. Como hoje é delegado pela legislação as empresas fazerem os laudos, é de suma importância que os sindicatos cobrem os certificados de aferições dos equipamentos de medições dois ambientes, utilizados pelas empresas na elaboração dos laudos dos locais insalubres e se necessário contratar empresas para fazer essas avaliações e questionamentos quanto a metodologia utilizada. Para confrontarmos os laudos apresentados pela empresa.
61. Paralelamente, ações junto à Justiça (civil e trabalhista) devem ser impetradas tanto para garantir documentos das empresas que expressem as reais condições a que os trabalhadores estão expostos, quanto para garantir o seu direito junto à Previdência que tenta legislar através das Ordens de Serviços, muitas vezes contrariando às próprias leis específicas.

Afastamento do trabalho é direito

62. Nos últimos anos, temos verificado que especialmente a Petrobrás tem adotado uma política deliberada de não afastar o trabalhador adoecido *e acidentado a procura de meta “zero” para acidentes com afastamento*, mantendo-o dentro da empresa a qualquer custo, penalizando os trabalhadores lotados em gerências onde ocorram acidentes com afastamento. Essa política, além de visar diminuir o índice de absenteísmo, acima de tudo, visa um maior controle da empresa sobre o trabalhador *importando modelos estrangeiros, discriminando, e destrutando o trabalhador perante aos seus colegas, manipulando*, sob a denominação de “apto, com restrições”, o trabalhador é constrangido a ficar dentro das empresas, mesmo que suas condições de saúde não estejam adequadas. Atende-se assim, a política gerencial de “metas”, tais como o “zero acidente”.
63. Soma-se a isso o fato de que licença médicas de até dois dias são autorizadas pelo chefe imediato como folga gerencial a despeito do trabalhador apresentar atestado médico e não pelo setor médico, como o era anteriormente. Fato que além de reduzir as estatísticas de afastamento por problemas de saúde, encobre a recorrência de pequenas enfermidades ou sintomas de curta duração de enfermidades crônicas.
64. As repercussões desta política são danosas ao trabalhador, que pode ter seu período de recuperação prolongado, ficando exposto a fatores de agravamento de suas doenças, ficar exposto a maiores riscos de acidentes, ou ainda, em caso de emergências, prejudicar a atuação coletiva e ficar impossibilitado de buscar segurança. *Vale ressaltar que esta exposição e o agravamento de doenças pondo em risco a integridade física e a própria vida do trabalhador constitui-se em crime. Regulado por convenção da OIT, fruto do tratado internacional e pelo próprio Código Penal Brasileiro.*

7º CONFUP

65. Assim, as ações sindicais quanto ao tema devem ser no sentido de informar o trabalhador quanto aos seus direitos, incentivá-lo para que procure e denuncie aos sindicatos quando se sentir pressionado pelas gerências.

Comunicar os acidentes de trabalho é lei

66. Em geral, a emissão de CATs (*comunicação de acidentes de trabalho*) é dificultada pelas empresas e, às vezes, não emitidas. Isso se dá, principalmente, nos casos “suspeitos”, naqueles onde o afastamento ocorre após adoecimento, ou quando o acidente de trabalho é sem afastamento inclusive os adoecimentos de ordem psíquica. A CAT, além de ser um documento importante para a preservação de direitos previdenciários e trabalhistas dos que são acometidos de doenças relacionadas ao trabalho ou vítimas de acidentes de trabalho, é também um valioso instrumento de vigilância epidemiológica por parte das instituições públicas de saúde e da Previdência Social. Assim como, um instrumento para fundamentação de ações judiciais.

67. A não emissão da CAT é crime, que atenta contra os direitos individuais e coletivos do trabalhador. Além de dificultar a ação dos órgão de saúde pública.

68. As ações sindicais nessa área devem ser no sentido de conscientizar e estimular o trabalhador sobre seus direitos e fiscalizar as empresas quanto a emissão, cobrando a via destinada às entidades sindicais e montando um banco de dados.

Prontuários médicos

69. As informações médicas (periódicos e outros), inclusive o resultado dos exames que constam do prontuário médico do trabalhador junto às empresas e que estão sob a responsabilidade e guarda do médico responsável pelo PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), não podem ser negadas ao trabalhador sob nenhum pretexto. *Portanto, logo após a conclusão desses exames a cópia dos mesmo devem ser entregue imediatamente ao trabalhador.*

70. Uma campanha sobre o tema deve ser desencadeada, visando esclarecer o trabalhador sobre seus direitos e exigir das empresas uma postura de transparência sobre o tema.

Garantias ao acidentado

71. Atualmente o trabalhador do setor petróleo que tem seqüelas de acidente de trabalho ou é portador de doença ocupacional conta apenas com a estabilidade previdenciária de um ano após a alta previdenciária. Considerando-se que este trabalhador passa a ter limites laborais e funcionais, pode diminuir sua produtividade e não mais satisfazer os objetivos de produção na empresa, o que o coloca em uma situação delicada, tanto do ponto de vista de ascensão profissional, quanto de manutenção de seu emprego e, caso seja demitido, estará em desvantagem em um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e, na maioria das vezes é preterido em exames admissionais.

72. O movimento sindical deve buscar formas de ampliar a sua estabilidade, ampliando a proteção de trabalhadores que se enquadrem nesses casos, garantindo o vínculo com a empresa até a sua aposentadoria.

73. *Devem recorrer das sentenças de alguns juízes que, ao invés de mandar reintegrar o trabalhador demitido em benefício da estabilidade por afastamento de doença ocupacional, determina a indenização do período relativo à estabilidade.*

Reabilitação Profissional

74. Cada vez mais ocorre o desmanche da Previdência e, com ela, dos C.R.Ps (Centros de Reabilitação Profissional). Com isso, cada vez mais as empresas têm ficado com a incumbência de indicar os locais de trabalho e funções a serem desenvolvidas pelo trabalhador “reabilitado” e

7º CONFUP

em alguns casos com prejuízo a sua remuneração. Além de cobrar uma maior responsabilidade da Previdência sobre a reabilitação, os sindicatos devem se tornar elementos ativos no processo de retorno ao trabalho, buscando garantir condições de trabalho e saúde adequadas.

Meio Ambiente “por inteiro” e com envolvimento dos trabalhadores e da sociedade

75. As crescentes dificuldades com água em regiões populosas e tão distantes como China e São Paulo; as crescentes manifestações de mudanças climáticas, as possibilidades de transmissões de doenças contagiosas consideradas controladas, são fatores que estão levando a humanidade a acordar para a necessidade de preservar o Planeta.
76. No Brasil todo um arsenal legal já existe para apoiar a defesa do meio ambiente. No Brasil, além de instrumentos como a Lei das Águas, a Lei dos Crimes Ambientais e inúmeras resoluções do Conama, após o acidente da Baía da Guanabara, foi acelerada a votação de uma Lei específica sobre descarte de efluentes da indústria do petróleo e química em águas do mar.. Na contra mão deste movimento está a iniciativa de latifundiários/madeireiros, em tramitação do Congresso Nacional, que reduz as reservas de matas em propriedades rurais. Tal iniciativa é tão escandalosa que é possível derrotá-la. Aparentemente, pelo menos, a mobilização já conseguiu ganhar até o Ministro do Meio Ambiente para combatê-la.
77. A indústria do petróleo sem dúvidas é uma das que mais polui. Polui na perfuração dos poços de prospecção, polui da produção, gera riscos de derramamento no transporte e polui com efluentes sólidos, líquidos e gasosos no refino. Por fim, o uso dos derivados de petróleo resulta em poluição seja na queima dos combustíveis gerando CO2 e outros gases, seja na petroquímica produzindo plásticos.
78. Por isso, os petroleiros tem a obrigação de se debruçar sobre as questões ambientais contribuindo para a sociedade ajudar na preservar e ou conservação do planeta. Em nossos sindicatos e nas CIPAs e programas afins, devemos lutar para garantir espaço para discussão destes temas e organizar ações em defesa do meio ambiente. Inclusive realizando campanhas de esclarecimentos (planfetagens, etc...), junto às comunidades vizinhas, as unidades da Petrobrás alertando-as quanto ao aumento da potencialidade dos riscos operacionais desta unidade, devido à ações gerenciais tais como : redução de efetivo e terceirização.

Projeto das Termelétricas

79. Com relação à instalação de usinas termelétricas, os sindicatos devem ter uma participação ativa junto a entidades ambientais, associações de moradores e entidades civis e sindicais das diversas regiões onde estão previstos os projetos de construção já estão andamento. É preciso avaliar as reais necessidades do empreendimento, seus impactos sócio-ambientais, à luz de uma discussão sobre política energética para o País, avaliando se existe necessidade de buscarmos outras formas de geração de energia e quais se adaptam mais às regiões em questão. Esta discussão deve também inserida no movimento contra a privatização da Petrobrás.

Ampliar nossa agenda de trabalho em direção às mudanças

80. Considerando que o processo de inserção dependente no mercado globalizado tem trazido mudanças radicais em todas as esferas da vida social, particularmente sobre a saúde e a segurança dos trabalhadores, é importante o engajamento de toda a sociedade, e dos trabalhadores em particular, no processo de definição de estratégias de enfrentamento de suas conseqüências adversas.
81. Entre as ações que já vêm sendo adotadas aprovamos o relatório do encontro do Coletivo de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente da FUP.

7º CONFUP

Campanhas Reivindicatórias, Estratégias, Pautas de Reivindicações e Calendário de Mobilizações

1. CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÕES

15 de março	:	Dia Nacional de Luta (1 ano do acidente da P-36)
02 de julho	:	Ato da REFAP
12 de julho	:	Ato viúvas P-36
Até 21 de julho	:	Assembléias para referendar a pauta de reivindicações e autorização à Federação Única dos Petroleiros para que estabeleça processo de negociação coletiva com a Petrobrás
22 de julho	:	Entrega das resoluções – CONFUP aos Sindicatos
20 de julho	:	Ato conta a ALCA (Fórum Nacional de Luta)
24 de julho	:	Ato na FAFEN SE (com participação de Sindicatos,CNRQ, FNU)
25 de julho	:	Ato na FAFEN-BA (com participação de Sindicatos,CNRQ, FNU)
Até 31 de julho	:	Entrega da pauta as empresas (Petrobrás/setor privado)
Agosto	:	Setorias, Seminários Regionais e Nacional de Qualificação de Greve
16 de agosto	:	Ato Dia Nacional de Luta em defesa dos Trabalhadores (Segurança, Saúde, Meio-ambiente)
06 setembro	:	Prazo de entrega da contra proposta
07 de setembro	:	Dia dos excluídos
10 a 14 de setembro	:	Mobilização Nacional da Campanha Reivindicatória

Campanha para Reintegração dos Demitidos

2. Foi aprovado no 7º CONFUP:

a) Uma campanha nacional pela anistia e reintegração dos demitidos da greve de 1994 e 1995, com a produção de cartazes, adesivos e botton com o seguinte título:

**“ANISTIA TEM NOME
ANISTIA TEM ROSTO
ANISTIA TEM HISTÓRIA
ANISTIA PARA AGORA”**

b) Elaboração de um manifesto para ser usado como elemento de propaganda junto às Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional;

c) Ação (FUP/Sindicatos) junto aos parlamentares para aprovação do projeto em tramitação sobre a anistia dos petroleiros;

d) Discutir a idéia da criação de um fundo nacional de solidariedade aos demitidos, com rateio proporcionai ao número de sindicalizados de cada base.

7º CONFUP

ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL FUP – 2001-2001

Aprovada a recondução dos atuais conselheiros Charles Nobre Peroba, Glória Teresa Ivo da Silva, João Carlos Nóbrega, como titulares e na suplência mantidos Fernando Dantas Cabral e José Alcivan de Azevedo e substituído Pedro Deóclito da Silva Patriarcha pelo João Oscar de Oliveira Filho, por consenso de todo o Plenário

Pauta de Reivindicações

PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO DE TRABALHO PARA 2001/2002

CAPÍTULO I - DOS SALÁRIOS

REAJUSTE SALARIAL

CLÁUSULA 1ª - Em 1º de setembro de 2001, a Companhia reajustará os salários de seus empregados, conforme vigentes em agosto de 2001, em .. (*)%, percentual este correspondente à 100% do ICV-DIEESE acumulado entre 1º de setembro de 2000 e 31 de agosto de 2001.

Parágrafo único – Os salários aqui pactuados serão automaticamente reajustados em 2% (dois por cento), na vigência do presente, sempre que a inflação mensal acumulada (ICV-DIEESE) atingir este percentual. O percentual inferior a dois por cento, excluído o referido reajuste, será acumulado com os índices mensais posteriores, para fim de cumprimento do aqui disposto.

*** o ICV acumulado entre setembro de 2000 e junho de 2001 é de 5,33%. Resta a soma geométrica dos índices de julho e agosto de 2001.**

REPOSIÇÃO DE PERDA INFLACIONÁRIA

CLÁUSULA 2ª - Sobre o reajuste referido incidirá percentual a título de compensação da perda salarial verificada quando dos reajustes decorrentes dos Acordos Coletivos de 1996, de 1997, e de 1998.

Parágrafo único – A Companhia promoverá a indenização das perdas salariais verificadas por seus empregados em decorrência dos planos econômicos “Bresser”, “Verão” e “Collor”.

PROPORCIONALIDADE - REAJUSTE INTEGRAL

CLÁUSULA 3ª - A Companhia garante correção integral de salário para os empregados admitidos após a data-base, desconsiderando, desse modo, a figura da proporcionalidade.

ANTECIPAÇÃO MENSAL DO SALÁRIO

7º CONFUP

CLÁUSULA 4ª - A Companhia efetuará o pagamento normal dos salários no dia 25 do respectivo mês. Eventuais acertos desse pagamento serão processados e pagos dentro do prazo legal.

Parágrafo único - A Companhia concederá o adiantamento de 40% do salário líquido estimado do mês, no dia 10 respectivo, para desconto integral no dia 25 subsequente.

PISO SALARIAL

CLÁUSULA 5ª - A Companhia se compromete a observar o valor mínimo de R\$ (*) para o menor salário-básico praticado.

(*)nível 220 a ser acrescido do percentual inflacionário a que se referirem as Cláusulas 1ª e 2ª)

PASSIVOS TRABALHISTAS

CLÁUSULA 6ª - A Companhia se compromete com o pagamento de diferenças de parcelas remuneratórias de seus empregados, verificadas nos últimos cinco anos, decorrentes da inobservância da devida integração dos valores de horas extras, adicional por tempo de serviço e auxílio-almoço

AUMENTO REAL POR PRODUTIVIDADE

CLÁUSULA 7ª - Sobre os salários corrigidos na fórmula da Cláusula 1ª incidirá o percentual de (*)%, a título de aumento real por produtividade.

Percentual a ser definido pela assessoria econômica

TRABALHADORES DAS SUBSIDIÁRIAS

CLÁUSULA 8ª - A Companhia e a FUP acordam que o conteúdo constante das cláusulas relativas a salários desse Acordo Coletivo será aplicado também aos trabalhadores da Petrofértil, Gaspetro, Braspetro, Transpetro, e REFAP S/A.

Parágrafo único - A Companhia e a FUP acordam o estabelecimento de processo negocial visando à pactuação de Acordo Coletivo válido para as relações individuais de trabalho dos empregados da Petrobrás, da Petrofértil, Gaspetro, Braspetro, Transpetro, e da REFAP S/A, a vigorar a partir de 1º de setembro de 2002.

CAPÍTULO II - MELHORES CONDIÇÕES

ATS

CLÁUSULA 9ª - A Companhia pagará o Adicional por Tempo de Serviço - ATS (Anuênio) para todos os empregados, de acordo com a tabela vigente em 1º de setembro de 1996.

Parágrafo único - O Adicional por Tempo de Serviço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário-básico.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS – VANTAGEM PESSOAL

CLÁUSULA 10 - A Companhia continuará a conceder a PL-DL-1971/82 aos seus empregados.

Parágrafo 1º - Essa concessão é feita de forma duodecimada, caracterizada como vantagem pessoal, nominalmente identificada.

7º CONFUP

Parágrafo 2º - O pagamento será feito sob o título de Vantagem Pessoal - DL-1971/82 (VP-DL 1971/82), sendo assegurados para os seus empregados, os percentuais até então percebidos, do salário básico em cada mês.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS – PL

CLÁUSULA 11 - A Companhia, e os representantes dos sindicatos e da FUP, instituirão conjuntamente uma comissão paritária para estabelecer percentual a título de participação nos lucros verificados na empresa.

Parágrafo 1º - Enquanto este percentual não for definido, a Companhia concederá, a título de participação nos lucros, indistinta e linearmente, a todos os empregados, o maior índice aplicado pela PETROBRÁS, cabendo à empresa informar aos sindicatos e à FUP, trimestralmente, o lucro obtido no período.

Parágrafo 2º - A FUP e os Sindicatos serão os interlocutores junto à Companhia na discussão do contido na Lei 1.0101/2000.

PERICULOSIDADE

CLÁUSULA 12 - A Companhia concederá o Adicional de Periculosidade, dentro de suas características básicas e da legislação, observado o conceito *intramuros*.

Parágrafo único – A Companhia pagará, cumulativamente com a periculosidade, quando presentes ambas as condições, o adicional de penosidade.

FÉRIAS E GRATIFICAÇÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA 13 - A Companhia manterá a concessão da Gratificação de Férias a todos os empregados do sistema PETROBRÁS, nos moldes praticados em 1º de agosto de 1996.

Parágrafo 1º - O pagamento será efetuado até 2 (dois) dias úteis antes do início do gozo de férias.

Parágrafo 2º - Objetivando a manutenção da integridade física e psicológica de seus empregados, e como instrumento da política de geração de empregos, a Companhia se compromete a não mais comprar, mediante abono de férias, 1/3 do mesmo período, pactuando-se então a inaplicabilidade do artigo 143 da CLT.

Parágrafo 3º – Os empregados com mais de 50 (cinquenta) anos de idade poderão parcelar o gozo de suas férias anuais em dois períodos.

INDENIZAÇÃO DA G.F

CLÁUSULA 14 - A Companhia garante aos empregados o pagamento da indenização da Gratificação de Férias, correspondente ao período aquisitivo proporcional ou vencido e não gozado, em todas as rescisões contratuais e nos casos de aposentadoria.

Parágrafo único - Não farão jus à indenização da Gratificação de Férias proporcional o empregado dispensado a pedido, e o que se demitir, com menos de 1 (um) ano de casa, e aquele dispensado por justa causa.

ADICIONAL DE SOBREA VISO (ASA)

CLÁUSULA 15 - A Companhia manterá em 40% (quarenta por cento) o valor do Adicional de Sobreaviso (ASA), incidente sobre o total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio Almoço e do ATS, efetivamente percebidos no mês, acrescido do Adicional de Periculosidade.

7º CONFUP

Parágrafo único - Sempre que o trabalho efetivo, em jornada de trabalho de regime em Sobreaviso, exceder as 12 horas legais, será devido o pagamento de horas extraordinárias.

ADICIONAL DE EQUIPE SÍSMICA

CLÁUSULA 16 - A Companhia concederá aos empregados, enquanto estiverem efetivamente engajados em trabalho de equipe sísmica terrestre, um adicional no valor equivalente a 20% (vinte por cento) do total resultante da soma do Salário Básico, do Auxílio-Almoço e do ATS.

ADICIONAL DE CONFINAMENTO

CLÁUSULA 17 - A Companhia manterá o percentual do Adicional Regional de Confinamento (ARC) em 5%, 10%, 15% e 30%, assegurados os critérios de concessão do referido adicional, constantes da Norma 30-03, de Administração de Cargos e Salários.

ADICIONAL DE HORA REPOUSO ALIMENTAÇÃO (AHRA)

CLÁUSULA 18 - A Companhia manterá o valor do Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (AHRA), em 30% (trinta por cento) do salário básico efetivamente percebido no mês, acrescido do adicional de periculosidade, onde couber, já consideradas as diversas jornadas trabalhadas, perfazendo assim 39% (trinta e nove por cento) do salário básico, conforme Norma 30-03 de Administração de Cargos e Salários, para aqueles empregados que trabalham em Turno Ininterrupto de Revezamento.

Parágrafo único - A Companhia se compromete a cumprir as decisões judiciais relativas aos processos instaurados na Justiça até 28.11.96, os quais digam respeito ao AHRA, resguardando o seu direito de recorrer judicialmente até decisão definitiva sobre o assunto.

TOTAIS DE HORAS MENSAIS (THM)

CLÁUSULA 19 - A Companhia manterá em 175, 168 e 144 o Total de Horas Mensais (THM) para pagamento e desconto de ocorrências de frequência, respectivamente, para as cargas semanais de 36 horas, 35 horas, 33 horas e 36 minutos.

Parágrafo único - A Companhia, manterá os critérios e procedimentos referentes a desconto de faltas sem motivo justificado e quanto ao número de horas descontadas em função de cada tipo de regime e jornada adotados, bem como os descontos concomitantes dos números proporcionais de horas referentes ao repouso semanal remunerado.

HORAS EXTRAS (HE) REMUNERADAS

CLÁUSULA 20 - A Companhia restringirá a realização de serviço extraordinário aos casos de comprovada necessidade. A Cia. garante que todas as horas suplementares trabalhadas serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

Parágrafo 1º - Quando o empregado optar pela compensação das horas extras realizadas terá direito a fazê-lo na proporção de uma hora extra para cada duas horas de repouso remunerado em compensação, independentemente do direito ao repouso remunerado gerado pela jornada normal.

Parágrafo 2º - A Companhia garante que, nos casos em que o empregado, encontrando-se nos períodos de descanso fora do local de trabalho, venha a ser convocado para a realização de serviço extraordinário para o qual não tenha sido previamente convocado, será observando um número mínimo de 04 (quatro) horas suplementares, independentemente do número de horas trabalhadas inferiores a 04 (quatro), como recompensa ao esforço despendido naquele dia.

Parágrafo 3º - São consideradas horas extras as horas trabalhadas a título de dobra, pelos empregados que trabalham em regime de turno ininterrupto de revezamento, qualquer que seja o

7º CONFUP

número de horas, seja por prorrogação, seja por antecipação da jornada normal prevista na escala de revezamento.

Parágrafo 4º - Quando o empregado dobrar sua jornada de trabalho, terá direito a folga na sua primeira jornada subsequente, sem prejuízo das horas extras oriundas das dobras e do salário do dia folgado. Quando a dobra ocorrer em instalações *offshore*, ou no campo, o direito a folga será garantido no início ou no final do período de férias.

HE/INTEGRAÇÃO DOS ADICIONAIS DE CÁLCULO

CLÁUSULA 21 - A Companhia incluirá no cálculo das horas extras os adicionais efetivamente percebidos pelo empregado, inclusive o Adicional de Hora Repouso e Alimentação (HRA), o Adicional de Periculosidade, o Adicional Regional, o Adicional por Tempo de Serviço e o Auxílio-Almoço.

HE/ VIAGEM A SERVIÇO

CLÁUSULA 22 - No caso de viagem a serviço da Companhia que coincida com o dia de folga ou de repouso remunerado, a Companhia garante a sua retribuição como se fora de trabalho extra, nos limites da jornada normal. Excetuam-se desse tratamento os empregados isentos de ponto, e aqueles que viajarem para o cumprimento de programa de treinamento.

Parágrafo único - Em qualquer hipótese será respeitada a opção e a forma referidas no parágrafo 1º da cláusula 20, para gozo de repouso remunerado ou pagamento das horas extraordinárias.

AUXÍLIO ALMOÇO

CLÁUSULA 23 – A Companhia concederá o Auxílio-Almoço, nas condições estabelecidas na Norma 30-05 de Administração de Cargos e Salários, no valor de R\$, a partir de 1.9.2001.

Parágrafo 1º - A Companhia compromete-se, na vigência do presente instrumento, a atualizar nas mesmas épocas de reajuste geral dos salários, os valores pagos a títulos de Auxílio Almoço, tendo como base a variação do índice do custo de alimentação.

Parágrafo 2º - O Auxílio-Almoço integrará o salário básico para cálculo de adicionais, gratificações e quaisquer outras parcelas remuneratórias referenciadas no salário básico.

ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 24 - No exercício de 2002, não havendo manifestação em contrário do empregado, expressa e por escrito, a Companhia pagará até o dia 15 de fevereiro, como adiantamento do 13º salário (Leis 4.090/62 e 4.749/65), metade da remuneração devida naquele mês. O empregado poderá optar, também, por receber esse adiantamento por ocasião do gozo de férias, se ocorrer em mês diferente de fevereiro. A Companhia pagará ainda, a esses empregados, a eventual diferença entre o adiantamento concedido e o valor da metade do 13º salário calculado com base na remuneração do mês de férias.

Parágrafo único – O pagamento da diferença do 13º salário (complementar ou integral), relativo a 2002, a título de antecipação, será efetuado até 20 de novembro de 2002. Até 18 de dezembro de 2002 a Companhia promoverá os ajustes deste pagamento.

AUXÍLIO DOENÇA - FÉRIAS E 13º SALÁRIO

CLÁUSULA 25 - A Companhia garante, nos casos de afastamento do empregado em decorrência de doença ou acidente, por até 180 (cento e oitenta) dias, devidamente caracterizados pelo órgão de saúde da Companhia ou da Previdência Social, que este receberá o 13º salário e as férias do período, além das vantagens que lhe são asseguradas.

7º CONFUP

AUXÍLIO DOENÇA – COMPLEMENTAÇÃO

CLÁUSULA 26 - A Companhia assegurará, a título de Complementação do Auxílio-Doença, a complementação da remuneração integral do empregado afastado, em decorrência de Acidente de Trabalho ou Doença Profissional: durante os 4 (quatro) primeiros anos de afastamento e durante os 3 (três) primeiros anos, para os demais casos de Auxílio-Doença.

Parágrafo único – Cessará o pagamento da vantagem, antes do citado prazo, quando:

a – Sem motivo justificado o empregado deixar de cumprir o tratamento previsto ou se recusar ao mesmo, garantido no entanto ao empregado seu direito de livre escolha médica, e à opção por terapias alternativas, desde que constantes do rol de serviços conveniados com a Assistência Multidisciplinar de Saúde;

b – Houver comprovada recusa do empregado a participar do programa de reabilitação e/ou readaptação profissional;

c – O empregado exercer, durante o afastamento, atividade remunerada incompatível com o motivo clínico do afastamento;

ADICIONAL DE INTERINIDADE

CLÁUSULA 27 - A Companhia garante o pagamento do Adicional de Interinidade a partir do primeiro dia de substituição interina, em qualquer situação, tendo como base o salário do substituído.

Parágrafo único - O acréscimo percebido em razão da substituição interina terá sua média duodecimal computada para cálculo da remuneração de férias, Gratificação de Férias, 13º salário e indenizações.

ADICIONAIS DE PERICULOSIDADE E REGIONAL – CABIMENTO

CLÁUSULA 28 - A Companhia efetuará, nos termos das Normas 30-02 e 30-03, respectivamente, o pagamento do Adicional de Periculosidade e do Adicional Regional de Confinamento ao pessoal designado para executar trabalhos em instalações *offshore* (embarcado) ou no campo (confinado), desde o primeiro dia de trabalho nessas condições, independente do número de dias embarcados ou confinados.

Parágrafo único - O referido pagamento não será devido nos casos de visitas ou estadas eventuais naquelas instalações e locais, com duração inferior a 24 (vinte e quatro) horas.

ADICIONAL REGIONAL - TRANSFERÊNCIA

CLÁUSULA 29 - A Companhia manterá o pagamento de indenização do Adicional Regional no caso de transferência ou designação do empregado, para servir em localidades onde a concessão da vantagem não esteja prevista em Norma e desde que já o venha percebendo, por mais de 12 (doze) meses consecutivos.

Parágrafo único - A indenização prevista nesta cláusula não será devida quando a movimentação ocorrer por iniciativa do empregado.

RESTITUIÇÃO DE VALORES

CLÁUSULA 30 – A Companhia se compromete a adotar os valores vigentes na data do efetivo pagamento de parcelas referentes a serviço extraordinário, vantagens por engajamento eventual em outros regimes, indenizações normativas e demais situações análogas.

7º CONFUP

CAPÍTULO III - DOS BENEFÍCIOS

AUXÍLIO CRECHE

CLÁUSULA 31 - A Companhia concederá o Auxílio-Creche/Acompanhante, nas seguintes condições:

- a) Clientela:
 - empregadas com filho ou com a guarda/tutela de menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança;
 - empregados solteiros, viúvos, separados judicialmente ou divorciados, com a guarda/tutela de filho ou menor, em decorrência de sentença judicial, até 36 meses de idade da criança.
- b) Critério de reembolso:
 - Reembolso integral das despesas comprovadas na utilização de creche, enquanto a criança tiver até 8 (oito) meses de idade;
 - Reembolso das despesas, de acordo com a tabela de valores médios regionais, elaborada pela Companhia, enquanto a criança tiver 8 (oito) a 18 (dezoito) meses de idade;
 - Reembolso das despesas, até o valor da tabela-limite do Auxílio-Creche ou Auxílio Acompanhante, elaborada pela Companhia enquanto a criança tiver entre 19 (dezenove) e 36 (trinta e seis) meses de idade.

Parágrafo único – Será facultada aos sindicatos a participação na elaboração e atualizações da tabela de valores médios regionais e da tabela-limite a que se refere esta Cláusula.

ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR

CLÁUSULA 32 - A Companhia manterá o Programa de Assistência Pré-Escolar, nos termos da legislação vigente, resguardando o direito de os empregados, aposentados e pensionistas optarem entre o mesmo e os benefícios do Auxílio-Creche/Acompanhante.

ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA (AMS) CUSTEIO

CLÁUSULA 33 - A Companhia dotará para o exercício de 2001/2002 valores para o custeio dos programas de Assistência Médica Supletiva (AMS), inclusive odontologia e de Assistência ao Excepcional (PAE), de modo a garantir a atual qualidade dos serviços prestados

Parágrafo 1º - A Companhia desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais de saúde de todas as especialidades médicas e odontológicas existentes nas localidades em que residam seus empregados.

Parágrafo 2º - Fica garantido o direito ao sistema de livre escolha

Parágrafo 3º - A Companhia condicionará a alteração dos procedimentos técnicos e administrativos do Programa da AMS à prévia negociação com a FUP e os Sindicatos.

Parágrafo 4º - Será criada uma comissão paritária que discutirá os critérios para a classificação das atividades como de grande ou pequeno risco, e acompanhamento do custeio do programa de AMS, assim como normas e procedimentos da AMS.

Parágrafo 5º - A Companhia reembolsará integralmente as despesas médicas efetuadas pelo plano de livre escolha quando não houver profissional credenciado na especialidade envolvida.

Parágrafo 6º - É garantida a remoção aérea, urgente e eficaz, dos dependentes beneficiários, assim como do titular, quando acidentados e nos casos de grande risco.

7º CONFUP

AMS - BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 34 - A Companhia concederá a AMS para os empregados e demais beneficiários constantes da tabela a seguir, condicionado ao atendimento dos demais requisitos e procedimentos constantes do Manual de Operação da AMS e das instruções complementares emitidas pela Companhia:

BENEFICIÁRIOS DA ASSISTÊNCIA MÉDICA SUPLETIVA

A - EMPREGADO

Desde que esteja recebendo remuneração da Companhia.

B - DEPENDENTES DO EMPREGADO

- 1 - CÔNJUGE - Na vigência do casamento.
- 2 - EX-CÔNJUGE - Mediante determinação judicial.
- 3 - COMPANHEIRA – Inscrita no INSS nesta condição, ou comprovada a relação estável.
- 4 - COMPANHEIRO - Inscrito no INSS nesta condição, ou comprovada a relação estável.
- 5 - FILHO/FILHA/ENTEADO, (Desde que solteiro), até 21 anos;
MENOR SOB GUARDA acima de 21 até 24 se universitário e de qualquer idade, se inválido, OU TUTELA, E DEPENDENTE SOB CURATELA
- 6 - PAI – Inválido, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.
- 7 - MÃE - Solteira, viúva ou separada judicialmente, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos ou quando estiver convivendo com o marido e o mesmo seja dependente do empregado na Companhia.
- 8 - PADRASTO - Desde que comprovado o casamento, inválido, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.
- 9 - MADRASTA - Desde que comprovado o casamento, e o marido seja dependente do empregado ou seja viúva, sem economia própria ou com renda mensal inferior a 2 (dois) salários mínimos.
- 10 – IRMÃ E IRMÃO portador de necessidades especiais, sob dependência econômica do titular, ou de um dos demais beneficiários.

C - APOSENTADO

Desde que preencha todos os requisitos abaixo.

- a) Não tenha sido dispensado por justa causa ou por conveniência da Companhia.
Exceto:
 - Empregados dispensados por conveniência da Companhia entre 14/11/75 e 24/03/83, ou por participação em movimento reivindicatório, desde que a dispensa não tenha sido motivada por ato que desabonasse sua conduta, devidamente comprovado.
 - Ex-empregados dispensados em data anterior a 14/11/75 (criação da AMS) por conveniência da Companhia, sem ato desabonador, que não tenham adquirido qualquer outro vínculo empregatício e que tenham entrado em Auxílio-Doença, imediatamente após a dispensa, tendo o referido benefício sido transformado pelo INSS em aposentadoria por invalidez.
- b) Não haja descontinuidade maior que 180 dias entre a data do seu desligamento da Companhia e a do início da aposentadoria.
Exceto:

7º CONFUP

- Os ex-empregados amparados pela Lei da Anistia que utilizaram o benefício de aposentadoria.
- Os ex-empregados que tenham estado em Auxílio Doença concedido pelo INSS e tiveram esse benefício transformado em Aposentadoria por Invalidez, para os quais o prazo de 180 dias será o período compreendido entre a data do desligamento da Companhia e o início do Auxílio-Doença.

c) Requeira sua aposentadoria e receba seus proventos através da PETROS.

Desde que preencham os requisitos a,b,c, incluem-se entre os aposentados com direito à AMS:

- o não mantenedor beneficiário da PETROS;
- o que se aposenta após o acordo rescisório, mesmo o celebrado na justiça;
- o pré-existente à criação da PETROS.

D - DEPENDENTES DO APOSENTADO

São aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

E - PENSIONISTAS E DEPENDENTES DE EMPREGADO FALECIDO

Desde que recebam os proventos (pensão do INSS ou suplementação de pensão da PETROS) através da PETROS.

Os dependentes dos empregados falecidos são aqueles reconhecidos como dependentes do empregado, citados no item B.

A Companhia concederá a AMS para os empregados e demais beneficiários constantes da tabela a seguir:

AMS – CUSTEIO DO PEQUENO RISCO

CLÁUSULA 35 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio dos procedimentos classificados como de Pequeno Risco no Programa da AMS será efetuada conforme a tabela a seguir:

Classe de Renda	Percentual de Participação
Até 1,3 MSB	7,00
Até 2,4 MSB	14,00
Até 4,8 MSB	22,00
Até 9,6 MSB	35,00
Até 19,2 MSB	42,00
Acima de 19,2 MSB	50,00

PSICOTERAPIA

CLÁUSULA 36 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio das despesas com Psicoterapia será no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

AMS – CUSTEIO DO GRANDE RISCO

CLÁUSULA 37 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio dos procedimentos classificados como de Grande Risco no Programa da AMS será efetuada mediante uma contribuição mensal, para a constituição de um Fundo, a qual observará a seguinte tabela:

Classe de Renda	Valor p/ Empregado(R\$)	Acréscimo p/ Beneficiário(R\$)
Até 1,3 MSB	2,00	2,00
Até 2,4 MSB	4,00	3,00
Até 4,8 MSB	6,00	3,50
Até 9,6 MSB	10,00	4,00
Até 19,2 MSB	12,00	6,00
Acima de 19,2 MSB	14,00	10,00

7º CONFUP

Parágrafo 1º – Todos os empregados, aposentados e pensionistas serão considerados beneficiários titulares, devendo contribuir individualmente para o Fundo aqui referido.

Parágrafo 2º - A condição de beneficiário titular exclui a condição de beneficiário vinculado sempre que o cônjuge, companheiro ou filho mantiver vínculo empregatício com a Companhia, ou aposentar-se em condição de pleitear o benefício da AMS.

Parágrafo 3º - A Companhia reembolsará os gastos com procedimentos hospitalares, classificados como de grande Risco, realizados pelo sistema de “Livre Escolha”, pelos valores da tabela de credenciamento da AMS da Companhia.

Parágrafo 4º - A Companhia, a FUP e os Sindicatos, na vigência do presente Acordo, promoverão o acompanhamento trimestral da evolução dos gastos com os procedimentos relativos ao Grande Risco da AMS, assim entendidas as internações hospitalares de beneficiários, na forma estabelecida nos critérios normativos do Programa AMS.

Parágrafo 5º - Em abril de 2002 a Companhia revisará os valores a serem pagos por empregados, aposentados e pensionistas, caso a contribuição mensal destes importe em participação superior a 30% do custeio mensal do Grande Risco no Programa da AMS.

Parágrafo 6º - A Companhia assumirá os custos com traslado e estadia do beneficiário e seu acompanhante, quando a localidade em que residir não oferecer o atendimento técnico necessário.

AMS - ACOMPANHANTE

CLÁUSULA 38 - A diária de 1 (um) acompanhante terá cobertura financeira de acordo com os critérios normativos do Programa da AMS, nos seguintes casos de internação:

- a) empregados, aposentados e pensionistas que sejam beneficiários da AMS com idade superior a 55 anos;
- b) beneficiários menores, com até 15 anos de idade (inclusive);
- c) beneficiários com idade superior a 55 anos;
- d) doentes terminais.
- e) a critério de recomendação médica

AMS - COBERTURA ODONTOLÓGICA

CLÁUSULA 39 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas no custeio do tratamento odontológico será a mesma aplicada para os procedimentos de Pequeno Risco, conforme descrita na Cláusula 34 do presente Acordo.

Parágrafo primeiro - A participação dos mesmos beneficiários no custeio dos serviços de Ortodontia será de 50% (cinquenta por cento), independentemente de faixa salarial.

Parágrafo segundo – As coberturas de que trata esta Cláusula são concedidas independentemente de carência.

AMS - TABELAS DE PROCEDIMENTOS

CLÁUSULA 40 - A Companhia manterá gestões junto às sociedades médicas e odontológicas, excetuando-se as de finalidade comercial, no sentido de analisar a composição das tabelas de procedimentos, bem como desenvolverá esforços para o credenciamento de profissionais para o atendimento dos empregados pela AMS, com ênfase naquelas localidades onde as carências de atendimento sejam mais acentuadas.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIAL - PAE

CLÁUSULA 41 - A participação dos empregados, aposentados e pensionistas, no custeio do Programa de Assistência ao Especial – PAE, será efetuada conforme a tabela a seguir:

7º CONFUP

Classe de Renda	Percentual de Participação
Até 1,3 MSB	2,00
Até 2,4 MSB	3,50
Até 4,8 MSB	6,50
Até 9,6 MSB	11,00
Até 19,2 MSB	17,00
Acima de 19,2 MSB	19,00

PAE - PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO

CLÁUSULA 42 - A Companhia realizará, na vigência do presente instrumento, programa destinado à orientação dos empregados quanto ao PAE. Para a realização do Programa de Orientação, os Sindicatos darão o seu apoio a participação.

SOROPOSITIVOS

CLÁUSULA 43 – A Companhia assegura aos beneficiários da AMS, portadores do vírus da HIV, a mesma assistência proporcionada aos portadores de outras doenças.

Parágrafo único – Fica ainda assegurado, para todos os empregados beneficiários da AMS, e seus pensionistas, o atual sistema de concessão e custeio de medicamentos.

AUXÍLIO APERFEIÇOAMENTO

CLÁUSULA 44 - A Companhia estenderá a todos os funcionários que o desejarem, a concessão de bolsa auxílio para cursos de língua estrangeira e cursos de graduação, visando o aperfeiçoamento dos mesmos.

Parágrafo único – A Companhia concederá ainda uma bolsa de estudos, para funcionários, filhos(as) de funcionários, aposentados e beneficiários da AMS, no valor de 60% do custo médio regional para formação de nível superior.

PETROS REPRESENTAÇÃO DOS MANTENEDORES BENEFICIÁRIOS

CLÁUSULA 45 - A Companhia assegura a representação paritária (metade dos membros) dos Mantenedores-Beneficiários no Conselho de Curadores da Fundação PETROBRÁS de Seguridade Social - PETROS e do Conselho Fiscal da mesma. Esses representantes serão obrigatoriamente Mantenedores-Beneficiários em gozo de seus direitos estatutários e com mais de 5 (cinco) anos de vinculação trabalhista à Companhia e deverão ser eleitos pelos Mantenedores-Beneficiários em votação secreta fiscalizada pela Companhia e pelos Sindicatos.

Parágrafo Único - O Conselho de Curadores indicará os membros da Diretoria Executiva da Fundação.

LIMITE DE IDADE

CLÁUSULA 46 - A Companhia favorecerá a PETROS com o aporte financeiro necessário à suplementação dos benefícios previdenciários dos inscritos na Fundação entre 24 de janeiro de 1978 e 27 de novembro de 1979, e tomará todas as medidas administrativas necessárias a garantir a extinção de quaisquer exigências de um limite mínimo de idade para o gozo de benefícios.

7º CONFUP

Parágrafo único - Enquanto for mantida a inexistência de limite mínimo de idade para suplementação de benefícios previdenciários pela PETROS, a inscrição dos empregados da Companhia no Plano de Benefícios da Fundação será automática.

CAPÍTULO IV - DA SEGURANÇA NO EMPREGO

GARANTIA DE EMPREGO

CLÁUSULA 47 - A Cia garante a estabilidade no emprego a todos os trabalhadores.

EXCEDENTE DE PESSOAL

CLÁUSULA 48 – A Companhia assegura, nos casos em que haja excedente de pessoal decorrente de reestruturações e redução de atividades, que re-alocará o pessoal em outros órgãos, na região, preferencialmente, ou fora dela, promovendo retreinamento quando necessário.

Parágrafo único – A Companhia manterá os incentivos previstos em norma para facilitar a mobilização dos empregados de uma região para outra.

ESTABILIDADE – GESTANTE

CLÁUSULA 49 - A Companhia garante emprego e salário à empregada gestante, até 5 (cinco) meses após o parto, nos termos do estabelecido na letra b, inciso II, do artigo 10 das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

ESTABILIDADE - ACIDENTADO

CLÁUSULA 50 - A Companhia assegura emprego e salário, por 1 (um) ano, ao empregado acidentado no trabalho, a partir da cessação do Auxílio-Doença acidentário. Esta garantia não vigorará nos casos de rescisão de contrato com base no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único - A presente garantia será estendida aos empregados paraplégicos, independentemente da causa da lesão.

ESTABILIDADE - DOENÇA PROFISSIONAL

CLÁUSULA 51 - A Companhia assegura as mesmas garantias de emprego e salário concedidas aos acidentados no trabalho, ao empregado portador de doença profissional, contraída no exercício do atual emprego, desde que comprovada pelo órgão de saúde da Companhia ou pelo órgão competente da Previdência Social.

ESTABILIDADE DO APOSENTÁVEL

CLÁUSULA 52 - A Companhia assegura a estabilidade no emprego dos empregados cujo cômputo do tempo de serviço perante o INSS atinja 60 meses, ou menos, para aquisição do direito ao benefício de aposentadoria correspondente.

CAPÍTULO V - DO PLANEJAMENTO, RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

7º CONFUP

EFETIVO OPERACIONAL

CLÁUSULA 53 - A Companhia se compromete a manter os efetivos operacionais, conforme restarem definidos em conjunto com os Sindicatos e o Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo 1º - Essa definição será efetuada por comissões tripartites regionais, compostas por representantes da Companhia, dos Sindicatos, e da Procuradoria Geral do Trabalho, instituídas no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura deste Acordo.

Parágrafo 2º - Em observância ao que dispõe o artigo 37, inciso II, da Constituição da República, o preenchimento dos cargos vagos eventualmente definidos neste processo se dará por Concurso Público, observada a prioridade dos empregados que possam ser remanejados, e dos já classificados em concursos anteriores ainda válidos.

CARGOS DE ASSESSORIA

CLÁUSULA 54 - Os contratos para provimento de funções de Direção e Chefia e Assessoramento, de funções não integrantes do plano de Cargos e os Técnicos Estrangeiros não se vincularão ao quadro permanente da Companhia, devendo o contrato extinguir-se ao final do mandato, da missão, do prazo estipulado, ou do mandato do Dirigente a que esteja vinculada a assessoria.

CARGO PÚBLICO - ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

CLÁUSULA 55 - A Companhia assegura que o afastamento do emprego, em virtude de encargos públicos, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho do empregado.

Parágrafo único - Quando do retorno do empregado, do referido afastamento, o mesmo será lotado no órgão de origem.

HOMOLOGAÇÃO - SINDICATOS

CLÁUSULA 56 - A Companhia garante que as homologações das rescisões dos contratos de trabalho dos empregados, quando exigidas por Lei, deverão ser realizadas nos Sindicatos representativos da categoria profissional, desde que no local exista representação da entidade de classe, e desde que não haja manifestação contrária e expressa do empregado neste sentido.

Parágrafo 1º - Nos casos em que o empregado optar por não homologar a rescisão de seu contrato de trabalho no Sindicato respectivo, a Companhia encaminhará cópia da rescisão contratual àquela Entidade, no prazo de uma semana.

Parágrafo 2º - São imprescindíveis à homologação da rescisão contratual, além dos discriminados na Instrução Normativa MTPS/SNT Nº 2, de 1992:

- a – cópia autenticada do exame médico demissional de que trata a NR-7 do MTb, assim como do respectivo Atestado de Saúde Ocupacional;
- b – entrega ao trabalhador de cópia autenticada do perfil profissiográfico das atividades desenvolvidas, conforme prevista na Lei 9032/95, que alterou o artigo 58, § 4º, da Lei 8.213/91, c/c Lei 9528/97);
- c – cópia autenticada do Mapa de Risco Ambiental das áreas em que trabalhou o empregado, como previsto na NR 9 do MTb, acompanhado da discriminação dos agentes agressivos presentes nas mesmas;
- d - entrega ao empregado dos formulários DSS 8030 (antigo SB.40), devidamente preenchidos, e acompanhados do necessário laudo técnico;
- e – prova documental dos atos a que se refere a Cláusula 44 do presente Acordo;

7º CONFUP

MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 57 - A Companhia informará, mensalmente, à FUP e a cada Sindicato, a movimentação de pessoal ocorrida em sua base territorial.

TRABALHADORES DO SISTEMA

CLÁUSULA 58 - A Companhia compromete-se a absorver, a partir de 01/09/98, todos os trabalhadores dos quadros efetivos das empresas do Sistema Petrobrás admitidos legalmente, que estão prestando serviços através de cessão/requisição à Petrobrás.

PROCESSO SELETIVO

CLÁUSULA 59 - Nos casos de abertura de processo seletivo público a Companhia assegura ampla divulgação, respeitada sua área de abrangência.

Parágrafo 1º - As fases de recrutamento e seleção dos processos seletivos serão realizadas conjuntamente de forma interna e externa.

Parágrafo 2º - A Companhia fornecerá aos empregados todas as informações sobre as condições e andamento de processos seletivos, visando garantir a sua absoluta transparência.

Parágrafo 3º - A Companhia garante a divulgação da lista de aprovados, em ordem de classificação, no final dos processos seletivos públicos.

ADMISSÕES

Cláusula 60 – A Companhia assegura que restringirá as admissões ao atendimento das demandas operacionais e administrativas, ou, ainda, em função de possíveis desligamentos, não promovendo rotatividade de pessoal.

INTERINIDADE

CLÁUSULA 61 - A Companhia garante que, nos casos de interinidade exercida por 180 (cento e oitenta) dias, vencido este prazo promoverá o preenchimento em caráter efetivo.

CAPITULO VI - DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CINCO FALTAS

CLÁUSULA 62 - A Companhia, a FUP e os Sindicatos acordam que será permitido faltar até 5 (cinco) vezes ao ano, acarretando essas faltas descontos nos salários dos empregados que delas se utilizarem, podendo a utilização se dar com o fracionamento em horas.

Parágrafo 1º - Será indispensável o entendimento do empregado com a chefia imediata. Nesse caso, a respectiva falta será considerada justificada para todos os efeitos, gerando, tão-somente, o desconto no salário.

Parágrafo 2º - O citado entendimento deverá ser prévio. Essa condição poderá ser relevada sempre que impossível anterior contato com a chefia. O motivo da impossibilidade do contato deverá ser submetido à chefia imediata no dia subsequente à falta.

7º CONFUP

Parágrafo 3º - Será garantida ao empregado estudante a licença do serviço para a realização de exames vestibulares e provas, nos finais de semestres e ano letivo.

PROCESSAMENTO DE DADOS

CLÁUSULA 63 - A Companhia garante que o tempo efetivo de entrada de dados não excederá a limite de 5 (cinco) horas, sendo que no período de tempo restante da jornada, o empregado poderá exercer outras atividades inerentes ao seu cargo.

Parágrafo único - A Companhia garante, nas atividades de entrada de dados, intervalo de 10 (dez) minutos de repouso, para cada 50 (cinquenta) minutos trabalhados, não deduzidos da jornada normal de trabalho.

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA 64 - Em atendimento ao inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal, a jornada máxima permitida em regime de turno ininterrupto de revezamento é de 6 (seis) horas. Constituem no entanto exceções a esta jornada os Turnos Ininterruptos de Revezamento de 8 (oito) horas: com cinco grupos de turnos, com jornada de 8 horas diárias, garantido o pagamento dos adicionais de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação, e periculosidade.

Parágrafo único - Ficam mantidas as demais vantagens instituídas pela Lei 5.811/72.

EQUIPE SÍSMICA - RELAÇÃO TRABALHO/FOLGA

CLÁUSULA 65 - A Companhia concederá aos empregados efetivamente engajados em trabalho de equipes sísmicas terrestres, a relação trabalho/folga de 1x1, jornada de 10 horas e a carga semanal de 35 horas.

HORÁRIO FLEXÍVEL

CLÁUSULA 66 – A Companhia continuará praticando o sistema de horário flexível, para o regime administrativo, de acordo com as características operacionais de cada órgão, conforme praticado em 1º de setembro de 1997.

HORÁRIO ADMINISTRATIVO (HA) - JORNADA

CLÁUSULA 67 - A Companhia garante a carga de 35 (trinta e cinco) horas semanais para os empregados sujeitos ao horário administrativo.

LICENÇA ADOÇÃO

CLÁUSULA 68 - A Companhia concederá licença adoção pelo período de 30 dias aos empregados que adotarem menores na forma estabelecida na legislação específica para adoção e nas instruções emitidas pela Companhia a respeito deste assunto.

EXAME PRÉ-NATAL

CLÁUSULA 69 - A Companhia concederá às suas empregadas as dispensas necessárias, para que se submetam ao exame pré-natal, a critério de seu órgão de saúde.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

7º CONFUP

Cláusula 70 - A fim de agilizar a fiscalização e prevenir a eventual responsabilização da Companhia, a Petrobrás fornecerá aos Sindicatos cópia dos contratos firmados com empresas contratadas para prestação/execução de serviços em suas unidades, acompanhado da relação de empregados, com discriminação das funções individuais, assim como do Contrato Social daquelas.

SEÇÃO II – DO TRABALHO *OFF-SHORE* E TRÁBALHO CONFINADO NO CAMPO

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

CLÁUSULA 71 - Os únicos regimes de trabalho adotados nas plataformas marítimas de perfuração e/ou produção de petróleo, navios sondas, e demais unidades símiles, são: o Turno Ininterrupto de Revezamento de 12 horas, ora pactuado em exceção ao disposto no inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal; e o regime de sobreaviso.

Parágrafo 1º – No regime de Turno Ininterrupto de Revezamento de 12 (doze) horas atuarão cinco grupos de turnos, com jornada de 12 horas diárias, garantido o pagamento dos adicionais regional de confinamento, de trabalho noturno, hora de repouso e alimentação, e periculosidade.

Parágrafo 2º - Em ambos os regimes e relação trabalho x folga será de 1 (um) dia embarcado para 1,5 dias de repouso remunerado.

Parágrafo 3º – É de 10 (dez) dias o período de permanência máxima a bordo de plataformas de petróleo.

Parágrafo 4º - Ficam mantidas as demais vantagens instituídas pela Lei 5.811/72.

CONFINAMENTO EM CAMPOS DE PRODUÇÃO

CLÁUSULA 72 - A Companhia, manterá para os empregados que trabalham nos campos de produção, os regimes de trabalho de turno ininterrupto de revezamento ou de sobreaviso.

DIAS DE TRANSPORTE

CLÁUSULA 73 - A Companhia se compromete a considerar como dia efetivamente trabalhado os dias de embarque, em que o empregado deixa seu domicílio para atender à periodicidade laboral em local de confinamento indicado pela empresa, e de desembarque, quando do retorno.

CAPÍTULO VII - DA SEGURANÇA DO TRABALHO, DO MEIO AMBIENTE E DA SAÚDE OCUPACIONAL

INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRABALHO

CLÁUSULA 74 - A Companhia constituirá um fundo destinado à indenização administrativa dos empregados acidentados, familiares e herdeiros, ou vítimas de doença profissional ou do trabalho.

Parágrafo 1º – O presente fundo visa possibilitar o pagamento de indenizações independentemente de processos judiciais, não importando o pagamento, no entanto, em qualquer obstáculo ao exercício ao Direito de Ação.

Parágrafo 2º – Destina-se o Fundo, ainda, ao custeio dos gastos integrais de educação e acompanhamento psicológico dos dependentes e familiares dos trabalhadores acidentados.

7º CONFUP

Parágrafo 3º – O presente Fundo será constituído com valor anual mínimo igual ao total dos dividendos distribuídos aos acionistas no mesmo período. Nos exercícios em que não forem distribuídos dividendos, o pagamento anual será o equivalente a 3% da folha anual de salários da empresa.

Parágrafo 4º – A Companhia e a FUP pactuarão as regras para realização do previsto nesta Cláusula.

Parágrafo 5º – Independentemente da constituição do Fundo, a Companhia indenizará as famílias e dependentes das vítimas de P-36, nas mesmas condições acima previstas.

EXAME MÉDICO - GRATUIDADE

CLÁUSULA 75 - A Companhia isentará os empregados de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados, relacionados com o trabalho ou explicitados em normas.

EXAMES DOS EMPREGADOS DE EMPREITEIRAS

CLAUSULA 76 - A Companhia, em conjunto com a FUP e os Sindicatos, estabelecerá Comissões Nacional e Regionais com o objetivo de acompanhar e fiscalizar os programas de treinamento prévio e as condições de saúde, segurança e meio ambiente, dos empregados das empresas prestadoras de serviço à Companhia, que laborem em suas instalações ou áreas industriais.

READAPTAÇÃO - ACIDENTADO/DOENÇA OCUPACIONAL

CLÁUSULA 77 - A Companhia manterá a atual política de readaptação para o empregado reabilitado pela Instituição Previdenciária, em cargo compatível com a redução de sua capacidade laborativa ocorrida em razão de acidente ou doença, segundo parecer médico do órgão oficial.

Parágrafo primeiro - Será garantida a percepção da remuneração total paga à época do acidente ou constatação da doença ocupacional, ao empregado reabilitado, assim como a natural evolução da mesma.

Parágrafo segundo - No caso de empregados paraplégicos submetidos a reabilitação funcional, a Companhia se compromete a manter a mesma remuneração global resultante de salários, benefícios e vantagens percebidos anteriormente à lesão, independentemente da causa da lesão.

PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO - NUTRICIONISTA

CLÁUSULA 78 - A Companhia obriga-se a supervisionar, no local, programa de alimentação, com o apoio de profissionais da área de saúde e/ou nutrição da Companhia.

CIPA

CLÁUSULA 79 - As eleições da CIPA serão convocadas e coordenadas pelo Sindicato e pela Companhia, comunicadas a todos os trabalhadores, efetivos e terceirizados, com antecedência de 90 (noventa) dias, observando-se os seguintes procedimentos:

- a) - O número base para a definição dos participantes da CIPA é o referido pela NR-5 (MTE), e inclui os trabalhadores terceirizados lotados no respectivo local, quando da eleição;
- b) A CIPA terá acesso a todas as informações e dados estatísticos referentes à saúde, segurança do trabalho e meio ambiente, com entrega de cópias de laudos técnicos das avaliações ambientais, e dados estatísticos;
- c) Todos os membros da CIPA serão liberados pela Companhia, diariamente, por um período mínimo de uma hora, para inspeção regular nos locais de trabalho, bem como para participar de

7º CONFUP

reuniões da Comissão e exercício das demais atividades exigidas pelo cargo, sem prejuízo da remuneração;

d) É permitida a reeleição dos membros da CIPA;

e) É vedada a transferência dos componentes de seus locais de trabalho, sem a expressa anuência do mesmo, homologada pelo Sindicato;

f) A CIPA terá acesso a todos os locais de trabalho, sendo vedada à Companhia impedir, limitar ou inibir suas ações;

g) Os componentes da CIPA têm direito a estar presentes e a acompanhar todas as diligências na análise dos acidentes ocorridos nas respectivas áreas de atuação, devendo a empresa informá-los previamente sobre tais atividades;

h) A Companhia garantirá a formação de uma CIPA para cada plataforma marítima.

Parágrafo único - Para fins do presente acordo entenda-se como trabalhadores “terceirizados” os empregados de empresas interpostas (“contratadas” ou “empreiteiras”) que prestam serviços de caráter permanente nas instalações ou unidades da Companhia.

CIPA - PARTICIPAÇÃO DO SINDICATO

CLÁUSULA 80 - A Companhia assegura a presença, às reuniões da CIPA, de um representante sindical indicado pelo respectivo órgão de classe, fornecendo-se ao Sindicato cópia das atas.

CIPA - AMPLIAÇÃO INDUSTRIAL

CLÁUSULA 81 - A Companhia garantirá a participação dos Sindicatos, CIPA's, nos projetos de ampliação, criação e manutenção de suas instalações industriais, detectando os impactos sobre o meio ambiente, sobre a saúde dos trabalhadores e da população vizinha, definindo os respectivos mecanismos de controle.

COMUNICAÇÕES OBRIGATÓRIAS

CLÁUSULA 82 - A Companhia assegura o encaminhamento, aos respectivos sindicatos, da seguinte documentação:

a) Cópia da Comunicação do Acidente de Trabalho (C.A.T.), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua emissão, de empregado acidentado, afastado por doença profissional, ou em agravamento desta;

b) Cópia dos relatórios das CIPAS a respeito de acidente sem afastamento e outros incidentes;

c) Cópia dos Relatórios de Ocorrência Anormal, Relatórios de Acidente com Lesão, no prazo de 72 (setenta e duas) horas e de todo relatório da Companhia que possa permitir ao Sindicato o acompanhamento das condições de saúde e do ambiente de trabalho.

CIPA - CURSOS E PALESTRAS

CLÁUSULA 83 - A Companhia se compromete a manter, em articulação com as CIPA's e os Sindicatos, a realização de cursos, palestras e seminários com a participação conjunta de representantes da Companhia e dos Sindicatos sobre os agentes com características tóxicas de suas matérias-primas e produtos, bem como os demais riscos presentes nos locais de trabalho e os meios necessários à preservação ou limitação de seus efeitos nocivos.

ÓRGÃOS OPERACIONAIS – ENFERMEIROS

7º CONFUP

CLÁUSULA 84 - A Companhia manterá, em seus órgãos operacionais, no mínimo 2 (dois) empregados próprios de nível médio da área de enfermagem por grupo de turno, sob a coordenação de um enfermeiro.

UNIDADE AÉREA DE SAÚDE

CLÁUSULA 85 - A Companhia se compromete a implantar, e manter onde já existirem, unidades aéreas de terapia intensiva, para todas as áreas de confinamento.

Parágrafo único – Em se tratando da Bacia de Campos, a Companhia manterá uma unidade aérea de saúde em Macaé, e outra no Farol de São Tomé, em Campos, ambas em permanente disponibilidade.

SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

CLÁUSULA 86 - A Companhia manterá seus esforços de permanente melhoria das condições de segurança e saúde ocupacional, consoante o que estabelecem as suas políticas e diretrizes para estas funções.

Parágrafo 1º - A Companhia realizará programas de treinamento com vistas a promover a capacitação dos empregados e assegurar sua participação nos programas de segurança e saúde ocupacional;

Parágrafo 2º - A Companhia assegura o direito dos sindicatos e da FUP às informações sobre os riscos presentes nos seus locais de trabalho, assim como às medidas adotadas para prevenir e limitar estes riscos;

Parágrafo 3º - A Companhia garante aos sindicatos e à FUP a exibição em local visível e o acesso às fichas técnicas de todos os produtos químicos existentes no meio ambiente de trabalho.

DOENÇAS TROPICAIS

CLÁUSULA 87 - A Companhia considerará como doenças profissionais, para todos os efeitos, as moléstias designadas como “doenças tropicais” (tais como malária, hepatite e leishmaniose) adquiridas durante jornada de trabalho em regiões de reconhecida incidência.

JATEAMENTO DE AREIA

CLÁUSULA 88 - A Companhia assegura estender a todas as suas unidades e órgãos operacionais, independentemente dos Estados onde estejam instalados, os procedimentos por ela adotados no Estado do Rio de Janeiro, conforme determinado pela respectiva Lei Estadual 1.979/92, que trata da substituição do jateamento de areia.

COMISSÃO - MÉDICO, ENGENHEIRO DO TRABALHO E MINISTÉRIO PÚBLICO

CLÁUSULA 89 - A Companhia assegurará o acesso aos locais de trabalho de uma comissão formada por 1 (um) Médico do Trabalho e 1 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho, de cada parte, por estas indicados, para, na qualidade de representantes do Sindicato, do Ministério Público do Trabalho, e da Companhia, verificarem as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho.

Parágrafo único – A Companhia disponibilizará acesso e documentação indispensáveis à elaboração de laudos técnicos sobre as condições de trabalho em suas instalações, por parte de profissional habilitado indicado pelos sindicatos.

ACESSO AO LOCAL DO ACIDENTE

7º CONFUP

CLÁUSULA 90 - A Companhia garantirá o acesso imediato de representantes dos sindicatos na área onde ocorrer acidente, assim como assegurará o acompanhamento, por esses representantes, dos inquéritos e/ou investigações decorrentes, ainda que internos.

Parágrafo único – Responsabilizam-se as partes pela manutenção das características do local do acidente, de forma a preservar elementos úteis à sua apuração.

FISCALIZAÇÃO/REPRESENTANTE

CLÁUSULA 91 - A Companhia permitirá que representantes sindicais acompanhem a fiscalização, pelos órgãos competentes, dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e saúde do trabalhador.

EXAME MÉDICO - RESULTADOS

CLÁUSULA 92 - A Companhia assegura que cada empregado será informado e orientado, por escrito, pelo seu órgão de Saúde Ocupacional, sobre o resultado da avaliação de seu estado de saúde, e dos exames complementares a que foi submetido.

Parágrafo 1º - Sempre que solicitado por Médico do Trabalho do Sindicato, o órgão de Saúde Ocupacional da Companhia fornecerá, mediante autorização do empregado, os resultados dos exames e informações sobre a saúde, relacionados com suas atividades ocupacionais;

Parágrafo 2º - Será implantada a Caderneta de Saúde do Trabalhador, que deverá conter os resultados dos exames médicos e de complemento de diagnóstico, além dos fatores de risco a que o trabalhador esteja exposto.

EXAME MÉDICO E ODONTOLÓGICO - NA APOSENTADORIA

CLÁUSULA 93 - A Companhia realizará exames médicos e odontológicos em todo empregado por ocasião da aposentadoria.

Parágrafo 1º - A Companhia manterá o direito ao exame médico periódico anual para os aposentados;

Parágrafo 2º - As despesas com tratamento, caso indicado, e desde que configurada doença profissional adquirida na Companhia, ocorrerão por conta da mesma;

EQUIPE DE COMBATE A INCÊNDIO

CLÁUSULA 94 - A Companhia comporá, a primeira equipe de combate a incêndios de suas Organizações de Controle de Emergência, exclusivamente com pessoal da área de Segurança Industrial.

MONITORAMENTO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

CLÁUSULA 95 - A Companhia compromete-se a fazer monitoramento biológico, sempre acompanhado do ambiental, nos locais de manuseio ou presença de produtos químicos. Ato contínuo fornecerá ao sindicato cópias dos laudos técnicos do acompanhamento ambiental.

Parágrafo único – Sempre que solicitada, a Companhia apresentará aos Sindicatos análise de água no lençol freático nas áreas próximas ao ETDI e Leandfarming.

POLÍTICA DE SAÚDE DA COMPANHIA

CLÁUSULA 96 - A Companhia compromete-se a adotar uma nova Política de Saúde, priorizando as ações preventivas e aperfeiçoando as ações corretivas de saúde na assistência aos empregados.

7º CONFUP

POLÍTICA DE SEGURANÇA – DIREITO DE RECUSA

CLÁUSULA 97 - A Companhia garantirá que em condições de risco grave ou iminente no local de trabalho, será lícito ao empregado interromper as suas atividades, sem prejuízo de quaisquer direitos, até a eliminação do risco.

Parágrafo 1º - Não será permitido submeter o empregado a qualquer sanção disciplinar, quando este se recusar a trabalhar em situações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho e do Ministério do Trabalho.

Parágrafo 2º - A Companhia garantirá que os técnicos de segurança não enfrentarão nenhum empecilho, obstrução, ou punição, no exercício de seu poder de embargo de atividades, procedimentos ou instalações que estejam em discordância com as normas de segurança e medicina do trabalho.

CAPÍTULO VIII - DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

IMPLANTAÇÃO

CLÁUSULA 98 - A implantação de novas tecnologias de trabalho terá como objetivo o aumento da eficiência, da qualidade dos trabalhos, da competitividade, da segurança e saúde dos empregados.

Parágrafo único - A implantação de novas tecnologias será precedida de uma apresentação aos Sindicatos dos objetivos, avanços e ganhos sociais que tais melhorias acarretarão.

RELOCAÇÃO DE PESSOAL

CLÁUSULA 99 - A Companhia assegura que no seu esforço de modernização e dentro de sua política e busca de inovações tecnológicas, promoverá, quando necessário a relocação dos empregados envolvidos, garantindo ainda treinamento nas novas funções, respeitadas as respectivas condições específicas, tabelas salariais, e regimes de trabalho dessas novas funções.

Parágrafo único - Para tal a Companhia manterá programas de treinamento que atendam as novas necessidades determinadas.

TREINAMENTO

CLÁUSULA 100 - A Companhia assegura, a todos os empregados, que na implantação de novas tecnologias, serão mantidos programas de treinamento voltados para os novos métodos e para o exercício das novas funções.

CAPÍTULO IX - DAS RELAÇÕES SINDICAIS

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ACORDO

CLÁUSULA 101 – A Companhia, a FUP e os Sindicatos promoverão a instalação e funcionamento de Comissão Mista para acompanhamento e interpretação das cláusulas do presente instrumento em reuniões a cada 2 (dois) meses.

7º CONFUP

Parágrafo único – Essa Comissão, além de acompanhar as condições estabelecidas no presente Acordo, terá a incumbência de discutir outras questões de interesse dos empregados.

REUNIÕES REGIONAIS

CLÁUSULA 102 – A Companhia se compromete a realizar reuniões periódicas entre as Gerências dos Órgãos e os respectivos Sindicatos, em datas previamente negociadas, com o objetivo de tratar de questões locais, de interesse comum.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES/AMS

CLÁUSULA 103 - A Companhia se compromete a estender os benefícios da Assistência Multidisciplinar de Saúde aos dirigentes sindicais liberados sem remuneração, para cumprimento de mandato sindical, nos termos do disposto no § 2º, do artigo 543 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e nos limites da Lei.

Parágrafo único – A parcela relativa à participação no custeio da AMS dos dirigentes sindicais citados no *caput* e beneficiários a eles vinculados, será ressarcida mensalmente pelos Sindicatos a que estiverem filiados, mediante dedução nos seus respectivos créditos junto à Companhia.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES

CLÁUSULA 104 - A Companhia assegura a liberação de 1 (um) dirigente sindical, para cada sindicato, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

Parágrafo único- Caberá ao sindicato a indicação do dirigente a ser liberado.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES POR TRABALHADORES NA BASE

CLÁUSULA 105 - A Companhia assegura ainda aos sindicatos a liberação de mais 1 (um), ou mais 2 (dois) dirigentes sindicais (interrupção da prestação de serviços), quando à Entidade respectiva vincularem-se bases territoriais com mais de oitocentos, ou mais de um mil e seiscientos empregados ativos, respectivamente, com base na lotação da Companhia em 1º/9/98.

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / ENCARGOS

CLÁUSULA 106 - A Companhia assegura que assumirá os encargos previdenciários (INSS, PETROS e FGTS) dos dirigentes sindicais liberados sem remuneração.

Parágrafo 1º- O dirigente liberado na forma do *caput* terá garantida, quando de seu retorno, toda a progressão funcional do período do referido afastamento.

Parágrafo 2º - O dirigente liberado na forma do *caput* será mantido na folha de pagamento, repassado o custo correspondente para os sindicatos em desconto nas mensalidades sindicais (interrupção da prestação de serviços com isenção de remuneração pela empresa).

LIBERAÇÃO DE DIRIGENTES / FEDERAÇÃO

CLÁUSULA 107 - A Companhia assegura a liberação para a Federação Única dos Petroleiros, de 13 (treze) dirigentes, sem prejuízo da remuneração (interrupção da prestação de serviços).

CAPÍTULO X - DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

7º CONFUP

REINTEGRAÇÃO DOS DEMITIDOS – GREVES

CLÁUSULA 108 - A Companhia reintegrará no emprego os empregados dispensados a partir de setembro de 1994, ou com contrato suspenso para apuração de falta grave, desde que tenham sido afastados por participação em movimentos políticos e/ou reivindicatórios, independentemente da alegação de falta grave.

Parágrafo único - A Companhia readmitirá todos os trabalhadores beneficiados pela Lei de Anistia, conforme decisões judiciais promulgadas em SE, PA, BA (casos Petromisa e Interbrás).

PUNIÇÕES

CLÁUSULA 109 - A Companhia cancelará todas as punições (advertências e suspensões disciplinares) aplicadas em represália aos movimentos reivindicatórios de 1994 e 1995, retificando-se os respectivos apontamentos funcionais.

Parágrafo único - Os empregados que tenham sofrido suspensões disciplinares serão indenizados nos valores equivalentes aos dias da suspensão, assim como eventuais diferenças decorrentes a serem apuradas nas férias, gratificações de férias e natalinas, ascensão funcional, e demais parcelas remuneratórias.

DIREITO DE AÇÃO

CLÁUSULA 110 - Em cumprimento da Declaração Universal dos Direitos do Homem, e da Constituição da República, a Companhia não utilizará, como critério para quaisquer finalidades, a existência de ação no Judiciário por seus empregados, sobretudo em se tratando de avaliações de desempenho, concessões de aumentos, promoções, benefícios, prêmios, vantagens, ou inscrições em programas.

Parágrafo único – A Companhia constituirá comissão paritária, com a FUP e os Sindicatos, visando analisar a situação dos trabalhadores, ou ex-empregados, eventualmente discriminados pelo exercício do Direito de Ação.

MOTORISTAS: RESSARCIMENTO DE DANOS

CLÁUSULA 111 - A Companhia garante que seus motoristas profissionais ou condutores autorizados, não serão obrigados a ressarcir os danos causados em qualquer tipo de viatura que dirigirem, ficando, apenas, sujeitos, como todos os empregados às Normas de Relações no Trabalho.

DEMITIDOS DE 1983

CLÁUSULA 112 – A Companhia regularizará a situação dos empregados dispensados por participação nos movimentos reivindicatórios de 1983, perante a PETROS, respondendo à Fundação pelas contribuições (da patrocinadora e dos mantenedores) relativas ao período do afastamento.

IGUALDADE DE DIREITOS

CLÁUSULA 113 - A Companhia se compromete a praticar, para os empregados admitidos após 31.08.97, as mesmas condições vigentes para os empregados admitidos até a referida data, tão logo inexistam impedimentos de ordem jurídica.

7º CONFUP

ESCLARECIMENTOS AOS APOSENTÁVEIS

CLÁUSULA 114 - A Companhia se compromete a divulgar as situações em que seja possível a manutenção do nível de contribuição para a PETROS, com recursos do próprio empregado.

DESCONTOS ASSISTENCIAIS

CLÁUSULA 115 - Mediante aprovação das assembléias gerais, e garantido o direito de oposição, a Companhia promoverá descontos em folha em favor dos Sindicatos e da FUP, quando do pagamento de qualquer parcela fruto de negociação coletiva com os Sindicatos e a FUP, e quando de reajustes salariais decorrentes de negociações coletivas na data base da categoria.

CAPÍTULO XI: DA VIGÊNCIA

PRORROGAÇÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

CLÁUSULA 116 - O procedimento de prorrogação, revisão, denúncia ou revogação total ou parcial do presente, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Parágrafo único – A Companhia efetuará o depósito deste Acordo no Ministério do Trabalho, de conformidade com os prazos estabelecidos no artigo 614 da CLT.

VIGÊNCIA

CLÁUSULA 117 - Excetuando-se as disposições relativas a reajuste salarial, as demais Cláusulas constantes do presente Acordo terão vigência de 1º de Setembro de 2001 até 31 de Agosto de 2003.

Anexos

Relatório do Encontro de Formação do 7º CONFUP Poá - junho/2001

8. Nesta discussão contamos com a participação de 15 companheiros dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas, São Paulo, Bahia e Pará. E nossa pauta foi:
- Apresentação do Projeto de Formação da Secretaria da FUP
 - Propostas de Resoluções e Encaminhamentos para o Congresso

Apresentação do Projeto

9. Projeto de Formação para Dirigentes do Setor Petróleo é a primeira experiência da FUP com este formato de módulo em cada base. O conteúdo discutido na Oficina de Desenvolvimento Curricular pode ser verificado em documento anexo.

7º CONFUP

10. Foi enfatizado a necessidade de participação efetiva dos diretores dos sindicatos tanto na organização quanto no cuidado com os relatórios e documentos utilizados, já que o curso tem financiamento do FAT.
11. Além dos objetivos do curso, a Secretaria pretende contar ao fim do processo, com um projeto de formação qualificado, considerando as avaliações desta experiência.

Propostas

12. Sobre organização de atividades:

- a) Utilizar espaço na página eletrônica da FUP para os sindicatos exporem suas iniciativas de formação e documentos. Os sindicatos deverão enviar suas contribuições para a FUP, a fim de disponibilizá-las na “biblioteca” da página.
- b) Realizar reunião semestral do Coletivo de Formação. O rateio garantirá a presença de um representante de cada sindicato. Se houver interesse de outros participantes, o custo ficará por conta da entidade representada.

Conteúdo

13. Foram sugeridos os seguintes conteúdos para próximos eventos, ou se possível incluir ainda nos módulos já indicados:
 - a) cadeia produtiva
 - b) histórico do sindicalismo
 - c) concepção cutista
 - d) cultura, etnia e gênero
 - e) temas de interesse para aposentados (por exemplo, atualização das novas dinâmicas da organização do trabalho).
14. Segue também em anexo o cronograma para a realização dos cursos, cuja divulgação é fundamental, pois a participação irá garantir o prosseguimento e diversidade nas atividades de formação.

Relatório do Encontro do Coletivo Nacional de Saúde, Tecnologia e Meio Ambiente da Federação Única dos Petroleiros

Porto Alegre, junho/2001

1. Neste Encontro estiveram presentes 29 companheiros, representando os Estados de São Paulo, Alagoas, Sergipe, Ceará, Rio de Janeiro, Amazonas, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, Pará e Espírito Santo .
2. Este documento faz algumas avaliações pertinentes às questões de saúde no trabalho dos petroleiros e petroquímicos, implementações de novas tecnologias relacionadas à segurança nos ambientes de trabalho, e a relação entre os processos produtivos e o meio ambiente.
3. Estão indicadas diversas ações sindicais, as quais deverão ser implementadas pelos sindicatos, com apoio da FUP, tendo em vista o agravamento das ocorrências de Acidentes do Trabalho e das Questões Ambientais, e devem ser abordadas com prioridade pelo movimento sindical petroleiro, como expoentes contemporâneos da exploração do trabalho.

7º CONFUP

Atividades Nacionais 2001/2002

4. Realização de um Encontro Nacional, que coincidirá com uma das reuniões do Coletivo, com atividades diversificadas de organização e formação (painéis, dinâmicas de grupo, etc.).
5. Realização de, pelo menos um, seminário anual sobre temas de interesse e/ou cursos de temas básicos sobre intervenção sindical em saúde e meio ambiente.
6. Dar continuidade aos seminários de formação em saúde, segurança e meio ambiente, fruto do convênio com a CNQ/ICEM/DIESAT. OBS: Estão sendo feitos seminários de planejamento para 2001, em todas as regiões.
7. Manter as matérias sobre saúde, segurança e meio ambiente no boletim Primeira Mão. Buscar melhorar os canais de informação entre as Secretarias de STMA e de Imprensa da FUP e dos sindicatos, definindo condições para retomada do boletim específico de saúde (“Saúde em Primeira Mão”).
8. A FUP deve contratar assessoria técnica efetiva para a Secretaria de STMA, e para atuar nas atividades junto ao Coletivo Nacional, cumprindo decisão do 5º CONFUP. OBS: Os sindicatos deverão também retomar a contratação de assessorias técnicas – equipe interdisciplinar - nestas áreas.
9. Formação de banco de dados – a partir de recursos humanos efetivamente contratados - organizando principalmente:
 - a) Comunicações de Acidentes de Trabalho – CATs (reivindicando a inclusão no ACT – ou na lei – do envio das CATs dos trabalhadores terceirizados);
 - b) dados sobre as doenças mais frequentes dos trabalhadores petroleiros efetivos e de empreiteiras, relacionadas com o processo e a organização do trabalho, bem como aos riscos químicos, ergonômicos, físicos e biológicos e de acidentes;
 - c) cadastro dos petroleiros que participam de Conselhos de controle social em todos os níveis;
 - d) sistema de vigilância à saúde do trabalhador do setor petróleo, com registro das CATs, laudos periciais, pareceres relacionados à doenças ocupacionais ou outras doenças que levem a um afastamento de trabalho, registrando os resultados de exames de saúde dos trabalhadores expostos a determinados riscos, incluindo exame admissional;
 - e) projetos a nível Nacional ou Regional utilizando como marco uma mesma base de dados, a exemplo do Programa EPINFO da Organização Mundial de Saúde-OMS para agrupamento dos dados e intercâmbios de informações (como sugestão pode-se iniciar com os seguintes pontos: lesões por esforços repetitivos - LER; benzenismo; condições de trabalho dos trabalhadores das empreiteiras);
 - f) registrar os quase-acidentes, acidentes e doenças causados pela multifuncionalidade;
 - g) dados/situações referentes a relação entre as empresas e as CIPAs (reações da política empresarial mediante organização e reivindicação dos trabalhadores);
 - h) levantamento sobre situação atual das CIPAs do setor petróleo;
 - i) levantamento sobre a situação dos casos de leucopenia/benzenismo em todas as bases.

OBS: ORDENAR A FORMA COMO ESTES DADOS SERÃO DIVULGADOS: A) ATRAVÉS DOS DEPARTAMENTOS/SECRETARIAS DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DOS SINDICATOS; B) DISPONIBILIZÁ-LOS NA PÁGINA DA FUP, PAUTANDO A ÉTICA EPIDEMIOLÓGICA.

7º CONFUP

Benzeno

10. A FUP sistematizará e divulgará material contendo os principais aspectos para discussões com GTBs, realizando a 2ª Oficina Nacional do Benzeno, prevista para o mês de agosto/2001, em São Paulo.

Comissões Tripartites

11. A FUP manterá as indicações à CUT-Nacional dos representantes nas comissões tripartites sobre as NR-13 (Caldeiras e Vasos de Pressão), NR 16 (Atividades e Operações Perigosas), e da Comissão Nacional Permanente do Benzeno.

Termelétricas

12. Os sindicatos deverão ter uma participação ativa junto a às entidades ambientais e sindicais das regiões onde estão previstos os projetos avaliando a real necessidade do empreendimento, seus impactos sócio-ambientais, com maior atenção nos grandes centros urbanos e industriais.
13. Esta luta deverá ser empreendida também pelo comitê em defesa da Petrobrás por envolver a questão da privatização; pelo fato de serem empreendimentos com participação minoritária da Petrobrás, sendo os participantes majoritários, empresas multinacionais.

NR 5 – Cipa

14. Propostas para negociação:
 - a) aumento no número de membros da CIPA no setor petróleo, destacando a paridade entre membros titulares e suplentes, visando garantir maior representação dos trabalhadores;
 - b) divulgar o período de tempo livre mínimo da jornada de trabalho para as atividades dos cipistas, a partir do planejamento de trabalho da CIPA;
 - c) eleição de todos os membros das CIPAs;
 - d) impossibilidade de transferência dos componentes da CIPA do seu regime e do seu local de trabalho, de onde foi eleito, sem a prévia anuência do mesmo, homologado pelo sindicato;
 - e) garantir que o secretário da CIPA seja indicado pelos trabalhadores.

Terceirização

15. Exigir que as condições de trabalho dos companheiros terceirizados sejam as mesmas dos trabalhadores das empresas contratantes.

Campanhas

16. Foram aprovadas as seguintes campanhas:
 - a) pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e em defesa da consolidação da quinta turma, em busca da sexta turma;
 - b) para garantir aposentadoria especial aos trabalhadores de turno ininterrupto de revezamento, junto ao Congresso/Ministério Previdência. Fazendo ser reconhecido que o trabalho em turnos alternantes de revezamento constitui-se em condição especial para aposentadoria.

7º CONFUP

- c) contra o retorno ao trabalho com restrição de função após afastamento médico, ou seja, sem total restabelecimento físico e mental do trabalhador;
- d) para motivar o registro das ocorrências - acidentes de trabalho envolvendo vítimas, em Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs), e emergências ou ocorrências anormais, qualquer fonte de informação, veiculando sistematicamente os telefones das DRTs entre os trabalhadores para denunciar os acidentes de trabalho;
- e) pela manutenção do efetivo mínimo de segurança nas unidades operacionais e contra a multifunção, também através de ações de esclarecimentos às comunidades circunvizinhas das instalações em relação aos riscos para o meio ambiente;
- f) para combater a política das empresas que mascaram os dados sobre acidentes de trabalho, por exclusão das ocorrências que envolvem os trabalhadores terceirizados e pela “falsa” diminuição de afastamentos do trabalho, devido aos retornos às atividades laborais com restrição;
- g) pela eliminação da exposição ao benzeno: divulgação do Acordo Benzeno e ações de prevenção; discussões de iniciativa sindical nas reuniões da CIPAs e em atividades sindicais. Reedição da publicação “ Benzenismo - o que é ? ” e utilização de adesivos “praguinhas” (slogan: isso não é flor que se cheire, e ilustrado);
- h) pelo banimento do amianto nas atividades produtivas;
- i) contra o assédio moral nas empresas;
- j) contra a impunidade na responsabilização dos acidentes de trabalho;
- k) pela preservação do meio ambiente e da qualidade de vida com saúde e segurança no trabalho;
- l) direito de recusa ao trabalho perigoso.

Outras Ações Sindicais

- 17. Exigir da direção das empresas do setor petróleo que as avaliações médicas e de engenharia de segurança no trabalho não sofram interferências dos gerentes e cobrar atuação dos Conselhos Regionais de Medicina -CRM/Conselho Federal de Medicina –CFM, Secretarias Estaduais de Saúde –SES, e Conselhos Regionais ou Federal de Engenharia – CONFEA.
- 18. Criar comissões empresa/CIPA/Sindicato para discutir efetivo mínimo de segurança nas unidades. Acionar as seguradoras para avaliar riscos patrimoniais, que estão também ameaçados pela falta de segurança nas unidades operacionais, denunciando a estas empresas o alto risco em que se encontram as instalações industriais
- 19. Acompanhar a delimitação de área para definição de periculosidade.
- 20. Solicitar o mapeamento de emissões gasosas e vapores identificando-os nas empresas do setor petróleo.
- 21. Com as informações sobre doenças dos petroleiros, disponíveis no banco de dados, especificar quais os exames médicos que devem constar nos exames periódicos e a periodicidade dos mesmos, obrigando ainda as empresas do setor a realizar estes exames. Garantir acesso dos sindicatos a esses exames.
- 22. Divulgar material sindical sobre doenças ocupacionais e dados epidemiológicos, promovendo debates. Assegurar a divulgação de todo o material produzido pelos sindicatos.
- 23. Gestionar junto às empresas do setor petróleo o levantamento do nível de mercúrio e radioatividade em todas as unidades operacionais destas empresas, incluindo campos de produção terra e mar, publicando e divulgando os resultados. Promover orientações em relação ao tratamento adequado ao descarte de resíduos com mercúrio e radioatividade.
- 24. Orientar os trabalhadores para o preenchimento do DAE – descrição das atividades do empregado – e RAE – relatório das atividades do empregado. Padronizar o preenchimento a

7º CONFUP

partir das condições de trabalho do ambiente e não por indivíduo (incluindo trabalhadores contratados indiretamente).

25. A FUP deve divulgar para todos os sindicatos, a relação de doenças que são reconhecidas como acidente de trabalho pelo INSS.
26. Fazer uso de projetos de lei de iniciativa popular nas localidades (Câmaras Municipais) que podem rejeitar projetos e empreendimentos que possam ter impactos negativos ou prejuízos para a sociedade.
27. Implementar os aspectos de saúde do trabalhador previstos na Lei Orgânica da Saúde (lei federal 8080).
28. Responsabilizar civil e criminalmente as empresas e os gerentes pelos acidentes, doenças ocupacionais e danos ambientais.
29. Procurar junto às Secretarias de Saúde, Universidades, Fundações, Conselhos Profissionais e outras organizações desenvolver protocolos para monitoramento de saúde com participação da FUP/Sindicatos.

Meio Ambiente

30. Convênio entre FUP e órgãos ambientais para mapear áreas ambientais de situação das empresas do setor petróleo, emitindo relatório de impacto ambiental quanto ao nível de fragilidade do ecossistema local.
31. A FUP e os sindicatos devem formular e discutir propostas concretas para negociar com a direção das empresas do setor petróleo a questão da educação ambiental.

Controle Social

32. Ocupar os espaços de controle social das ações do Estado (saúde/meio ambiente/educação/etc).

Campanhas Reivindicatórias

33. Manter as negociações das cláusulas de saúde, tecnologia e meio ambiente em separado, conforme resolução do I CONFUP.
34. Exigir das empresas do setor petróleo a substituição dos serviços geradores de silicose.
35. Exigir das empresas fichas técnicas dos produtos químicos e os riscos à saúde.
36. Exigir das empresas a ampliação dos prazos dos certificados de qualificação de soldadores terceirizados, de seis meses para um ano, e quando passar deste prazo, que a empresa contratante assuma o teste de qualificação dos soldadores.
37. Exigir que sejam incluídas nos protocolos de avaliação dos exames médicos questões relacionadas à saúde mental.
38. Exigir que a implantação de novas tecnologias, reestruturação e remanejamento de pessoal sejam previamente acompanhadas de estudos ergonômicos, realizados por instituições públicas de ensino e pesquisa com experiências comprovadas no assunto; acompanhamento e acordo com os sindicatos em todas as fases
39. Cobrar da direção das empresas do setor petróleo o poder de embargo para os profissionais da área de segurança e inspeção de equipamentos, que hoje são tratados como meros assessores. Não admitindo a terceirização destas funções, ainda que sejam para ampliação de quadro técnico.
40. Exigir que os cursos de Salvatagem e Combate à Incêndio sejam custeados pelas empresas do setor petróleo.

7º CONFUP

Moção de Repúdio

41. Moção de Repúdio ao Presidente FHC e a diretoria da Petrobrás, que seguem o modelo Neoliberal, por serem responsáveis por um modelo de gestão aplicados de forma truculenta, em que os trabalhadores não tem opção, a não ser executar as ordens, sob pena de ficarem excluídos de promoções, aumentos de níveis etc...
42. Moção de Repúdio à Ex-presidente da CIPA/Bacia de Campos, gestão 2000/2001, Maria Cristina Quesada pelo descaso com que ela conduziu a questão de segurança na UN/BC.
43. Moção de Repúdio ao Superintendente da EP/BC Engenheiro Bellot, que na posse do presidente da CIPA e em outras oportunidades, declarou: “Que a partir do ano de 1995, vinha ocorrendo uma redução nos acidentes na bacia, mas em contrapartida o Sindipetro NF estava super dimensionando os acidentes, gerando uma situação de agravamento desses casos, junto aos trabalhadores e a sociedade”.

Moção de Apoio

44. Moção de apoio ao julgamento popular do acidente da P-36 realizado pelo comitê contra a desregulamentação do setor petróleo em um ato público no calçadão da rua Sete de Setembro, realizado no dia 15/05/2001, na cidade de Campos dos Goytacazes.

Encontro Nacional das Secretarias de Imprensa

“Se não houver frutos, valeu a beleza das flores. Se não houver flores, valeu a sombra das folhas. Se não houver folhas, valeu a intenção da semente” (Henfil)

1. Realizado no dia 28 de junho de 2001, o Encontro Nacional das Secretarias de Imprensa do 7º CONFUP contou com a participação de mais de 20 pessoas, entre jornalistas, assessores e dirigentes sindicais. Com o objetivo de analisar e apontar novos caminhos para a área de comunicação social da FUP e dos sindicatos filiados, o encontro também serviu para debater importantes questões ligadas à mídia.
2. Os jornalistas convidados - Marco Aurélio Weissheimer, correspondente em Porto Alegre da agência *Carta Maior* e do *Le Monde Diplomatique*; Sílvio Berengani, editor da *Tribuna Metalúrgica do ABC* e Marina Amaral, editora executiva da revista *Caros Amigos* – enriqueceram o encontro com painéis que discutiram o Fórum Social Mundial, a experiência de comunicação sindical no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e a imprensa alternativa. A troca de experiência e de opiniões foi muito importante e serviu para orientar algumas das propostas do encontro que serão relatadas a seguir. Os jornalistas dos sindicatos e da FUP ficaram de agendar uma reunião para discutirem uma proposta de oficina de comunicação social a ser encaminhada à organização do Fórum Social Mundial, em virtude da realização de um seminário internacional sobre o setor que estará ocorrendo em breve no Brasil.

7º CONFUP

Propostas discutidas

3. Realização de uma pesquisa, nos moldes da que foi feita pelo Sindipetro-NF, para se conhecer melhor o petroleiro em cada base do país e também a sua opinião e sugestões sobre os veículos de comunicação da FUP e de seu sindicato;
4. Fazer um novo mapeamento da estrutura de cada sindicato na área de comunicação social: profissionais (jornalistas, gráficos, diagramadores, fotógrafos, assessores), equipamentos (gráfica, computadores, impressoras, softwares, carros de som, máquinas fotográficas, scanners, máquinas de xerox, televisões, vídeo), veículos de comunicação próprios (boletins, revistas, jornais, publicações eletrônicas – via internet, cartazes, folders, programas de rádio e/ou TV, cartilhas, livros, vídeos), veículos de comunicação externos – Primeira Mão (como é reproduzido, a tiragem e quando é distribuído na base);
5. Realização de uma reunião semanal de pauta por telefone e/ou e-mail entre a FUP e os sindicatos para que todos possamos divulgar em nossas publicações os assuntos que tenham interesse nacional. Assim, o boletim do estado de São Paulo, por exemplo, teria matérias da Bahia, do Norte Fluminense, do Rio Grande do Sul e vice-versa;
6. Todos os sindicatos devem enviar suas publicações à FUP e aos demais sindicatos. O envio deve ser feito por e-mail, mas os sindicatos que já distribuem seus boletins aos demais sindicatos e à FUP via mala direta podem fazê-lo das duas formas: via e-mail e via mala direta;
7. O Primeira Mão deve ser enviado aos sindicatos em duas versões: no atual Pager Maker e em Word para que possa ser retransmitido pelos sindicatos por e-mail;
8. A FUP deve encaminhar a todos os sindicatos a pesquisa realizada recentemente pelo Sindipetro-NF para conhecer melhor os hábitos e opiniões do petroleiro da região. A pesquisa serviu também para avaliar os projetos de comunicação social implementados pelo sindicato;
9. A FUP e os sindicatos deverão inscrever os jornalistas e demais profissionais de comunicação no curso de formação “*Geopolítica da dominação – mudanças no setor petróleo e as consequências para os trabalhadores*” que a FUP, CUT e CNQ estão realizando em todo o país. O curso tem por objetivo atualizar e politizar os dirigentes sindicais, tendo em vista o reconhecimento das mudanças internas na Petrobrás e demais empresas do setor;

7º CONFUP

DELEGADOS PARTICIPANTES DO 7º CONFUP

Federação Única dos Petroleiros

Maurício França Rubem
Jose Samuel Magalhães
Antonio Aparecido Carrara
Paulo Cesar C. Martin
Helio Seidel
Fernando Paes Carvalho
Armando Tripodi
Aldemir de Carvalho Caetano
Agnelson Camilo da Silva
Dary Beck Filho
Helder Gomes Caixeta
Mozart Queiroz
William de Queiroz Corbo

Sindicato do Ramo Químico e Petroleiro da Bahia

Adoniran de Carvalho Costa
Manoel Mario R. Santos
Alvaro Bulcão
Jose Antonio de Araujo Reis
Carlos Henrique B Souza
Jose Pinheiro Lima
Claudionor Alves de Souza
Climerio Chaves Reis
Diomedes dos S. Chaves Filho
Edson Rocha Lobo
Eval Gonçalves dos Santos
Felipe Trajano Andrade
Francisco Fechine
Francisco Rocha Ramos
Germino Borges dos Santos
Gildasio Silva Ribeiro de Souza
Cedro Costa e Silva
Hamilton da Silva Pinheiro
Heloisa Helena da Costa Batista
João Oscar da Silva Filho
Jorge Luiz Pina Lins
Jose Abadia Ribeiro
Laudemilson Cardoso Araujo
Luciomar Vita Machado
Luiz Carlos Costa Santos
Luiz Claudio Costa Lacerda
João da Mata Bispo
Moises de Sá Barbosa
Moises Rocha dos Santos
Morvan F. de Souza Barreto
Nilmar Paim Braga
Orlando Santana Santa Rita
Orlando Vieira de Santana
Dilson Hataya

Pedro Deoclito Silva Patriarcha

Pedro Nogueira
Radiovaldo Costa Santos
Railton Galvão
Robson Jose de Santana
Rodrigo Luiz de Queiroz
Sandoval Gomes dos Anjos
Sebastião Avelino da Silva
Vandelicio dos Santos
Vilobaldo Alestino M. Filho
Edmilson Andrade Coutinho
Carlos Alberto Itaparica

Sindipetro Campinas

Alecio Manhas
Elias Oliveira Silva
Itamar Jose Rodrigues Sanches
Jefferson Barbosa de Paula
Jeronimo Rodrigues Filho
João Carlos Vieira
Jose Carlos Pinheiro de Freitas
Jose de Freitas
Jose Vecchi
Macer Nery Filho
Marcelo Benites Ranuzia
Paulo Honório
Sergio Pereira dos Santos
Sonia Yaeko Ise Aoki
William Heiwa Yoshioka
Wilson Santarosa

Sindipetro Caxias

Luiz Carlos Marins da Fonseca
Luis Geraldo F. Carapinha
Sergio Abbade Pinto Neto
Agnaldo Sucupira de Souza
Manoel Ramos da Silva
Jose Carlos Souza Lima
Nilson Viana Cesário
Fernando Dias da Motta
Hermes Alves de Moura
Sebastião Alvino dos Santos

Sindipetro Ceará

Aloisio Nunes de Arruda
Carlos Henrique Ferreira Rabelo

Sindipetro Espírito Santo

Evaristo Vieira da Silva Neto
Deuzimar Firmino de M. Barros

7º CONFUP

Paulo Cesar de Oliveira
Charles da Vitória Reis
Ronaldo Lagares
Eneias Zanelato Carvalho
Edercival Mesquita
Mirta Rosa de Souza
Luiz Everaldo Bertolo

Sindipetro Manaus

Wallace Byll Pinto Monteiro
Ismar Machado dos Santos
José Hildebrando Pereira Alves
Artur Melo da Silva
Francisco Ribeiro da Silva
Francisco M. do Nascimento
Acacio Viana Carneiro
Maria Augusta Pereira Andrade

Sindipetro Maua

Helio Gama
Marcio Prado de Almeida
João Batista Carolino
Aldo Coelho Romualdo da Silva
Altair Almeida Soares Junior
João Antonio de Moraes
Alcides Marinangelo
Luciano Batista de Araujo
Severino Eugenio Caldas
Ricardo Sergio Gerbelli
Antonio de Castro Alves Neto
Carlos Cotia Barreto

Sindipetro Minas Gerais

Joaquim Monteiro de Castro
Hamilton Barroso Bastos
Paulo Jose Siqueira
Carlos Roberto de Freitas
Rosangela Maria Lage
Lucimar Siqueira de Araujo
Antonio Clarette M. de Castro
Leopoldino F. de Paula Martins
Francisco Carlos França
Jose Carmo Oliveira e Souza
Joel Luiz dos Reis
Marco Antonio de Oliveira

Sindipetro Norte Fluminense

Wanderley Gonçalves
Paulo Roberto Azevedo
Eduardo M S. de Almeida
Vilson Antonio Monteiro Ribeiro
Luciano Vaz
Luiz César M. Nascimento
Edson de Almeida Cordeiro
Marcio Oliveira da Silva

Francisco de Assis R. Chagas
Arialdo Dias Feydit
Reginaldo Barreto Correa
Gidelzo Alves Sirqueira
Robson Mota
Marco Aurélio de Carvalho
Luiz Carlos M. de Souza
Alexandre Teixeira
Aguinaldo de Souza Ramos
Romulo Alves de Oliveira
João Carlos Moreira de Queiroz
Afonso Jose Frota Vasconcelos
Fabio Gomes Gimenez
Jose Celso Araujo
Jocimar dos Santos Souza
Renê Rodrigues de Souza
Jose Adriani Bessa dos Santos
Washington Luiz R. Soares

Sindipetro Pará

Jiumar M. Carmo
Paulo Teodoro Alexandrino
Amilton Neves Amador
Francisco Barbosa de Souza
Jaime Jorge da Costa
Alexandre Furtado Cardoso
Gilberto de Jesus Vieira Mourão
Miguel Farias da Silva Neto
Jose Rodrigues de Andrade
João Luiz S. Araújo
Aurélio B. de Souza
Lourival M. Monteiro Junior
Gilberto Jose Monteiro de Souza
Lauro dos Anjos Barbosa
Vanderlan Camilo de Souza
Claiton Coffy

Sindipetro Parana

Silvaney Bernardi
Rui Rossetin
Dagoberto Hertzog
Eunézio Cavalcanti da Rocha
Wilson do Pilar Cordeiro
Cairo Garcia Correa
Roni Anderson Barbosa
Natálio Laurindo Roncada

Sindipetro Pernambuco

Silvio Mesquita

Sindipetro Rio de Janeiro

Alcyr dos Prazeres Pinto Nordi
Arino Guimarães Junior

7º CONFUP

Carlos Alberto H. de Oliveira
Celia das Graças W. P. Ribeiro
Mauricéia Petrucia Novo
Dirci Ferreira da Silva
Dulce Maria Santos
Edna Vasconcelos
Hugo Antonio Fagundes
Jorge Eduardo C. Nascimento
Jose Carlos de S. Capistrano
Jose Maria da Silva
Jose Roberto L. da Silva
Maria Irene Bonfadin
Miguel Francisco P. Azevedo
João Eloi da Silva
Roberto de Castro Ribeiro
Roberto N Magalhães
Roberto Odilon Horta
Valdecir de Oliveira
Wagner Ferreira da Silva
Jose Carlos G. Miragaya
Laerte Luiz Ferreira
Abilio Valério Tozini
Tânia André Lisboa
Elidinaldo Ferreira de Lima

Sindipetro Rio Grande do Norte

Jose Divanilton Pereira da Silva
Jose Antonio de Araujo
Roberto Carlos Felix de Amorim
Nilton Fernandes da Silva
Ademir de Brito França
Arnaldo Avelino da Silva
Jose Vicente Pereira
Jose Anchieta M. Amorim
Ivan Pereira Dantas
Almir Barbosa
Jorge Luiz da Silva
Jose Alcivan de Azevedo
Elson Santana
Jailson Melo Morais
Edilton Ferreira
Francisco Evaristo Costa Filho
William Maribondo Vinagre Filho

Sindipetro Rio Grande Do Sul

Sandra Maria Balbinot
Jose Luiz Gomes de Souza
Jose Eray Martins e Silva
Gerson Luiz Pereira Pires
Ana Maria Cunha
Luiz Antonio S. Goulart
Marcia Kley Silva
Enio dos Santos Pilla
Luiz Alberto L. de Campos

Cleo Penha dos Santos
Juvenil Almeida Pedroso
Cesar Antonio Przygodzinski
Larri Duarte
Jose Francisco Russo Osorio
Sergio Luiz Nunes Ilha
João Batista Gross de Almeida

Sindipetro São Jose Dos Campos

Mauro de Almeida Rosa
Jorge Antonio Candido
Ailton Laurentino
Jose Roberto Azevedo

Sindipetro São Paulo

Antonio Carlos Spis
Jair Aparecido Campos
Carlos Augusto de Andrade
Maurício José Tosi F. Lemos
Vera Lucia Ranieri
Antonio Ribeiro Duarte
Reginaldo Guido Dias
Jose Carlos Soares

Sindipetro Rio Grande

Carlos Elias Garcia Viana
Renato P. Fonseca
José Astrogildo P. Dias
Claudemir das Neves Costa

Sindipetro Cubatão

Alexandre Jatczak Almeida
Gilberto de Almeida Correa
Waldomiro dos S. Pereira Filho
Jose Genivaldo Silva
Milton Junqueira da Silva
Adilson Guimarães Garrido
Renato Andrade Machado
Jose Carlos Ribeiro
Newton Carneiro da Cunha
Valentim Alves Chagas Filho

Sindipetro Alagoas/Sergipe

Clarckson M. A. Nascimento
Heitor Pereira Alves Filho
Ivan Calazans Menezes
João Bosco da Silva Fonseca
Jose Menezes Bonfim
Jose Raimundo dos Santos
Luiz Garcia dos Santos
Luiz Manoel Andrade Meneses
Maria Jose de Oliveira
Pedro Messias dos Santos
Renê Jean Rodrigues Santana
Silvio Luiz Santos

7º CONFUP

Stoessel Chagas Nunes
Alberto Alves Ramos
Eduardo Amaro dos Santos
Laudiete Vieira Alencar

Paulo Roberto dos Santos
Renato Antonio Marques
